



Migrações e Território

MARIA LUCINDA FONSECA

programa

Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 64
Centro de Estudos Geográficos

UNIVERSIDADE DE LISBOA

2005

MARIA LUCINDA FONSECA

MIGRAÇÕES E TERRITÓRIO

PROGRAMA

Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº 64

Centro de Estudos Geográficos

Universidade de Lisboa

2005

FICHA TÉCNICA

Título : Migrações e Território

Autora : Maria Lucinda Fonseca

Concepção da capa : Patrícia Gouveia

Figura da capa : Adaptação, por Meghann Ormond, de uma pintura de Helena Almeida
(friso de azulejo na estação do Rossio, Lisboa)

Unidade de Investigação : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Edição e Distribuição : Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa

Impressão : David Barreira

Tiragem : 150 exemplares

ISBN : 972-636-154-0

Depósito Legal: ?????

«Grâce aux croisements incessants de peuple à peuple, et de race à race, grâce aux migrations prodigieuses, qui s'accomplissent et aux facilités croissantes qu'offrent les échanges et les voies de communication, l'équilibre de population s'établira graduellement dans les différentes contrées, chaque pays fournira sa part de richesse au grand avoir de l'humanité »

Elisée Reclus, L'Homme et la Terre, 1876.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	9
PARTE I - APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA E DOS MÉTODOS DE ENSINO	13
I. INTRODUÇÃO	15
1. Objectivos gerais da disciplina	17
2. Objectivos específicos da disciplina	18
II. ÂMBITO DO PROGRAMA	21
1. Considerações preliminares	21
2. Estrutura do programa	22
3. Enunciado do programa	24
III. MÉTODOS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO	27
IV. BIBLIOGRAFIA	31
V. PLANIFICAÇÃO DAS AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS	37
PARTE II - DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	41
I. Migrações e Território: âmbito, princípios, conceitos e fontes de informação	43
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	45
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	45
1. Objecto e fundamentos dos estudos das migrações humanas	45
2. Migrações e mobilidade: a mobilidade como um elemento essencial do quotidiano	46
3. A importância crescente das migrações em diferentes escalas espaciais	47
4. Apresentação e problematização de conceitos-chave	48
5. Fontes de informação.....	55

6. Tipos de migrações	57
C. INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DA INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES	59
D. BIBLIOGRAFIA	63
II. Teorias e modelos explicativos das migrações	67
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	69
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	69
1. Novas migrações, novas teorias	69
2. Perspectivas teóricas dos estudos das migrações	71
C. BIBLIOGRAFIA	83
III. “Novas migrações” e transformações socioeconómicas do mundo contemporâneo à escala global	89
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	91
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	92
1. Globalização crescente das relações e dos campos migratórios internacionais	92
2. Novos tipos de movimentos migratórios e sua dinâmica :	94
3. Organização espacial do sistema migratório internacional	99
4. O novo contexto dos movimentos migratórios ilegais - das redes baseadas na confiança ao tráfico de migrantes	104
5. Metropolização do sistema migratório internacional	105
6. Diásporas e comunidades transnacionais	108
C. BIBLIOGRAFIA	112
IV. Grandes sistemas migratórios no mundo: América do Norte e Europa	119
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	121
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	121
1. O Sistema migratório Norte-americano: uma área de recrutamento mundial	121
2. O Sistema migratório Europeu: “o grande bazar”	132
C. BIBLIOGRAFIA	142
V. As migrações internacionais em Portugal	149
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	151
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	151
1. Portugal, país de emigração: do apogeu à recessão	151
2. Génese da imigração contemporânea para Portugal: fases e tipos de imigrantes	162
3. Imigração e mercado de trabalho	174

4. “Nova” imigração e desenvolvimento regional: oportunidades e riscos ...	177
5. Política de imigração em Portugal	180
C. BIBLIOGRAFIA	183
VI. Imigração e transformações urbanas nas metrópoles contemporâneas	189
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	191
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	191
1. Imigração e cidades: dinâmicas de inserção sócio-espacial dos imigrantes nas metrópoles contemporâneas	191
2. Mercado de trabalho urbano: polarização e fragmentação do emprego dos imigrantes.....	196
3. Concentração espacial dos imigrantes e minorias étnicas: segregação espacial de base étnica	202
4. Políticas urbanas em cidades multi-étnicas	208
C. BIBLIOGRAFIA	209
VII. A Gestão das migrações internacionais: o debate actual	215
A . OBJECTIVOS A ATINGIR	217
B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA	217
1. Razões de uma gestão mal sucedida	217
2. Temas em debate	218
C. BIBLIOGRAFIA	219

NOTA PRÉVIA

Esta edição do programa da disciplina “Migrações e Território” reproduz, quase integralmente, a versão apresentada à Universidade de Lisboa, em Setembro de 2004, para a obtenção do título de Professora Agregada, em conformidade com o disposto no n.º 9 do Decreto-Lei 301/72 de 14 de Agosto¹. Regista-se apenas a introdução, na bibliografia, de três livros editados recentemente, cujos conteúdos se consideram relevantes para apoiar o ensino das matérias que aqui se tratam².

Este trabalho surge como uma etapa natural de um percurso académico, iniciado com uma dissertação de doutoramento dedicada à problemática das migrações. Importa, todavia, salientar que, por contingências várias resultantes das necessidades do serviço docente no Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, a nossa experiência de ensino na área das migrações, e mesmo da Geografia da População, é ainda relativamente recente. A primeira oportunidade para leccionar uma disciplina de opção surgiu apenas no ano lectivo de 2000/2001, ou seja 22 anos após a contratação como assistente estagiária do Departamento de Geografia.

¹ A discussão em provas públicas teve lugar no dia 9 de Maio de 2005.

² Trata-se das seguintes obras:

1. Castles, Stephen (2005) – *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século, Lisboa, 192 p.
2. Tamas, Kristof (2004) – *Mapping Study on International Migration*. Institute for Futures Studies, Stockholm, 104 p.
3. Fonseca, Maria Lucinda *et al.* (2005) – *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. ACIME, Porto, Observatório da Imigração, 15, 291 p.

Por se tratar de uma disciplina nova, criada pela reestruturação das licenciaturas de Geografia de 1998 (Deliberação n.º 283/98 de 18 de Maio), alterada aliás em 2003 (Deliberação n.º 1115/2003 de 6 de Agosto) e que por isso funcionou apenas durante três anos, admitimos a necessidade de proceder a alguns ajustamentos no programa que aqui apresentamos, tendo em vista uma melhor articulação com as matérias tratadas noutras disciplinas criadas pela reforma curricular atrás referida, de modo a eliminar eventuais sobreposições de matérias e a introduzir novas temáticas que se revelam importantes para a formação dos estudantes.

Além disso, entendemos que os programas devem apresentar alguma flexibilidade, no sentido em que pode haver pequenas variações dos temas privilegiados em cada ano lectivo, sem prejuízo da coerência global dos seus conteúdos. Deste modo, fizemos um programa extenso que cobre não só os tópicos que, em cada ano, serão desenvolvidos nas aulas teóricas, mas que constitui também um auxiliar útil para a estruturação dos trabalhos de grupo, encarados como uma iniciação à investigação, que os estudantes vão desenvolver ao longo do semestre lectivo.

Este programa tem naturalmente um cunho muito pessoal, reflectindo a carreira científica e pedagógica da sua autora. Contudo, tanto no ensino como na investigação, o trabalho em equipa, mais ou menos formalizado, é indispensável para o avanço dos conhecimentos científicos e para a melhoria do sucesso no processo de aprendizagem. Por esse motivo, este relatório é fortemente devedor dos ensinamentos e do incentivo permanentes da Professora Carminda Cavaco, bem como da actividade desenvolvida em colaboração com os colegas do CEG que trabalham comigo em projectos de investigação na área das *migrações, cidades e minorias*. Embora correndo o risco de esquecer algum, não posso deixar de referir o Professor Jorge Gaspar, o Diogo, o Jorge, a Alina, a Meghann, o João Diogo, o Alexandre e a Filipa.

Fora da Universidade de Lisboa, saliento a troca de saberes e experiências com investigadores da Rede de Excelência *IMISCOE – International Migration, Integration and Social Cohesion in Europe*, do Projecto *Metropolis International*, do já distante “*Working group 3*” do Programa RURE da *European Science Foundation* e ainda das universidades com quem tenho colaborado no âmbito dos Programas SÓCRATES/ERASMUS, de mobilidade interuniversitária de professores.

A minha inserção em redes e projectos de investigação internacionais, a partir de 1997, beneficiou muito da participação no Projecto *Metropolis International*, patrocinada pela Fundação Luso-Americana (FLAD). Agradeço à FLAD, em particular ao Dr. Charles Buchanan, a criação de oportunidades de colaboração com especialistas, instituições

públicas e organizações não governamentais relevantes na área das migrações internacionais, especialmente da União Europeia, Magrebe, Estados Unidos da América e Canadá.

Auxiliares fundamentais foram também os alunos que frequentaram esta disciplina nos três anos do seu funcionamento. A participação activa dos mais empenhados e os resultados que obtiveram nas provas de avaliação, nomeadamente nos trabalhos de grupo, constituíram elementos de reflexão importantes para a elaboração deste programa e deram contributos de grande utilidade para definir melhor o seu enquadramento no conjunto das disciplinas que actualmente integram o plano de estudos da licenciatura em Geografia, especialmente das variantes de *Planeamento e Gestão do Território*, *Urbanismo* e *Ensino da Geografia*, a quem se destina preferencialmente.

O auxílio da minha irmã, apesar de licenciada em Química, foi, mais uma vez, imprescindível, ajudando-me em todas as fases de preparação para estas provas académicas.

Por último, uma evocação de três emigrantes, sem regresso, cujas lições de vida, são, para mim, referências tutelares: os meus avós Francisco e Georgina e o Professor Manuel Viegas Guerreiro. À memória dos três dedico este trabalho, já que não puderam, como gostariam, assistir à sua discussão.

Maria Lucinda Fonseca

**PARTE I - APRESENTAÇÃO DO
PROGRAMA E DOS MÉTODOS
DE ENSINO**

I. INTRODUÇÃO

As migrações são um fenómeno de crescente importância demográfica, económica, social e política, tornando-se um aspecto essencial do quotidiano de um número cada vez maior de pessoas e lugares (Boyle, *et al.*, 1998). O seu estudo tem vindo também a atrair a atenção de numerosos investigadores com distintas filiações disciplinares: geógrafos, demógrafos, economistas, sociólogos, antropólogos, juristas e cientistas políticos.

A dimensão dos fluxos migratórios, internos e internacionais, atingiu, a partir da Segunda Guerra Mundial e, fundamentalmente, nos últimos trinta anos, uma dimensão sem precedentes, afectando um número tão elevado de países e regiões de origem, de trânsito e de destino, que Stephen Castles e Mark J. Miller (2003) definiram a entrada no século XXI, como a era das migrações.

Na mesma linha de pensamento, Newbold (2003) considera que as migrações internacionais, a par do crescimento da população nos países menos desenvolvidos, do envelhecimento demográfico dos países mais ricos, da difusão da HIV/SIDA e do aumento do número de refugiados e pessoas deslocadas, são os principais agentes modeladores das “paisagens demográficas” mundiais dos decénios vindouros.

Embora não se conheça, com exactidão, o número de migrantes internacionais, a Organização Internacional das Migrações estima que, em 2000, mais de 175 milhões de pessoas residiam fora dos seus países de origem (IOM/United Nations, 2003).

No início dos anos noventa, em cada ano, pelo menos 25 milhões de residentes na União Europeia (UE 15) mudaram de residência, a maioria dos quais dentro do mesmo país, e em 1999, 1,2% da população mudou de região. Nos Estados Unidos da América, a mobilidade geográfica da população é muito superior à dos europeus: também em 1999, 5,9% dos habitantes mudaram a sua residência para outro estado federal. Por sua vez, na Grã-Bretanha, todos os anos, em média, uma em cada dez pessoas, muda de local de residência. Mas a mobilidade geográfica da população não se limita às migrações internas e internacionais. O desenvolvimento dos transportes e das

comunicações e a globalização da economia mundial reflectem-se igualmente no aumento das migrações temporárias (de trabalho e estudo) e na expansão do turismo

internacional (deslocações para férias, negócios, compras, razões de saúde, etc., segundo a OMT, Organização Mundial de Turismo).

A globalização económica e as diferenças de crescimento demográfico e económico entre regiões ricas e pobres, convergem no sentido do aumento da mobilidade geográfica da força de trabalho e de uma cada vez maior complexidade e diversidade de fluxos migratórios, traduzida no aparecimento de novas áreas de recrutamento e de destino dos imigrantes, novas motivações de partida, diferentes trajetórias geográficas e formas de transporte e maior diversidade de tempos de permanência nos locais de acolhimento (migração sem retorno, circulação migratória entre diferentes territórios, vai-e-vem entre a origem e o destino, migrações temporárias de curta, média ou longa duração, etc.).

O avolumar do crescimento das migrações internacionais, à medida que alastra e se aprofunda o processo de globalização económica, se desenvolvem novas formas de integração regional (UE, NAFTA, MERCOSUL, ASEAN ...) e aumentam os movimentos migratórios de refugiados, tem-se reflectido numa politização cada vez maior das migrações, requerendo novas reflexões sobre o papel dos estados nacionais na sua regulação, bem como das regras de entrada, permanência e expulsão de cidadãos estrangeiros.

O aumento do terrorismo internacional e sobretudo os trágicos acontecimentos ocorridos em Nova Iorque em 11 de Setembro de 2002 e os atentados da Al Qaeda em Madrid, em 11 Março de 2004, contribuíram para que as migrações internacionais sejam percebidas por largos sectores da população dos países do mundo ocidental como um problema de segurança. As políticas migratórias dos países de acolhimento têm, por isso, uma crescente dimensão securitária, dado que, como afirma Robert Jervis (1976), os decisores políticos são mais influenciados pelas representações sociais da ameaça do que pelo risco real de insegurança. A gestão política da percepção da insegurança deve, no entanto, ser feita com muita cautela, porque a visão das migrações como uma ameaça contribuirá certamente para a (re)produção do drama da insegurança (Huysmans, 1995:68-69), estimulando sentimentos de rejeição e intolerância contra os imigrantes, expressos através de comportamentos hostis e da emergência e expansão de movimentos nacionalistas e xenófobos, bem como o desenvolvimento dos fundamentalismos de base religiosa.

As grandes cidades, agora como no passado, são os principais destinos dos imigrantes. Por isso, ao longo da história, as migrações têm sido o motor do crescimento urbano e um dos agentes mais importantes de transformação das estruturas económicas

e sociais das cidades. Lugares de encontro de pessoas, mercadorias, capital e informação, as cidades constituem espaços relacionais privilegiados de cooperação e conflito, entre empresas, instituições, indivíduos e grupos sociais (Fonseca, 2002).

Devido ao aumento e crescente complexidade das migrações internacionais, ao longo das últimas três décadas, as grandes aglomerações urbanas são cada vez mais multi-étnicas e multi-raciais, e tudo indica que no futuro, essa diversidade vai continuar a crescer (Sandercock, 1998), à medida que a mobilidade da população vai aumentando, ao ponto de alguns autores falarem “do planeta nómada” (Knafou, 1998). A gestão eficiente dessa diversidade económica, social e cultural, frequentemente geradora de conflitos, mas também de inovação, constitui, por isso, um dos maiores desafios para a coesão social das sociedades do futuro.

Embora as migrações ocorram em diferentes escalas territoriais, nesta disciplina privilegiaremos o estudo das migrações internacionais e os seus impactes nas áreas metropolitanas. Tomando em conta a relevância dos fenómenos migratórios, ao nível nacional e da União Europeia, daremos maior destaque a Portugal e à Europa, que constituirão os territórios de referência para os trabalhos de grupo a desenvolver pelos alunos, sem prejuízo de poder ter lugar outro tipo de estudos.

1. Objectivos gerais da disciplina

O programa da disciplina “Migrações e Território” que aqui se apresenta pretende dotar os alunos de um conjunto de conceitos básicos e de referenciais comuns actualizados que permitam analisar as questões da mobilidade da população (fluxos) e da inserção dos migrantes, em diferentes escalas geográficas e momentos históricos. Procura também demonstrar a relevância da perspectiva de análise espacial para compreender os diferentes padrões da mobilidade humana: “quem”, “porquê”, “de onde” e “para onde”, bem como a forma como interagem distintos padrões e escalas de mobilidade geográfica – internacional, inter-regional e intra-urbana.

A cadeira “Migrações e Território”, além da compreensão científica das causas das migrações humanas e dos seus efeitos na construção de novas paisagens económicas, sociais e culturais, em diferentes territórios, pretende também fornecer instrumentos de análise que sirvam de suporte à tomada de decisão política, ao nível da regulação dos movimentos migratórios internacionais e da inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento, bem como quanto ao papel dos imigrantes no desenvolvimento de novas formas de cooperação entre as sociedades de destino e de

origem, percebendo como estes podem contribuir para o processo de desenvolvimento das últimas.

Ao caracterizar os fluxos migratórios internacionais, os factores que os induzem, os seus efeitos nas regiões de origem e de destino e as formas de inserção dos migrantes nos territórios de acolhimento, bem como as suas relações com as áreas de proveniência, esta disciplina alerta para questões de enorme relevância social, económica e política do mundo em que vivemos e, nessa medida, pode também contribuir para a afirmação colectiva da tolerância e da igualdade dos direitos humanos como valores universais, condenando todas as formas de discriminação e exclusão sociais. Além disso, dá um contributo importante para o conhecimento e a compreensão de um dos fenómenos mais marcantes do mundo actual e, nessa medida, ajuda a desenvolver um espírito crítico, que permita uma integração e uma intervenção mais consciente na sociedade em que vivemos.

Tomando em conta o carácter transversal e transdisciplinar do estudo das migrações humanas, esta disciplina propicia o conhecimento de perspectivas e metodologias de análise desta problemática, diferentes das tradicionalmente utilizadas pela Geografia Humana, nomeadamente, da Sociologia, Economia, Antropologia, Demografia, Direito e Ciência Política. O contacto com outras abordagens das migrações constitui um factor de enriquecimento da formação dos estudantes, contribuindo para identificar a especificidade dos estudos geográficos e, simultaneamente, facilitar a integração dos geógrafos em equipas pluridisciplinares, tanto na área da investigação como do ensino, do planeamento e gestão do território ou da intervenção social.

2. Objectivos específicos da disciplina

- ⇒ Situar os estudos das migrações humanas no âmbito da Geografia Humana.
- ⇒ Reconhecer o carácter transdisciplinar do estudo das migrações e a relevância da perspectiva de análise espacial.
- ⇒ Compreender os conceitos básicos utilizados no estudo das migrações e respectiva operacionalização.
- ⇒ Conhecer as principais fontes de informação, nacionais e internacionais, utilizadas nos estudos das migrações.
- ⇒ Conhecer as abordagens clássicas e as novas perspectivas teóricas de análise da problemática das migrações.

- ⇒ Conhecer os instrumentos metodológicos mais correntemente utilizados nos estudos das migrações.
- ⇒ Analisar as questões da mobilidade (fluxos) e da inserção dos migrantes a várias escalas e em diferentes períodos históricos.
- ⇒ Aprender a ter noção da diversidade e complexidade dos movimentos migratórios contemporâneos e conhecer e caracterizar os principais tipos de migrações da actualidade.
- ⇒ Conhecer as principais dinâmicas de mudança dos padrões migratórios dominantes em diferentes momentos históricos e escalas geográficas e relacioná-los com os contextos demográficos, socioeconómicos e políticos em que se produziram.
- ⇒ Aprofundar o conhecimento das relações entre as migrações e o “território”, salientando os seus impactes nas regiões de origem e de destino dos migrantes.
- ⇒ Caracterizar os principais sistemas migratórios internacionais da actualidade.
- ⇒ Reflectir sobre os impactes da imigração para a Europa, nas áreas de destino e de origem dos imigrantes.
- ⇒ Reflectir sobre o papel das políticas de imigração e integração dos imigrantes na orientação e composição dos fluxos migratórios para a Europa e na coesão social da sociedade europeia.
- ⇒ Particularizar a análise do caso de Portugal, no sistema das migrações internacionais, nomeadamente no contexto da Europa do Sul e dos países europeus que tiveram um passado colonial.
- ⇒ Conhecer os processos e estratégias de inserção dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.
- ⇒ Reflectir sobre o papel dos migrantes enquanto elos de ligação entre as sociedades de destino e de origem e perceber como estes podem contribuir para o processo de desenvolvimento das últimas.
- ⇒ Reflectir acerca do contributo dos imigrantes para os processos de transformação e para a dinâmica das metrópoles contemporâneas.
- ⇒ Conhecer os principais instrumentos jurídicos reguladores da imigração para Portugal, bem como dos direitos e garantias dos imigrantes estabelecidos em Portugal.

- ⇒ Reflectir sobre os efeitos das condicionantes políticas e normativas das migrações internacionais, na orientação e composição dos fluxos migratórios internacionais da actualidade, particularmente no caso de Portugal e da União Europeia.
- ⇒ Sensibilizar os alunos para a necessidade de aprofundar o diálogo entre a investigação e os processos de decisão política, para uma gestão das migrações internacionais mais bem sucedida, tanto na perspectiva das sociedades de acolhimento como na dos imigrantes.

Referências bibliográficas das obras citadas no texto

- BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, 282 p.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world, (3.ª ed.)*. Palgrave, Macmillan. London, 228 p.
- FONSECA, M. L. (2002) - “Immigration and spatial change: the Lisbon experience”, *Studi Emigrazione*, XXXIX, 145, Marzo, pp. 49-76.
- HUYSMANS, J. (1995) – “Migrants as a security problem: dangers of “securitizing” societal issues”, in: MILES, R. & THРАНHARDT, D. (eds) – *Migration and European Integration: Dynamics of Inclusion and Exclusion*. Pinter, London, pp. 53-72.
- IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration, challenges and responses for people on the move*. International Organization for Migration, United Nations, 396 p.
- JERVIS, R. (1976) – *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton University Press. Princeton, 464 p.
- KNAFOU, R. (Dir.) (1998) – *La Planète «nomade». Les mobilités géographiques d'aujourd'hui*. Belin, Paris, 250 p.
- NEWBOLD, K. B. (2003) – *Six Billion plus: population issues in the Twenty-first century*. Rowman & Littlefield Publishers, Lanham, 224 p.
- SANDERCOCK, L. (1998) - *Towards Cosmopolis. Planning for multicultural cities*. John Wiley & Sons, Chichester, 268 p.

II. ÂMBITO DO PROGRAMA

1. Considerações preliminares

A disciplina **Migrações e Território**, como já referimos, faz parte do elenco das disciplinas de opção das cinco variantes da licenciatura em Geografia³, podendo ser frequentada pelos estudantes a partir do quarto semestre do curso. Os alunos contam, por isso, com uma formação de base adquirida nas disciplinas de Geografia Humana, Geografia Social e Geografia Urbana que lhes permite conhecer conceitos básicos na área da Geografia da População: aspectos gerais da dinâmica demográfica actual e do processo de urbanização; mecanismos de transformação de diferentes aspectos da vida social resultantes da interacção entre indivíduos e comunidades com diferentes *backgrounds* étnicos e culturais; a expressão espacial das formas de relacionamento entre diferentes grupos socioculturais e étnicos em distintos domínios (emprego, habitação, escola, lazer, etc.) e escalas territoriais.

Neste quadro, entendemos que a disciplina **Migrações e Território** deve privilegiar uma perspectiva global de compreensão da configuração sócio-espacial dos fluxos migratórios, em articulação com as transformações nas estruturas sócio-espaciais da produção e nas formas de organização política, ao nível supra e infra-nacional.

Para entender o crescimento, complexidade e reconfiguração dos sistemas migratórios actuais, particularmente dos casos português e europeu, valorizamos a dimensão temporal, porque só através dela é possível identificar as causas que os modificam e os efeitos que geram na organização do território.

A fragmentação sócio-étnica das grandes cidades e os processos de marginalização e exclusão sócio-espacial associados à intensificação das migrações internacionais, colocam às cidades problemas novos a que o planeamento do território e as políticas urbanas ainda não conseguiram dar resposta plenamente adequada. Por isso, o programa analisa também o contributo dos imigrantes para os processos de transformação e para as dinâmicas das metrópoles contemporâneas, designadamente

³ Funciona também como disciplina de opção da licenciatura em Estudos Europeus, desta mesma Faculdade.

em Portugal e na União Europeia.

Tendo em conta a crescente relevância política das migrações internacionais, tanto na perspectiva da regulação dos fluxos, como da inserção dos imigrantes nas sociedades receptoras e ainda das suas relações com a origem, este programa da disciplina **Migrações e Território** inclui também uma análise das condicionantes político-jurídicas das migrações internacionais na actualidade, bem como dos principais regimes de incorporação dos imigrantes. Em ambos os aspectos, e uma vez mais, dá-se uma atenção particular aos casos da União Europeia e de Portugal.

2. Estrutura do programa

O programa da disciplina **Migrações e Território** está estruturado em sete capítulos fundamentais:

- I. Migrações e Território: âmbito, princípios, conceitos e fontes de informação.
- II. Teorias e modelos explicativos das migrações.
- III. "Novas migrações" e transformações socioeconómicas do mundo contemporâneo à escala global.
- IV. Grandes sistemas migratórios no mundo: América do Norte e Europa.
- V. As migrações internacionais em Portugal.
- VI. Imigração e transformações urbanas.
- VII. A gestão das migrações internacionais: o debate actual.

O primeiro capítulo é de carácter introdutório à temática que vai ser desenvolvida nesta disciplina. Analisa os fundamentos dos estudos das migrações, como objecto científico das Ciências Sociais em geral e da Geografia Humana em particular. Procura dar a conhecer a crescente relevância demográfica, económica, social e política dos fenómenos migratórios, em diferentes escalas geográficas, e apresentar e discutir conceitos-chave e sua operacionalização. Seguidamente, indicam-se as principais fontes de dados estatísticos utilizadas no estudo das migrações internas e internacionais e apresentam-se os métodos de recolha directa da informação mais comuns nos estudos da mobilidade geográfica da população: quantificação e caracterização dos fluxos;

análise dos processos migratórios; formas de inserção dos migrantes nas sociedades de acolhimento; e relações com os territórios de origem.

O segundo capítulo é dedicado à análise e evolução das perspectivas teóricas adoptadas para explicar as migrações, contextualizando-as nas condições económicas, sociais e políticas dominantes em cada período histórico.

O terceiro ponto do programa debruça-se sobre a organização espacial dos movimentos migratórios contemporâneos à escala global e suas relações com as transformações económicas e sociais do mundo contemporâneo. Analisa-se a complexidade e os principais vectores de mudança das migrações na actualidade, nomeadamente: a globalização crescente das relações e dos campos migratórios internacionais e a forte metropolização do sistema migratório internacional, a aceleração do seu crescimento, a diferenciação quanto aos países que envolvem, aos processos migratórios e à crescente mercadorização das migrações humanas, as motivações das migrações e tipo de migrantes envolvidos, a crescente diversidade étnica e cultural das sociedades de acolhimento e a emergência de novas formas de cidadania.

No quarto capítulo analisam-se de forma mais aprofundada dois grandes sistemas migratórios no mundo (norte-americano e europeu), numa perspectiva histórica, dando maior ênfase ao período pós-Segunda Guerra Mundial e sobretudo às dinâmicas mais recentes. A escolha destes dois sistemas migratórios, para um estudo mais particularizado, justifica-se por serem os principais pólos de atracção mundial e também, no caso da Europa, por ser nela que Portugal se insere. Por isso, a maioria dos trabalhos de grupo dos alunos incidem sobre diferentes aspectos das migrações europeias, frequentemente sobre o caso português, tanto como país de emigração como de imigração.

A relevância demográfica, económica, social e política dos movimentos migratórios externos da população portuguesa ao longo da história, desde o tempo dos Descobrimentos, como país tradicional de emigração e, mais recentemente, em particular nas duas últimas décadas, como país receptor de imigrantes, justificam que o quinto capítulo seja dedicado à análise das migrações internacionais em Portugal. Tal como no capítulo anterior, faz-se um breve enquadramento histórico da inserção de Portugal no sistema das migrações internacionais, para depois nos centrarmos na análise mais aprofundada da imigração contemporânea: fases e tipos de imigrantes, dinâmicas de inserção na sociedade portuguesa e políticas de imigração.

As migrações têm sido, desde sempre, o grande motor do crescimento urbano e, por isso, as cidades constituem ainda hoje o principal destino dos migrantes internacionais. Deste modo, o sexto capítulo aborda a relação entre imigração e transformações urbanas, privilegiando os seguintes aspectos: reestruturação económica e segmentação dos mercados de emprego, internacionalização das economias urbanas a partir da base, segregação residencial e novas formas de governança e de cidadania local.

Finalmente, no último ponto do programa, procuramos elucidar os estudantes sobre os desafios que se colocam à gestão das migrações internacionais na actualidade, passando em revista os principais pontos em debate nas múltiplas instituições e agentes implicados na regulação dos movimentos migratórios internacionais, nos processos de inserção dos imigrantes e seus descendentes nas sociedades de acolhimento e nas relações com os países e regiões de origem. A exemplo do que fizemos nos capítulos anteriores, daremos especial relevância aos temas em agenda na União Europeia e em Portugal, procurando reflectir sobre os seus impactes na reconfiguração espacial dos fluxos migratórios do futuro e dos seus efeitos na transformação do território e da sociedade europeia e portuguesa.

3. Enunciado do programa

I. MIGRAÇÕES E TERRITÓRIO: âmbito, princípios orientadores, conceitos e fontes de informação

1. Objecto e fundamentos dos estudos das migrações
2. Migrações e mobilidade: a mobilidade como um elemento essencial do quotidiano
3. A importância crescente das migrações em diferentes escalas espaciais
4. Apresentação e discussão de conceitos básicos
5. Fontes de informação
6. Tipos de migrações

II. TEORIAS E MODELOS EXPLICATIVOS DAS MIGRAÇÕES

1. Novas migrações, novas teorias

2. Modelos migratórios de base empírica: modelos de atracção-repulsão, “leis das migrações” de “Ravenstein, modelos gravíticos e teoria da transição da mobilidade
3. Teorias económicas
4. Abordagens histórico-estruturalistas
5. Abordagens sistémicas

III. “NOVAS MIGRAÇÕES” E TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÓMICAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO À ESCALA GLOBAL

1. Globalização crescente das relações e dos campos migratórios internacionais
2. Novos tipos de movimentos migratórios e sua dinâmica: profissionais qualificados, estudantes e reformados. A tendência para a crescente feminização das migrações.
3. Organização espacial do sistema migratório internacional
4. Migrações e desenvolvimento
5. O novo contexto dos movimentos migratórios ilegais - das redes baseadas na confiança ao tráfico de migrantes.
6. Metropolização do sistema migratório internacional
7. Diásporas e comunidades transnacionais

IV. GRANDES SISTEMAS MIGRATÓRIOS NO MUNDO: AMÉRICA DO NORTE E EUROPA

1. O Sistema migratório Norte-americano: uma área de recrutamento mundial
2. O Sistema migratório Europeu: “o grande bazar”

V. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM PORTUGAL

1. Portugal, país de emigração: do apogeu à recessão
2. Génese da imigração contemporânea para Portugal: fases e tipos de imigrantes.

3. Imigração e mercado de trabalho
4. “Nova” imigração e desenvolvimento regional: oportunidades e riscos
5. Política de imigração em Portugal

VI. IMIGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS METRÓPOLES CONTEMPORÂNEAS

1. Imigração e cidades: dinâmicas de inserção sócio-espacial dos imigrantes nas metrópoles contemporâneas.
2. Mercado de trabalho urbano: polarização e fragmentação do emprego dos imigrantes
3. Concentração espacial dos imigrantes e minorias étnicas: segregação espacial de base étnica
4. Políticas urbanas em cidades multi-étnicas

VII. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: O DEBATE ACTUAL

1. Razões de uma gestão mal sucedida
2. Temas em debate

III. MÉTODOS DE ENSINO E DE AVALIAÇÃO

A nossa experiência de ensino da disciplina **Migrações e Território** e o número de alunos que a frequentam (45 a 50), na impossibilidade de dividir os estudantes em duas turmas práticas, aconselha uma estrutura de ensino flexível, com aulas essencialmente teóricas e teórico-práticas.

As aulas teóricas são de tipo expositivo, embora se procure sempre incentivar os alunos a participar, através de perguntas, observações, confrontos de experiências do seu conhecimento ou quaisquer outras formas de intervenção que contribuam para desenvolver a sua capacidade de reflexão e de crítica e enriquecer o conteúdo da exposição do professor.

Nas estratégias de apresentação dos diferentes assuntos, recorremos frequentemente à utilização de mapas, gráficos, quadros de dados ou de resultados de análises estatísticas, fotografias e esquemas elaborados por nós ou extraídos da bibliografia de apoio e fazemos largo uso de apresentações em “power point” e do retroprojector.

O recurso a meios audiovisuais mais sofisticados, sobretudo o vídeo, embora lhe reconhecamos grandes potencialidades, é bastante esporádico, porque a Faculdade não dispõe de equipamentos que permitam produzi-lo e utilizá-lo com frequência. A sua utilização tem, todavia, vindo a aumentar, até porque há estudantes que recorrem a eles para ilustrar alguns aspectos que tratam nos seus trabalhos de grupo.

As aulas teórico-práticas destinam-se sobretudo a fomentar o debate da turma em torno de um tema, através de textos seleccionados com a antecedência necessária para que os alunos os possam preparar, ou através da apresentação e discussão de resultados dos trabalhos efectuados pelos diferentes grupos de alunos. Servirão ainda para a execução de pequenos exercícios de aplicação da matéria desenvolvida nas sessões teóricas e para a análise de documentos referidos ou apresentados de forma geral nas mesmas, mas que devem ser observados directamente pelos estudantes, individualmente ou em pequenos grupos. A título de exemplo, referimos fontes de informação estatística, exemplos de guiões de entrevistas, questionários e grupos de foco, acordos e convenções internacionais e diplomas legislativos, nacionais ou da União

Europeia, directa ou indirectamente relacionados com as migrações internacionais, como sejam: o Acordo e a Convenção Shengen, a Lei da Nacionalidade (Lei nº 25/94), o Decreto-Lei que regula as condições de entrada, permanência e expulsão de cidadãos estrangeiros em território nacional (D.L. nº 34/2003 de 25 de Fevereiro) e respectiva regulamentação (Decreto Regulamentar nº 6 de 2004, de 26 de Abril) e a Directiva Comunitária relativa ao Reagrupamento Familiar (Directiva 2003/86/CE).

A Geografia é uma disciplina dinâmica e interveniente e, por isso, os estudantes devem estar informados sobre acontecimentos correntes, relevantes para a temática das migrações. Deste modo, são estimulados a ler notícias, comentários ou reportagens efectuadas pelos órgãos de comunicação social, nacionais e estrangeiros, e a participar em debates, conferências, colóquios, seminários, etc. sobre temas relacionados com os conteúdos programáticos da disciplina. Alguns destes acontecimentos/notícias podem ser objecto de discussão nalgumas aulas teórico-práticas, constituindo um instrumento bastante eficaz para estimular a participação dos alunos nas aulas e desenvolver a sua capacidade crítica e de argumentação.

Na segunda parte de algumas aulas teórico-práticas, dispersas ao longo do semestre, dedica-se também algum tempo lectivo à orientação dos estudantes na elaboração de um trabalho de grupo (3 ou 4 elementos por grupo), por eles escolhido, e que desenvolverá um dos aspectos abordados no programa da cadeira. Este trabalho dará origem a um relatório escrito, apresentado no final do semestre lectivo, sendo também objecto de uma síntese e discussão oral.

O trabalho de grupo, além de ser um importante elemento para a avaliação de conhecimentos, tem um elevado valor formativo: desenvolve a capacidade de trabalhar em equipa, incentivando o confronto e a troca de ideias e opiniões; obriga a uma apresentação clara do enquadramento teórico em que se apoia, à definição precisa dos objectivos que pretende atingir, à pesquisa das fontes e à selecção e apreciação crítica da informação e das metodologias de análise mais adequadas e à elaboração e apresentação dos resultados e das principais conclusões a que chegarem.

Normalmente os alunos têm grande dificuldade na escolha do tema que irão desenvolver. Quase sempre, apresentam apenas ideias muito vagas: o professor tem, por isso, um intenso trabalho de orientação de cada um dos grupos que, frequentemente, tem de ser feito fora das aulas, num horário previamente acordado com os estudantes, sobretudo enquanto o plano não estiver bem definido⁴.

⁴ Além das quatro horas de aula semanais, os alunos dispõem ainda, em cada semana, de duas horas de

O carácter opcional desta disciplina e a natureza dos seus conteúdos programáticos, justificam que se não definam conteúdos de aulas exclusivamente práticas: os ensinamentos de carácter mais prático variam de ano para ano, em função dos conhecimentos e dos temas dos trabalhos que os alunos estejam a fazer ou já tenham feito noutras disciplinas e, fundamentalmente, dos temas que escolherem para tratar no trabalho de grupo.

Para além das aulas e das horas semanais de apoio tutorial, sempre que possível, procuramos fazer uma excursão na Área Metropolitana de Lisboa, para observar no terreno, as dinâmicas de transformação do território induzidas pelos imigrantes e minorias étnicas. Além disso, os alunos são estimulados a participar em conferências, seminários e *workshops*, sobre temas relacionados com a matéria tratada nesta disciplina, organizados no quadro de projectos de investigação que dirigimos no Centro de Estudos Geográficos, ou noutros a que os estudantes possam ter acesso.

Uma breve referência ao processo de avaliação de conhecimentos que utilizamos.

Antes de explicitarmos os métodos de avaliação da disciplina, importa referir que entendemos a avaliação não só como um instrumento de classificação dos estudantes, mas também como um elemento essencial do processo de aprendizagem e referenciação dos conhecimentos adquiridos. Por isso, os resultados da avaliação são objectos de reflexão importantes para aferir a adequação dos conteúdos programáticos e das metodologias de ensino adoptadas.

De acordo com os objectivos gerais atrás indicados, os estudantes, além de dominarem os conhecimentos considerados essenciais, de natureza teórica e prática, devem ser capazes de tratar e investigar temas inseridos na área da Geografia das Migrações. Deste modo, a avaliação desta disciplina inclui elementos tão diversificados quanto possível, no quadro do Regulamento Geral de Avaliação da FLUL⁵, para que possam ser valorizadas as diferentes capacidades dos estudantes.

Nesta conformidade, os elementos de avaliação são os seguintes:

1. Um teste individual⁶, com a duração de duas horas, a realizar no final do

apoio tutorial, individual ou em pequenos grupos, quando se trata de apoio específico à realização de um trabalho colectivo.

⁵ O Regulamento Geral de Avaliação da FLUL foi estabelecido por despacho conjunto dos órgãos de gestão da Faculdade, de 16 de Janeiro de 2003. O Art.º 7, n.º 2 do regulamento foi alterado pela Deliberação do Conselho Pedagógico da FLUL de 23 de Abril de 2004.

⁶ O teste corresponde à prova escrita presencial indicada no Regulamento de Avaliação da FLUL.

semestre, em data fixada pelo Conselho Pedagógico do Departamento.

2. Um trabalho de grupo, desenvolvido ao longo do semestre, que deverá ser apresentado sob a forma de um relatório escrito, uma semana após a apresentação e discussão oral na aula.
3. Participação dos estudantes nas discussões de textos e pequenos exercícios de carácter prático efectuados nas aulas, assiduidade e interesse e empenhamento no estudo dos temas tratados na disciplina ao longo do semestre.

O peso na classificação final dos elementos de avaliação é acordado com os alunos no primeiro dia de aulas. No ano lectivo de 2003/2004, consideraram-se as seguintes proporções:

- Teste 60%
- Trabalho de grupo: 35%
- Outras actividades: 5%

Os alunos voluntários têm de realizar individualmente todas as provas de avaliação do regime ordinário. Dado que não é possível avaliar a participação nas aulas, o trabalho individual e a respectiva discussão, terão um peso de 40% na classificação final.

IV. BIBLIOGRAFIA

Os títulos que constituem a bibliografia foram seleccionados tendo em atenção que se trata de uma disciplina de opção, frequentada por alunos do 3º e 4º anos da licenciatura, familiarizados com alguns conceitos básicos e metodologias de investigação em Geografia Humana.

As referências bibliográficas que consideramos mais importantes para o tratamento dos diferentes pontos da matéria teórica são indicadas no final do desenvolvimento programático de cada um dos capítulos do programa. São constituídas por obras de forte pendor pedagógico e didáctico, procurando dar uma visão alargada dos estudos das migrações humanas. Referenciamos também obras que reflectem os progressos, teóricos e metodológicos e ainda as novas temáticas de investigação no âmbito das migrações e estudos de casos concretos, relativos a diferentes tipos de migrações que ocorreram em diferentes momentos e escalas geográficas. Na selecção dos casos de estudo, tomámos em conta o seu interesse metodológico e privilegiámos os exemplos relativos a Portugal e à União Europeia. Apesar da natureza transdisciplinar dos estudos das migrações, neste caso, por se tratar de uma disciplina do curso de Geografia, privilegiamos a dimensão espacial dos fenómenos migratórios, como aliás exprime a própria designação da disciplina: Migrações e Território.

Procurámos facilitar o estudo dos alunos apresentando um programa suficientemente detalhado e enquadrante, acompanhado por alguns esquemas, tabelas, gráficos e mapas. Além disso, no final de cada capítulo, indicamos a bibliografia básica e as obras que, não sendo de leitura obrigatória, permitem aprofundar alguns dos temas tratados. Não organizamos cadernos de textos de apoio. Contudo, disponibilizamos uma cópia dos textos que consideramos relevantes para a disciplina, ou para algum dos trabalhos de grupo e que não existem na biblioteca do Centro de Estudos Geográficos e do Departamento de Geografia.

Com a realização do trabalho de grupo semestral procuramos fomentar a capacidade de investigação dos estudantes, incentivando-os a pesquisar eles próprios a bibliografia mais específica e as fontes documentais de apoio. Para isso, sugerimos sempre a consulta de bases de dados bibliográficas e os catálogos de bibliotecas

universitárias, actualmente acessíveis através da *internet*, bem como artigos de revistas disponíveis *on line*.

Apesar de, como já referimos, a bibliografia ser indicada a seguir ao desenvolvimento programático de cada capítulo, julgamos oportuno referir aqui um conjunto de obras de carácter mais geral que nos parecem essenciais para o estudo das migrações numa perspectiva geográfica.

Procurámos que a bibliografia que seleccionámos se restringisse ao tratamento dos temas abordados nesta cadeira, não sendo por isso exaustiva. Apesar disso, tratando-se de uma disciplina semestral, pode ser considerada excessiva. Perante a dificuldade da selecção, optámos por incluir os textos mais utilizados para a preparação das aulas e por facultar aos alunos cópias dos mapas, esquemas e tabelas apresentados pelo professor durante as aulas (acetatos e diapositivos em *power point*). Pretendemos com isso tornar mais fácil a sua orientação nas leituras da bibliografia de apoio.

Bibliografia geral

1. Livros

BADE, Klaus J. (2002) - *L' Europe en Mouvement. La Migration de la Fin du XVIII^e Siècle à nos Jours*, Éditions du Seuil, Paris, 636 p.

BLOTEVOGEL, Hans ; FIELDING, Anthony, J. (1997) – *People, Jobs and Mobility in The New Europe*. John Wiley/E.S.F., Chichester, 312 p.

BODY-GENDROT, S.; MARTINIELLO, M. (2000) – *Minorities in European Cities: the Dymnamics of Social Integration and Social Exclusion at The Neighbourhood Level*. Pelgrave Macmillan, Hampshire, 262 p.

BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, 282 p.

CASTLES, S. & DAVIDSON, A. (2000) – *Citizenship and Migration. Globalization and the politics of belonging*. Macmillan Press, London, 258 p.

CASTLES, S. (2000) – *Ethnicity and Globalization*. Sage, London, 228 p.

CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world, (3.^a ed.)*. Palgrave Macmillan, Hampshire e New York, 338 p.

CASTLES, Stephen (2005) – *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos*

- Migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século, Lisboa, 192 p.
- COHEN, R. (2.^a ed.) (2001) – *Global Diasporas: an introduction*. Routledge, London, 228 p.
- CROSS, M.; MOORE, R. (2002) – *Globalization and the New City. Migrants, Minorities and Urban Transformations in Comparative Perspective*. Palgrave, Macmillan, Hampshire, 272 p.
- FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J. M.; RIBAS-MATEOS, N.; WHITE, P.; ESTEVES, A (eds.) (2002)- *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso-American Foundation. Lisbon, 308 p.
- FONSECA, M. L. et al. (2005) – *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. ACIME, Porto, Observatório da Imigração, 15, 291 p.
- GUILLON, M. ; SZTOKMAN, N. (2000) – *Géographie Mondiale de la Population*. Ellipses, Paris, 284 p.
- JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras, 129 p.
- KING, R. (Ed.) (1993) – *The New Geography of European Migrations*. Belhaven Press, London, 263 p.
- KING, R. e BLACK, R.(eds) (1997) - *Southern Europe and the New Immigrations*. Sussex Academic Press, Brighton, 220 p.
- KING, R; LAZARIDIS, Gabriella; TSARDANIDIS, Charamlambos (2000) – *Eldorado or Fortress? - Migration in Southern Europe*. Macmillan, London, 351 p.
- TAMAS, Kristof (2004) – *Mapping Study on International Migration*. Institute for Futures Studies, Stockholm, 104 p.
- KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (1992) (eds) - *International Migration Systems. A global approach*. Clarendon Press, Oxford, 354 p.
- MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), 610 +10 p.
- MASSEY, D. et al. (1998) – *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Clarendon Press, Oxford, 362 p.
- MUSTERD, S.; OSTENDORF, W.; BREEBAART, M. (1998) – *Multi-Ethnic Metropolis: Patterns and Policies*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 208 p.
- OCDE (1998) - *Immigrants, Integration and the Cities. Exploring the Links*. OCDE

Proceedings, Paris, 194 p.

PENNINX, R.; KRAAL, K; MARTINIELLO, M.; VERTOVEC, S. (2004) – *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*. Ashgate, Aldershot, 170 p.

PORTES, A . (1999) – *Migrações Internacionais – origens, tipos e modos de incorporação*. Celta, Oeiras, 160 p.

PUYOL, R. ; VINUESA ANGULO, J. ; ABELLÁN GARCÍA, A. (1993) – *Los Grandes Problemas Actuales de la Población*. Editorial Síntesis, Madrid, 235 p.

SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, 429 p.

SKELDON, R. (1997) – *Migration and Development. A Global Perspective*. Longman, London, 253 p.

STALKER, P. (2000) – *Workers without frontiers. The impact of globalisation on international migration*. Lynne Rienner Publishers, London, 164 p.

TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L' Europe face à l'Immigration*. L' Harmattan, Paris, 260+6 p.

THUMERELLE, Pierre-Jean (1986) - *Peuples en mouvement: la mobilité spatiale des populations*. Éditions C.D.U. et SEDES réunis, Paris, 323 p.

WHITE, Paul; WOODS, Robert (1980) – *The Geographical Impact of Migration*, Longman, London, 245 p.

2. Revistas e relatórios periódicos de consulta recomendada

Hommes & Migrations, Agence pour le développement des relations interculturelles, Paris.

International Journal of Population Geography/ Population, Space and Place, Willey Interscience.

International Migration, IOM, International Organization for Migration, Genève.

International Migration Review, Center for Migration Studies, New York.

Journal for International Migration and Integration/ Revue de l'intégration et de la migration internationale, University of Alberta, Canada.

Journal of Ethnic and Migration Studies (JEMS), University of Sussex, UK.

Migrations. Société, Centre d'Information et d'Études sur les Migrations Internationales, Paris.

Population Studies, Population Investigation Committee, London School of Economics, London.

Révue Européenne des Migrations Internationales, Université de Poitiers, Poitiers.

Studi Emigrazione (Migration Studies), Centro Studi Emigrazione, Roma.

SOPEMI. Annual Report, OECD, Paris.

IOM World Migration Report Series (relatório anual), Geneva.

3. Sítios na Internet

3.1. Nacionais

Alto Comissariado para a imigração e minorias étnicas (ACIME):
<http://www.acime.gov.pt/>

INE – Instituto Nacional de Estatística:
<http://www.ine.pt>

Observatório da Imigração:
<http://www.oi.acime.gov.pt>

SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras:
<http://www.sef.pt/estatisticas.htm>

CEG – migrações, cidades e minorias
<http://www.ceg.ul.pt/mcm/index.htm>

3.2. Internacionais

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados:
<http://www.unhcr.ch/cgi-bin/texis/vtx/home>

Asia–Pacific Migration Research Network (APMRN):
<http://www.capstraaaans.edu.au/apmrn/>

Divisão de População das Nações Unidas:

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

Estatísticas sobre migrações EUROSTAT:

<http://europa.eu.int/comm/eurostat/>

European Council on Refugees and Exiles:

<http://www.ecre.org/>

IMISCOE- European Network of Excellence on International Migration, Integration and Social Cohesion in Europe:

<http://www.imiscoe.org/>

Migration Information Source, Migration Policy Institute (MPI), Washington DC:

<http://www.migrationinformation.org/>

Migration Policy Group:

<http://www.migpolgroup.com/>

OCDE – Portal Estatístico:

<http://www.oecd.org/statisticsdata/>

OCDE – Documentos:

<http://www.oecd.org/document/>

Organização Internacional do Trabalho (OIT):

<http://www.ilo.org/>

Organização Internacional para as Migrações (OIM):

<http://www.iom.int/>

Projecto Metropolis International:

<http://www.international.metropolis.net/>

US Committee for Refugees:

<http://www.refugees.org/>

V. PLANIFICAÇÃO DAS AULAS TEÓRICAS E PRÁTICAS

Pontos do programa	Sessão n.º	Sumário
I. INTRODUÇÃO: <ul style="list-style-type: none"> ➤ Fundamentos da disciplina ➤ Objecto ➤ Quadro conceptual de referência ➤ Fontes de informação 	1	<p>Apresentação do programa e indicação da bibliografia básica. Organização da disciplina. Preenchimento das fichas dos alunos.</p> <p>Objecto e fundamentos dos estudos das migrações humanas. As perspectivas de abordagem de diferentes disciplinas: Geografia, Economia, Sociologia e Demografia. Natureza interdisciplinar dos estudos migratórios. Exemplos de autores/estudos com diferentes perspectivas de abordagem disciplinar das migrações. Migrações e mobilidade: a mobilidade como um elemento essencial do quotidiano. Importância crescente das migrações em diferentes escalas espaciais.</p>
	2	<p>Apresentação e problematização dos conceitos básicos: migração internacional, emigração, imigração, transmigração; saldo migratório; migrações temporárias e definitivas; reunificação familiar; imigrantes documentados; imigração clandestina; refugiados; requerentes de asilo. Tipos de migrações. Lançamento do trabalho de grupo⁷.</p>
	3	<p>Informação estatística para os estudos das migrações. Níveis de análise: macro <i>versus</i> micro; análises transversais e longitudinais. Fontes estatísticas nacionais e internacionais. Características e limitações. O problema da compatibilização de fontes de natureza diversa, ao nível nacional e internacional, internas e internacionais.</p> <p>Tipos de migrações.</p>
	4	<p>Características e representações dos fluxos migratórios no espaço e no tempo. Taxas migratórias, taxas de estabilidade e <i>ratios</i> de dispersão da população.</p> <p>Preparação de questionários, guiões de entrevistas e de grupos de foco (<i>focus groups</i>) para diferentes tipos de estudos das migrações. Histórias de vida e observação participante.</p>
II. TEORIAS E MODELOS EXPLICATIVOS DAS MIGRAÇÕES	5	<p>Perspectivas teóricas do estudo das migrações. Modelos migratórios de base empírica. “Leis das migrações” de Ravenstein, modelos gravíticos e teoria da transição da mobilidade.</p>

⁷ Como referimos anteriormente, o acompanhamento da elaboração dos planos dos trabalhos de grupo é efectuado fora das aulas, nas horas destinadas ao apoio tutorial dos estudantes e noutras com eles previamente acordadas.

Pontos do programa	Sessão n.º	Sumário
II. TEORIAS E MODELOS EXPLICATIVOS DAS MIGRAÇÕES <i>(Cont.)</i>	6	Teorias económicas das migrações: teoria económica neoclássica; nova economia, segmentação do mercado de trabalho. Abordagens histórico-estruturalistas. Abordagens sistémicas.
	7	Acompanhamento dos trabalhos de grupo dos alunos.
III. “NOVAS MIGRAÇÕES” E TRANSFORMAÇÕES SOCIO ECONÓMICAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO À ESCALA GLOBAL	8	Globalização crescente das relações e dos campos migratórios internacionais. Novos tipos de movimentos migratórios e a sua dinâmica: profissionais qualificados, estudantes e reformados. A tendência para a crescente feminização das migrações.
	9	Organização espacial do sistema migratório internacional. Principais regiões de partida e de chegada. O novo contexto dos movimentos migratórios ilegais - das redes baseadas na confiança ao tráfico de migrantes. Políticas de combate à imigração ilegal.
	10	Metropolização do sistema migratório internacional. Migrações e transformações económicas e sociais no mundo contemporâneo. Diásporas e comunidades transnacionais
	11	Acompanhamento dos trabalhos de grupo dos alunos.
IV. GRANDES SISTEMAS MIGRATÓRIOS NO MUNDO: AMÉRICA DO NORTE E EUROPA	12	O Sistema migratório Norte-americano. Fases de evolução e políticas de imigração nos Estados Unidos da América e no Canadá. Áreas de recrutamento da imigração para a América do Norte. Os imigrantes nos Estados Unidos da América e Canadá: populações, territórios e mercados de emprego. Imigração, pobreza e (in)exclusão socio-étnica.
	13	O Sistema migratório Europeu: diminuição e recomposição da emigração transoceânica; das migrações de povoamento à circulação de profissionais altamente qualificados. As migrações intra-europeias: da Revolução Industrial à Segunda Guerra Mundial. A Europa como terra de imigração. Fases de evolução das migrações europeias no pós- Segunda Guerra Mundial: finais dos anos quarenta e década de cinquenta. A fase dos “trabalhadores convidados”.
	14	A crise económica e a inversão da política migratória na Europa: retorno e reunificação familiar. Alargamento da imigração aos países da Europa do Sul. Especificidades do modelo migratório sul-europeu. A problemática da imigração clandestina. Economia informal e imigração clandestina. Migrações forçadas: requerentes de asilos, refugiados e pessoas deslocadas.

Pontos do programa	Sessão n.º	Sumário
IV. GRANDES SISTEMAS MIGRATÓRIOS NO MUNDO: AMÉRICA DO NORTE E EUROPA (Cont.)	15	Os anos noventa: a onda migratória do leste europeu. Novos processos migratórios: o papel das redes de recrutamento e de tráfico ilegal de mão-de-obra. Política migratória da União Europeia: convergências e divergências.
V. AS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS EM PORTUGAL	16	Portugal no sistema migratório europeu: da emigração à imigração. Génese da imigração contemporânea para Portugal: fases e tipos de imigrantes. Origem geográfica e áreas de residência dos imigrantes estabelecidos em Portugal.
	17	Dinâmicas de integração dos imigrantes em Portugal: estratégias e protagonistas. Nova imigração e desenvolvimento regional em Portugal. A vaga dos imigrantes de Leste. Política de imigração em Portugal.
VI. IMIGRAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS	18	Imigração e cidades: dinâmicas de inserção sócio-espacial dos imigrantes nas metrópoles contemporâneas. Mercado de trabalho urbano: polarização e atracção de imigrantes.
	19	Segregação residencial. Exemplos de segregação em cidades europeias e americanas. Imigração e transformações urbanas na Área Metropolitana de Lisboa.
	20	Políticas urbanas em cidades multi-étnicas: os novos actores e os novos poderes. O caso de Lisboa.
VII. A GESTÃO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: O DEBATE ACTUAL	21	Razões de uma gestão das migrações internacionais mal sucedida. Temas em debate na actualidade. As contradições das políticas europeias: procura de um consenso, ou regresso das nações?
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS TRABALHOS DE GRUPO⁸	22	Apresentação e discussão dos trabalhos efectuados pelos alunos.
	23	Apresentação e discussão dos trabalhos efectuados pelos alunos.
	24	Apresentação e discussão dos trabalhos efectuados pelos alunos.
TESTES PARA AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS	25	Teste para avaliação de conhecimentos – 1ª chamada
	26	Teste para avaliação de conhecimentos – 2ª chamada

⁸ O número de aulas para apresentação dos trabalhos de grupo será de três ou quatro, conforme o número de alunos da disciplina.

**PARTE II - DESENVOLVIMENTO
DO PROGRAMA**

I. Migrações e Território: âmbito, princípios, conceitos e fontes de informação.

A. OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Conhecer a importância crescente da mobilidade geográfica da população na vida quotidiana e as suas implicações na organização do território, em diferentes escalas geográficas.
2. Saber situar as questões de investigação relevantes e as diferentes perspectivas de abordagem das migrações humanas, no quadro da Geografia Humana e de áreas disciplinares afins: Demografia, Economia, Sociologia, Antropologia, Direito, História e Ciência Política.
3. Conhecer os conceitos básicos utilizados no estudo das migrações e respectiva operacionalização.
4. Identificar as principais fontes de informação estatística, nacionais e internacionais, e conhecer as suas características e limitações.
5. Saber estruturar um inquérito por questionário e preparar guiões de entrevistas, grupos de foco e histórias de vida, adequados à investigação de diferentes aspectos das migrações humanas.
6. Caracterizar os diferentes tipos de migrações.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Objecto e fundamentos dos estudos das migrações humanas

Objecto de estudo das migrações humanas. Carácter interdisciplinar do estudo das migrações. Questões relevantes nos estudos das migrações. Causas das Migrações. Quem emigra? Como? Quando? De Onde? Para Onde? Motivações e barreiras às migrações. Impactes das migrações nos territórios e nas sociedades de origem e de destino. Dinâmicas de integração dos imigrantes e minorias étnicas descendentes de imigrantes: estratégias e protagonistas.

Os trabalhos pioneiros de Ravenstein (1885-1889); Sjaastad (1962); Lowry (1966), Hagerstrand (1957) e Zelinsky (1971).

Diferentes perspectivas disciplinares de abordagem do estudo das migrações:

geográfica, económica, sociológica, antropológica, demográfica, jurídica e política. Exemplos de autores/estudos com diferentes perspectivas de abordagem disciplinar das migrações: Económica: Greenwood, 1975 e 1985; Sociológica: Ritchey, 1976; Geográfica: Clark, 1986.

2. Migrações e mobilidade: a mobilidade como um elemento essencial do quotidiano

As práticas do quotidiano não estão confinadas a um espaço contínuo. Desenvolvem-se em múltiplos lugares: residência, trabalho, estudo, compras, férias, lazeres, etc. e são cada vez mais influenciadas por processos globais, que se fazem sentir localmente. Por isso, a mobilidade da população constitui um aspecto marcante do dia-a-dia de um número cada vez maior de pessoas e lugares.

A análise da história migratória de alguns alunos da turma ou dos seus familiares mais próximos, bem como das deslocações que efectuaram ao longo da última semana, permitirá certamente, ilustrar este fenómeno.

A generalização da mobilidade da população, no dia a dia e ao longo da vida dos indivíduos, faz com que a relação dos mesmos com o espaço, contrariamente ao que acontecia nas sociedades tradicionais, não se defina pela identificação com um território em concreto e, conseqüentemente, não corresponda a um ideal de fixação territorial. Além disso, a distribuição geográfica da população apresenta grandes variações em função dos ritmos da actividade humana e dos perfis de especialização funcional dos diferentes lugares.

As diferenças na distribuição espacial da população, durante o dia e durante a noite, nos períodos de trabalho e de lazer (sobretudo férias e fins de semana), originam “pendulações” permanentes, de amplitude e período variáveis, que têm conseqüências profundas nos processos de integração/fragmentação dos territórios, através do padrão espacial das redes de fluxos de pessoas e também de informação.

3. A importância crescente das migrações em diferentes escalas espaciais

3.1. Migrações internacionais

O número de migrantes internacionais permanentes (residentes no estrangeiro por períodos superiores a um ano) tem vindo a aumentar consideravelmente (Quadro 1). Mais de 175 milhões de migrantes internacionais celebraram a passagem do milénio fora dos seus países de origem. O aumento dos fluxos migratórios internacionais observado nas últimas décadas, foi acompanhado por uma diversificação dos territórios de origem, trânsito e destino dos migrantes, ao ponto de, hoje em dia, se poder dizer que não há nenhum país, desenvolvido e em desenvolvimento, que não seja, directa ou indirectamente, afectado pelos efeitos das migrações internacionais.

Quadro 1 - Evolução do número de imigrantes internacionais, 1965-2000

Anos	População Mundial (milhões)	Nº de imigrantes (milhões)	Imigrantes na população mundial (%)	Taxa de cresc. da população (%)	Taxa de cresc. Migrações (%)
1965	3333	75	2,3	-	-
1975	4066	84	2,1	22,0	12,0
1985	4825	105	2,2	18,7	25,0
2000	6057	150	2,9	25,5	66,7

Fonte: IOM - *World Migration Report 2003*, com tratamento próprio.

Estes movimentos, a par de outras formas de mobilidade geográfica da população, à escala internacional (migrações temporárias, deslocações por motivos de negócios, saúde, estudo, compras, turismo, etc.), são um dos principais agentes de transformação do mundo actual, nos planos demográfico, económico, político e cultural.

⇒ **Relevância das migrações internacionais na agenda política da actualidade**

Razões da crescente relevância política das migrações Transição demográfica abrupta dos principais países receptores.

- Políticas nacionais dos países de destino dos imigrantes.
- Preocupação com os efeitos da fuga do capital humano.
- Saúde pública.
- Segurança internacional.

3.2. Migrações internas

As migrações têm constituído, ao longo da história da Humanidade, um dos principais factores de transformação dos padrões espaciais de distribuição da população e de mudança das estruturas demográficas das regiões de origem e de destino dos fluxos migratórios.

⇒ **Migrações internas e processo de urbanização no mundo desenvolvido:** êxodo rural e urbanização. Suburbanização e formação de grandes áreas metropolitanas. Contra-urbanização e reurbanização.

⇒ **Migrações internas nos países em desenvolvimento:** migração rural-rural e rural urbana. A explosão urbana observada a partir da Segunda Guerra Mundial.

4. Apresentação e problematização de conceitos-chave

4.1. Mobilidade(s) da População

A palavra mobilidade corresponde a um conceito extremamente amplo, utilizado para designar ocorrências muito variadas (Fonseca, 1990):

- Deslocações no território – mobilidade geográfica – onde se incluem todos os tipos de migrações (mudanças de residência), qualquer que seja a amplitude do movimento (internacional, inter e intra-regional e local); os percursos entre a residência e o emprego – migrações pendulares diárias e as deslocações para compras, turismo e lazer.
- Quando referida apenas à população activa, a mobilidade, além das deslocações

territoriais pode ainda designar transferências intersectoriais da força de trabalho, mudanças de profissão ou situação socioprofissional ou simplesmente uma mudança de entidade empregadora.

- O termo mobilidade também se emprega para indicar a diferença entre o estatuto social de um indivíduo e o da família de onde provém – mobilidade social entre gerações.

A mobilidade da população, na sua acepção mais lata, ultrapassa largamente a ideia de movimento espacial, designando um processo social e económico, extremamente complexo e multifacetado que engloba, além dos diferentes tipos de deslocações no território, as transferências de população activa entre regiões, sectores e grupos sociais (Fonseca, 1990).

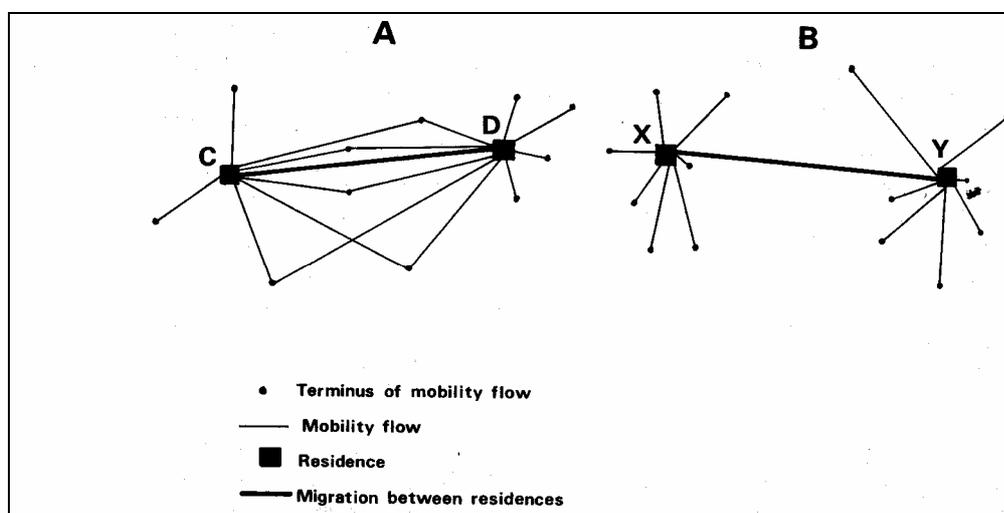
A mobilidade geográfica da população está frequentemente associada a um processo de mobilidade socioprofissional. Por isso, desenvolveu-se o conceito de mobilidade sócio - espacial que, além dos diferentes tipos de deslocações no território, considera também as mudanças de situação perante o trabalho e as transferências de população activa entre sectores, profissões, empresas e grupos sociais.

4.2. Migração, uma forma particular de mobilidade

As migrações constituem um subconjunto das formas de mobilidade geográfica, na medida em que são movimentos que implicam uma mudança de residência. Por isso, a Divisão de Demografia das Nações Unidas define as migrações como “deslocações excepcionais que envolvem a instalação permanente num lugar diferente da origem e implicam mudança do local de residência habitual”.

A mobilidade geográfica ou circulação, engloba todo o tipo de movimentos territoriais, temporários e permanentes e entre locais situados a diferentes distâncias (deslocações casa-trabalho, para turismo e lazer, compras, cuidados de saúde, etc.) (Zelinsky, 1971). Contudo, o local de residência é sempre uma referência fundamental para analisar não apenas os movimentos migratórios, mas também os padrões espaciais de todas as outras formas de mobilidade (Fig. 1).

Fig. 1 – Mobilidade e migração de um indivíduo.



Fonte: White & Woods, 1980: 4.

4.2.1. Migração: dimensão temporal e escala espacial

O conceito de migração, como vimos, é muito simples e claro. Contudo, a sua operacionalização para efeitos de quantificação dos fluxos migratórios, é extremamente complexa e necessariamente parcial, implicando sempre uma indicação precisa da sua dimensão temporal e espacial.

A diferença entre a definição do conceito de migração e a sua operacionalização deriva da natureza das fontes de informação disponíveis sobre os fenómenos migratórios (Kosiński & Prothero, 1975; White & Woods, 1980).

⇒ A definição apresentada por Jackson (1991)

“Migração é o movimento de uma população, temporário ou permanente, de um local físico para outro” (Jackson, 1991:7).

Esta definição incorpora a dimensão temporal do movimento (permanente ou temporário), mas não contempla a escala geográfica em que ocorre (internacional, nacional, regional).

⇒ **A definição de Hägerstrand (1957)**

T. Hägerstrand definiu migração como a mudança do centro de gravidade (local de residência) do padrão de mobilidade individual (Hägerstrand, 1957: 27-28).

⇒ **A definição de Mangalam (1968)**

Para Mangalam, as *migrações* são “ ... deslocções relativamente permanentes de uma colectividade denominada migrantes, de um local geográfico para outro, precedida por uma tomada de decisão da parte dos migrantes, baseada num conjunto de valores hierarquicamente ordenados e tendo como resultado uma modificação no sistema de interacção dos migrantes” (Mangalam, 1968:8).

Mangalam não considera as deslocções temporárias como migrações e privilegia os aspectos sociais e individuais que originam os movimentos migratórios. Além disso, esta definição incorpora um sentido colectivo, envolvendo um conjunto de pessoas que se deslocam e não apenas um indivíduo isoladamente (Malheiros, 1996).

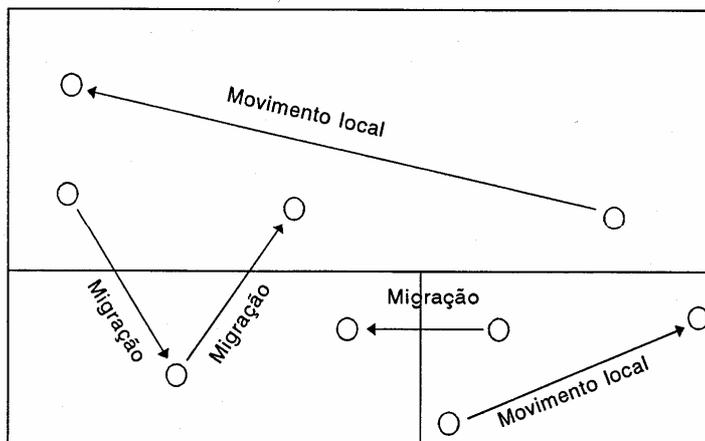
⇒ **A definição de Eisenstadt (1953)**

Eisenstadt define migração como “ a transição física de um indivíduo ou grupo, de uma sociedade para outra”. Essa transição implica, normalmente, a mudança para um novo quadro social, “*social setting*” (1953: 1, citado por: Pires, 2003: 58).

Esta definição tem a particularidade de associar a mobilidade espacial a uma mudança de espaços sociais.

Em síntese, para operacionalizar o conceito de migração, distinguindo-o de movimentos locais, normalmente consideram-se apenas as mudanças de residência entre duas regiões diferentes (unidades administrativas ou não), ocorridas num determinado intervalo de tempo. Assim, para que o conceito de migração seja operativo, importa definir previamente os limites das regiões (Fig. 2).

Fig. 2 – Efeito da dimensão e forma das unidades espaciais na definição das migrações



Fonte: Lewis, 1982: 10 (citado por: Malheiros, 1996: 28).

Deve notar-se que o conceito operativo de migração não se aplica a populações, de grande mobilidade, mas que não têm uma residência habitual (fixa), como sejam populações nómadas e os vagabundos.

4.3. Conceitos operativos para o estudo das migrações

Migração internacional; emigração; imigração; saldo migratório; migrações temporárias e definitivas; estrangeiro; correntes e contra-correntes migratórias; factores de atracção e de repulsão; reunificação familiar; imigrantes documentados; imigração clandestina; refugiados; requerentes de asilo; trabalhadores convidados (*guest workers*); diáspora; selectividade das migrações; fuga de cérebros (*brain drain*); interacção espacial.

CONCEITOS OPERATIVOS

Migração (M)	Mudança da residência permanente de um lugar de origem, para outro, fora da região ou país de partida.
Imigração (I)	Processo de entrada num país, ou região, com o objectivo de fixação, temporária ou definitiva, nessa área.
Emigração (E)	Processo de saída de um país ou região, com o objectivo de se fixar, temporária ou definitivamente, noutro lugar.
Saldo migratório (S_m)	Diferença entre a imigração e a emigração $S_m = I - E$
Migrações internacionais	Deslocações de pessoas de um país para outro, com o objectivo de se fixarem, temporária ou definitivamente, num novo local.
Migrações internas	Deslocações de pessoas, de uma região para outra, no interior do mesmo país, com o objectivo de se fixar, temporária ou definitivamente, num novo local.
Migração definitiva	Deslocação definitiva de uma população para uma nova região ou país. <i>No caso das migrações internacionais, a ONU, considera deslocações para outro país, por um período igual ou superior a um ano.</i>
Migração temporária	Deslocação de indivíduos por um período de tempo relativamente longo (em regra de alguns meses até um ano), para uma nova região ou país, normalmente por razões de trabalho, estudo, sem que isso implique, na maioria dos casos, alteração da residência permanente.
Estrangeiro	Pessoa que não tem a nacionalidade do país onde reside.
Corrente migratória	Fluxo migratório bem definido entre um lugar de origem e um lugar de destino particulares.
Contra-corrente migratória	Fluxo migratório de sentido oposto a uma corrente migratória.
Factores de atracção	Razões para imigrar para um determinado lugar.
Factores de repulsão	Razões para emigrar de um determinado lugar.
Reunificação familiar	Migração de alguns membros da família, em regra não activos, no sentido de se juntarem aos familiares já instalados num novo país ou região.

<i>Imigração clandestina</i>	Processo de entrada num país de destino, através de circuitos ilegais que escapam ao controlo das fronteiras nacionais.
<i>Imigrantes indocumentados (ou em situação irregular)</i>	Migrantes internacionais estabelecidos num país de destino, sem cumprirem as formalidades legais inerentes ao processo migratório. A irregularidade da situação desses imigrantes pode resultar de uma permanência no país de acolhimento para além dos prazos legalmente fixados ou da ocorrência de migrações clandestinas.
<i>Requerentes de asilo</i>	Indivíduos que solicitam o estatuto legal de refugiados num país do qual não são nacionais.
<i>Refugiados</i>	Pessoas que se encontram fora do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a um grupo social particular.
<i>Trabalhadores convidados (guest workers)</i>	Conceito que se difundiu a partir dos anos 60, para designar a mão-de-obra imigrante, contratada pelos países desenvolvidos da Europa, para fazer face às carências de emprego, sobretudo não qualificado e pouco qualificado, em diferentes ramos de actividade económica.
<i>Diáspora</i>	Comunidade dispersa por vários países que partilha a mesma origem, real ou mítica, mantendo vivos os laços comunitários e uma identidade étnico-cultural que a individualiza das sociedades de acolhimento. Ex: diásporas judaica, chinesa e indiana.
<i>Selectividade das migrações</i>	Tendência para indivíduos ou grupos com características particulares terem maior propensão para emigrar do que outros. A idade, sexo, grau de instrução e outras características sociodemográficas são factores selectivos.
<i>“Brain drain”</i>	Deslocação dos “cérebros” (trabalhadores altamente qualificados) dos países em desenvolvimento para os mais desenvolvidos.
<i>Interacção espacial</i>	Movimentos de ideias, informação, capital, mercadorias e pessoas, entre lugares distintos.

5. Fontes de informação

Os dados concernentes a migrações são basicamente de três tipos:

- Dados contínuos (registos de mudanças de residência)
- Dados de inquéritos
- Recenseamentos da população
- Registos dos movimentos nas fronteiras

Fontes de informação sobre migrações

	Censos	Inquéritos	Registos de população e de migrações	Outras fontes
Informação directa				
Naturalidade	+	+	-	+
Residência anterior	+	+	+	+
Residência numa data específica	+	+	-	+
Tempo de permanência na Residência actual	+	+	-	+
Informação indirecta				
População actual e numa data anterior (por idade e sexo)	+	-	-	+
Características dos migrantes	+	+	+	+
Características dos não migrantes	+	+	-	+
Razões para a mudança	+	+	+	+

5.1. Migrações internacionais: escassez e dificuldades de compatibilização da informação disponível

Migrantes internacionais: definições muito diferentes, segundo os países. Dificuldades metodológicas de comparação das migrações internacionais em diferentes países e macro-regiões. Equiparação de imigrante a cidadão estrangeiro, nos países europeus, e a nascido no estrangeiro, nos velhos países de imigração anglo-saxónicos: Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Nova Zelândia.

Natureza dos conceitos subjacentes às definições de imigrante adoptadas para fins estatísticos:

- a) critério geográfico, fundado sobre a mobilidade da pessoa que muda de país de residência;
- b) critério jurídico, determinado por um estatuto jurídico-político particular.

De acordo com o critério geográfico, um estrangeiro só será um imigrante se efectuou uma migração para o país onde reside. Deste modo, os filhos dos imigrantes que já nasceram no país de acolhimento dos pais, apesar de terem a nacionalidade do país de origem dos seus progenitores, não são imigrantes.

Segundo o critério jurídico-político, as segunda e terceira gerações nascidas no país de imigração dos pais, que mantiverem a nacionalidade de origem, são estrangeiros e, por isso, são contabilizados como imigrantes.

Principais fontes de informação nos países de imigração e de emigração e suas limitações. Tentativas de harmonização das estatísticas produzidas pela Organização das Nações Unidas, OCDE e União Europeia.

5.2. A quantificação dos migrantes face às fontes disponíveis

Face à inexistência de registos das mudanças de residência, é possível fazer estimativas dos saldos migratórios de uma determinada região/país, a partir de métodos indirectos de estimação, através da equação de concordância demográfica (método dos resíduos) ou do método das probabilidades de sobrevivência.

5.2.1. A equação de concordância demográfica

$$P_{t_1} = P_{t_0} + N_{t_0,t_1} - O_{t_0,t_1} + I_{t_0,t_1} - E_{t_0,t_1}$$

Sendo :

P_{t_1} = População total no momento final t_1

P_{t_0} = População total no momento inicial t_0

N_{t_0,t_1} = Número de nascimentos ocorridos entre t_0 e t_1

O_{t_0,t_1} = Número de óbitos ocorridos entre t_0 e t_1

I_{t_0,t_1} = Número de imigrantes no período entre t_0 e t_1

E_{t_0,t_1} = Número de emigrantes no período entre t_0 e t_1

5.2.2. Método das probabilidades de sobrevivência

Este método consiste na aplicação de uma probabilidade de sobrevivência à população residente num momento inicial (t_0) e comparar a população esperada, sem migrações, com o número de habitantes no final do período (t_1).

$$(x)I_{t_0,t_1} - (x)E_{t_0,t_1} = (x)P_{t_1} - (x)P_{t_0} \times (x)P_{rt_0}$$

Sendo :

$(x)I_{t_0,t_1} - (x)E_{t_0,t_1}$ = Saldo migratório do grupo etário x entre t_0 e t_1

$(x)P_{t_1}$ = População observada do grupo etário x em t_1

$(x)P_{t_0}$ = População observada do grupo etário x em t_0

$(x)P_{rt_0}$ = Probabilidade de sobrevivência do grupo etário x .

6. Tipos de migrações

Como referimos anteriormente, o conceito operativo de migração tem muito a ver com a natureza das fontes de informação disponíveis. Do mesmo modo, as tentativas de

definição de uma tipologia das migrações estão também largamente dependentes das estatísticas que é possível obter, mesmo que, por vezes, não tenham grande relevância para responder às questões teóricas mais importantes (Petersen, 1958: 264).

Apesar destas limitações, os ensaios de classificação das migrações, a partir de critérios de diferentes tipos, são instrumentos analíticos importantes que demonstram que as migrações são um fenómeno muito complexo e multifacetado.

6.1. Formas de classificação das migrações

- Classificação segundo a distância percorrida.
- Classificação segundo o tempo em que ocorrem (migrações temporárias, migrações definitivas).
- Classificação segundo as áreas de origem e de destino: rural-urbana; interurbana; suburbana; urbana-rural.
- Classificação com base nas causas das migrações: económicas, reunificação familiar, refugiados, pós-reforma, estudo.
- Classificação com base nas características demográficas e socioeconómicas dos migrantes: idade, sexo, estado civil, nível de qualificação escolar e profissional, situação perante o trabalho e meio de vida, capital social, etc..
- Classificação segundo o estatuto jurídico-político dos migrantes: legal ou ilegal.
- Classificação com base no carácter voluntário ou involuntário: migrações livres e forçadas.
- Classificação com base nos modos de inclusão dos migrantes nas sociedades de chegada (políticas de integração e formas de recepção social).

Na perspectiva de abordagem geográfica, as classificações efectuadas com base nas características dos migrantes são talvez as mais importantes, na medida em que os impactes das migrações, nas áreas de partida e de chegada, variam muito em função dos tipos de indivíduos que partem (emigrantes) e dos que chegam (imigrantes) a uma determinada região ou país. Qualquer tentativa para operacionalizar uma classificação geral das migrações, a partir das características dos migrantes, é contudo extremamente

difícil, dada a escassez de dados disponíveis e sobretudo as dificuldades de compatibilizar a informação proveniente de diferentes fontes.

As motivações e os processos de decisão de migrar são um aspecto essencial para compreender a selectividade das migrações e, conseqüentemente, analisar os seus impactes geográficos, nas regiões de origem e de destino.

C. INTRODUÇÃO AOS MÉTODOS E TÉCNICAS DE RECOLHA E ANÁLISE DE INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES

1. Métodos de recolha directa da informação

Preparação de questionários, guiões de entrevistas e de grupos de foco para diferentes tipos de estudos das migrações. Histórias de vida e observação participante. Análise crítica de exemplos de utilização destes instrumentos de recolha de informação.

Nas aulas teórico-práticas, os alunos terão ocasião de apreciar diferentes exemplos de questionários, guiões de entrevistas e de grupos de foco, utilizados em trabalhos de investigação, levados a cabo em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente em dissertações de mestrado e doutoramento e outros estudos recentes.

2. Características e representações dos fluxos migratórios no espaço e no tempo

2.1. Cálculo de taxas migratórias

⇒ **Taxa migratória** – *ratio* do número de migrantes num determinado intervalo de tempo por 100 ou 1000 habitantes.

$$m = M/P \cdot k$$

Sendo:

$$m = \text{taxa migratória}$$

M = n.º de migrantes

P = população residente

K = (100 ou 1000) percentagem ou per milagem

Pode calcular-se a *taxa de imigração, emigração e saldo migratório*

taxa de imigração = $I/P \cdot k$

taxa de emigração = $E/P \cdot k$

taxa de saldo migratório = $(I-E)/P \cdot k$

taxa de mobilidade geral = $(I+E)/P \cdot k$

As taxas migratórias podem também ser utilizadas como probabilidades de ocorrência de movimentos migratórios. Isto é, a probabilidade de uma pessoa migrar pelo menos uma vez, no intervalo de tempo considerado.

$M/P + N/P = 1$

M – n.º de migrantes

N – n.º de não migrantes

P – n.º de migrantes potenciais

Problema: qual é a população de referência?

- População residente na área de origem?
- População residente na área de destino?
- População residente no início do período em análise? No final? A meio?

Critérios de opção. Exemplos. Exercícios de aplicação.

⇒ **Taxas de estabilidade e ratio de dispersão da população**

Taxa de estabilidade

$$S_i = (P_{i,t+n} - I_i) / P_{i,t}$$

Ratio de dispersão da população

$$D_i = E_i / P_{i,t}$$

S_i = taxa de estabilidade demográfica

P_i = População residente na área no início ($P_{i,t}$) ou no final do período ($P_{i,t+n}$)

I_i = número de imigrantes na área

E_i = número de emigrantes na área

D_i = *ratio* de dispersão da população

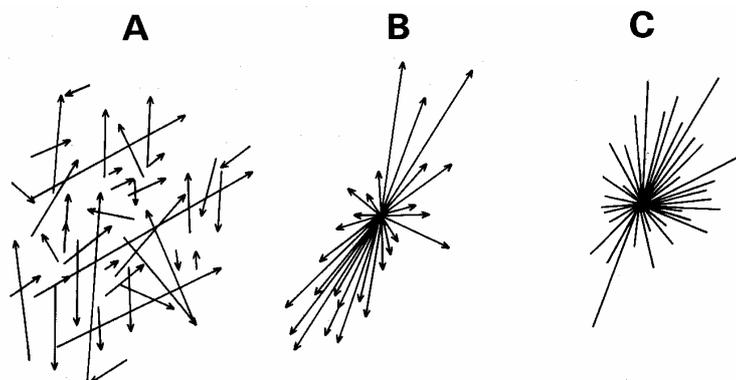
3. Padrões espaciais dos fluxos migratórios: características e representações no espaço e no tempo

3.1. Mapas de fluxos

Os fluxos migratórios podem ser representados de variadas formas. Por convenção, é usual representá-los por segmentos de recta que ligam os locais de origem e de destino (Fig. 3). A sua espessura deve ser proporcional ao volume dos movimentos. Naturalmente que isto requer que seja conhecida com precisão a origem e o destino, o que raramente acontece.

Exemplos de representações de fluxos migratórios, internos e internacionais, em diferentes regiões do mundo desenvolvido e dos países em vias de desenvolvimento. Representações de fluxos de partida, entrada e saldos migratórios

Fig. 3 - Padrões de fluxos migratórios



Em A conhece-se a origem e o destino. Em B representamos áreas como se de pontos se tratasse. Em C representa-se a imigração para um ponto.

Fonte: White & Woods, 1980: 22

3.2. Matrizes migratórias

As matrizes migratórias são matrizes de fluxos de emigrantes entre um conjunto n de áreas de origem e um conjunto m de áreas de destino, num determinado intervalo de tempo. Podem construir-se matrizes de vários tipos: *matrizes de emigração*, *imigração* e *saldos migratórios*. Além disso, também se podem construir diferentes tipos de *matrizes de impacte* dos fluxos migratórios, nas regiões de destino e de origem dos migrantes. No primeiro caso, divide-se cada elemento de cada linha (imigrantes entrados) pelo valor da diagonal (população que permaneceu na região). No segundo, dividem-se os elementos das colunas pelo valor da diagonal.

Nas aulas serão apresentados diversos exemplos de matrizes migratórias, relativas a migrações internas e internacionais, em regiões do mundo desenvolvido e dos países em vias de desenvolvimento.

D. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, pp. 1-56.

FONSECA, M. L. (1990) – *População e Território – do País à Área Metropolitana*. Centro de Estudos Geográficos, (Memórias do CEG, n.º 14), Lisboa pp. 11-19.

JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras, pp. 1-22.

KOSIŃSKI, L.A. ; PROTHERO, R. M. (Ed.) (1975) – *People on the Move – Studies on internal migration*. Methuen, London, pp. 1-17.

MALHEIROS, J. M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana*. Colibri, Lisboa, pp. 17-33.

SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, pp. 9-27.

WHITE, Paul; WOODS, Robert (1980) – *The Geographical Impact of Migration*. Longman, London, pp. 1-56.

2. Bibliografia complementar

BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James F. (2000) - *Migration Theory. Talking Across Disciplines*. Routledge, New York e London, pp.1-26.

CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world, (3.ª ed.)*. Palgrave Macmillan, Hampshire e New York, pp. 1-20.

CLARK, W. (1986) – *Human Migration*. Sage, Beverly Hills, California, 96 p.

FIELDING, A. J. (1994) – “Contra-urbanização: ameaça ou bênção?”, in: PINDER, D. – *Europa Ocidental: desafios e mudanças*. Celta Editora, Oeiras, pp. 295-313.

FONSECA, M. L. (1990) – *População e Território – do País à Área Metropolitana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, n.º 14), pp. 85-139

GRIG, D. B. (1980) – “Migration and overpopulation”, in: WHITE, Paul; WOODS, Robert

- (1980) – *The Geographical Impact of Migration*. Longman, London, pp. 60-83.
- GUILLOIN, M. ; SZTOKMAN, N. (2000) – *Géographie Mondiale de la Population*. Ellipses, Paris, pp. 95-109.
- NOIN, D. (2001) – *Géographie de la Population* (6^a ed.). Armand Colin, Paris, pp. 209-249.
- PETERSEN, W. (1958) – “ A general typology of migration”, *American Sociological Review*, 23, pp. 256-266.
- PIERRET, C. (1998) – “La planète « nomade »: Les mobilités géographiques d'aujourd'hui”. in: KNAFOU, R. (Dir.) (1998) – *La Planète «nomade»: les mobilités géographiques d'aujourd'hui*. Belin, Paris, pp. 27-35.
- SIMON, G. (1993) – “Internal Migration and Mobility”, in: NOIN, D.; WOODS, R. (eds.) – *The Changing Population of Europe*. Blackwell, Oxford, pp. 170-184.

3. Métodos e técnicas

- MASON, Jennifer (2002) - *Qualitative Researching* (2^a ed.). Sage Publications, London, 223 p.
- LIMA, Marinús Pires (2000) – *Inquérito Sociológico. Problemas de Metodologia*. Editorial Presença, Lisboa, 95 p.

4. Referências citadas no texto

- CLARK, W. (1986) – *Human Migration*. Sage, Beverly Hills, California, 96 p.
- EISENSTADT, S. N. (1953) – “Analysis of patterns and absorption of immigrants”, *Population Studies*, 7 (2), pp. 167-180.
- FONSECA, M. L. (1990) – *População e Território – do País à Área Metropolitana*. Centro de Estudos Geográficos (Memórias do CEG, n.º 14), Lisboa.
- GREENWOOD, M. (1975) – “Research on internal migration in the United States: a survey”, *Journal of Economic Literature*, 13, pp. 397-433.
- GREENWOOD, M. (1985) – “Human Migrations: theory models and empirical studies”, *Journal of Regional Science*, 25, pp. 521-544.
- HÄGERSTRAND, T. (1957) – “Migration and area”, in: HANNEMBERG, D. (ed.) – *Migration in Sweden*. Lund Studies in Geography, Ser. B. No. 13, pp. 27-158.

- IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration - Challenges and responses for people on the move*. IOM, Geneva.
- JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras.
- KOSIŃSKI, L.A. ; PROTHERO, R. M. (Ed.) (1975) – *People on the Move – Studies on internal migration*. Methuen, London.
- LEWIS, G. J. (1982) – *Human Migration: a geographical perspective*. Croom Helm, London.
- LOWRY, I. S. (1966) – *Migration and Metropolitan Growth: Two Analytical Models*. Chandler Publishing, San Francisco, pp. 7-33.
- MALHEIROS, J. M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana*. Colibri, Lisboa.
- MANGALAM, J. (1968) – *Human Migration*. University Kentucky Press, Lexington.
- PIRES, R. P. (2003) - *Migrações e Integração*. Celta, Oeiras.
- RAVENSTEIN, E. G. (1985) - “The laws of migration”, *Journal of the Statistical Society*, 48 (June), pp. 167-235.
- RAVENSTEIN, E.G. (1989) - “The laws of migration”, *Journal of the Statistical Society*, 52 (June), pp. 214-301.
- RITCHEY, P. (1976) – “Explanations of Migration”, *Annual Review of Sociology*, 2, pp. 363-404.
- SJAASTAD, L.A. (1962) – The costs and returns of human migration”, *Journal of Political Economy*, 70, pp. 80-93.
- WHITE, Paul; WOODS, Robert (1980) – *The Geographical Impact of Migration*. Longman, London.
- ZELINSKY, W. (1971) – “The hypothesis of the mobility transition”, *Geographical Review*, 61, pp. 219-249.

II. Teorias e modelos explicativos das migrações

A. OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Saber enquadrar as diferentes perspectivas teóricas dos estudos das migrações, no tempo e no contexto sócio-económico em que se produziram.
2. Conhecer as diferentes perspectivas filosóficas de abordagem das migrações.
3. Conhecer os referenciais teóricos e conceptuais dominantes em distintas abordagens disciplinares das migrações.
4. Conhecer as abordagens clássicas e as novas perspectivas teóricas das migrações.

B. DESENVOLVIMENTO PROGRAMA

1. Novas migrações, novas teorias

Os conceitos e as perspectivas teóricas adoptados para analisar e explicar as migrações internacionais têm evoluído ao longo do tempo, reflectindo as condições económicas e sociais dominantes em cada período histórico (Massey *et al.*, 1998).

De acordo com os mesmos autores, a história moderna das migrações internacionais pode dividir-se em quatro períodos, assim caracterizados:

1.1. Período mercantilista (de 1500 a 1800)

Dominavam as migrações internacionais da Europa para o Novo Mundo (Américas, África e Ásia e Oceania). Eram migrações de povoamento e colonização.

⇒ ***Características dos imigrantes:***

- Povoadores agrícolas (elevado número);
- Funcionários administrativos e artesãos (em número reduzido);

- Empreendedores que desenvolveram uma economia de plantação para produzir matérias-primas para a Europa;
- Prisioneiros enviados para colónias penais.

Neste período, os trabalhadores das plantações eram fundamentalmente escravos africanos. Nestes 300 anos foram importados de África para as Américas, cerca de 10 milhões de escravos.

1.2. Período industrial

Vai do início do séc. XIX até aos anos 60 do séc. XX. As migrações internacionais dominantes estão associadas ao crescimento económico da Europa e à difusão da industrialização nas antigas colónias do Novo Mundo.

Entre 1800 e 1925, mais de 48 milhões de pessoas deixaram os países industrializados da Europa, à procura de novas vidas nas Américas e na Oceania.

85% destes emigrantes concentravam-se em cinco **países de destino**:

- Argentina;
- Austrália;
- Canadá;
- Nova Zelândia
- EUA , representando 60% do total.

⇒ **Principais países de partida:**

- Grã-Bretanha;
- Itália;
- Noruega;
- Portugal;
- Espanha
- Suécia

⇒ **Durante a Primeira Guerra Mundial** – redução da emigração.

⇒ **Início dos anos 20** – ligeira recuperação, os EUA impuseram restrições à imigração por causa da Grande Depressão Económica de 1929.

- ⇒ **Anos 30** - as migrações internacionais foram reduzidas, pese embora o facto de se terem verificado alguns movimentos de retorno ao país de origem.
- ⇒ **Anos 40** – os efeitos da 2ª Guerra Mundial produziram migrações de refugiados e muitas pessoas deslocadas.

1.3. Período pós-industrial (a partir dos anos 60 do século passado)

Diminuição da emigração europeia e aumento da emigração da América Latina, Ásia e África. Diversificação dos países de acolhimento. Aos cinco atrás referidos (Argentina, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e EUA), juntam-se agora países da Europa Ocidental: Alemanha, França, Bélgica, Suíça, Suécia e Holanda.

- ⇒ **Anos 70:** Da emigração à imigração para a Europa do Sul: Itália, Espanha, Grécia e Portugal. A imigração para os países do Golfo Pérsico (exploração do petróleo e construção civil e obras públicas).
- ⇒ **Anos 80:** As migrações internacionais difundiram-se na Ásia, não apenas no Japão, mas também nos novos países industrializados: Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia.
- ⇒ **Anos 90:** O desmoronamento dos regimes comunistas da Europa de Leste. As migrações Leste – Oeste. O aumento das migrações de refugiados.

2. Perspectivas teóricas dos estudos das migrações

2.1. Diferentes tipologias dos estudos das migrações humanas

- ⇒ **Perspectivas filosóficas:** Positivista, comportamental (behavioralism), estruturalista, humanista e pós-moderna (Cloke, Philo e Sadler, 1991; Johnston, Gregory e Smith, 1994, referida por Boyle *et al.*, 1998).

⇒ **Outros tipos de classificações baseadas em diferentes referências teóricas e conceptuais e/ou distintas perspectivas disciplinares:** Racionalidade económica, eco-demográfica, espacial, antropossociológica e neo-marxista (Shrestha, 1988).

2.2. Modelos migratórios de base empírica: modelos de atracção-repulsão, “leis das migrações” de “Ravenstein, modelos gravíticos e teoria da transição da mobilidade

2.2.1. Modelos de atracção-repulsão

Nos estudos clássicos das migrações humanas estas eram explicadas por factores de atracção dos locais de destino e por factores de repulsão dos locais de origem. O modelo de atracção-repulsão corresponde à formulação mais simples das causas das migrações. O homem, enquanto ser racional, comportava-se como *homo economicus*, procurando maximizar as vantagens e minimizar os inconvenientes de viver num determinado local. Deste modo, as migrações eram explicadas pelas condições atractivas dos lugares de destino, ao nível económico (oportunidades de emprego, salários, modo de vida, etc.), e pelos factores repulsivos dos locais de origem (exclusão do acesso à propriedade da terra, desemprego, baixos salários, fomes, terras pouco produtivas, etc.) (Jackson, 1991: 19-22).

Este modelo inspira-se no trabalho pioneiro de Ravenstein, publicado na *Geographical Magazine* de 1876 e no *Journal of the Statistical Society* de 1885 e de 1889. Ravenstein apresenta um conjunto de onze leis (regularidades básicas) que, segundo ele se verificam no processo migratório, nomeadamente nas migrações campo-cidade. O trabalho de Ravenstein baseou-se em dados do Recenseamento da população britânica, relativos aos locais de naturalidade e residência, em 1871 e 1881. No estudo publicado em 1889, analisou ainda dados semelhantes para a América do Norte e outros países da Europa (Boyle; Halfacree e Robinson, 1998).

Os trabalhos de Ravenstein têm um carácter pioneiro nos estudos das migrações, em Inglaterra, em meados do séc. XIX, influenciando o desenvolvimento da investigação na área das migrações até à actualidade (Massey *et al.*, 1993; Zolberg, 1989), apesar de as leis que identificou se fundarem em análises empíricas, sem uma fundamentação teórica.

⇒ Crítica às leis das migrações de Ravenstein (1885,1889) desenvolvidas por Lee (1966).

Leis de Ravenstein

Leis de Ravenstein

1. Muitos migrantes deslocam-se apenas para curtas distâncias;
2. O volume das migrações aumenta com o desenvolvimento da indústria e do comércio;
3. A direcção da migração é fundamentalmente das áreas agrícolas para as industriais (rural – urbana);
4. As migrações de longa distância dirigem-se para os principais centros comerciais e industriais;
5. A migração processa-se por etapas;
6. Todas as correntes migratórias geram uma contra-corrente;
7. A população natural das cidades migra menos que a dos campos;
8. As mulheres têm maior mobilidade interna do que os homens, mas os homens aventuram-se a emigrar para locais mais distantes;
9. Os migrantes são geralmente adultos. As famílias raramente emigram para longas distâncias;
10. As grandes cidades crescem mais à custa das migrações do que do crescimento natural;
11. As principais causas das migrações são económicas;

O modelo de atracção – repulsão de Bogue

Bogue (1969) considera seis factores de repulsão e outros tantos de atracção. Os factores económicos, nomeadamente o emprego e os salários, são os elementos com maior peso na determinação das condições de atracção dos locais de destino e de repulsão das áreas de origem. Contudo, Bogue identifica também outros atributos importantes que influenciam a atracção/repulsão dos lugares, tais como: situações de discriminação e opressão, desajuste entre as características dos migrantes e os valores dominantes na sociedade, que actuam como factores repulsivos, ou existência de melhores oportunidades de acesso à educação e serviços de saúde, oferta melhor e

mais diversificada de actividades culturais, desportivas e de lazer, melhor qualidade ambiental e melhores condições de vida em geral, que funcionam como aspectos atractivos (cit. Malheiros, 1996: 34).

Migrações e percepção da “utilidade dos lugares”

Considerando que as migrações são influenciadas pela forma como os indivíduos percebem as oportunidades de satisfação das suas necessidades e desejos em diferentes lugares, importa perceber os mecanismos de formação da decisão de migrar e porque é que há uns que partem e outros que ficam.

A introdução de aspectos da Psicologia comportamental nos estudos geográficos das migrações deve muito aos trabalhos de Julian Wolpert (1965; 1966), em que introduziu a noção de “utilidade do lugar”.

Para J. Wolpert (1965), a utilidade do lugar pode definir-se como o grau de satisfação ou insatisfação individual relativamente a um lugar (Wolpert, 1965). A avaliação individual da utilidade de um lugar, comparativamente a outros, depende muito da informação que tem sobre cada um. Enquanto dispõe de dados seguros sobre o lugar onde vive, o conhecimento/ avaliação que faz de outros lugares que podem constituir possíveis destinos migratórios é muito mais limitado e incerto.

Fig. 4 - Matriz individual de utilidade de lugares

Atributos/ Variáveis	Pontuações das variáveis	Lugares					
		L1	L2	L3	L4	Ln
V ₁							
V ₂							
V ₃							
V ₄							
.							
.							
V _m							
Soma das pontuações							

A partir da construção de matrizes de utilidade dos lugares (Fig. 4), é possível construir modelos explicativos das migrações entre duas localidades. Importa, contudo, tomar em conta que os atributos/variáveis dos lugares (e respectiva ponderação), relevantes no processo de decisão de migrar, variam de indivíduo para indivíduo e ao longo do ciclo de vida individual.

2.2.2. Modelos gravíticos: migrações e distância

Os modelos gravíticos, inspirados na lei da atracção universal de Isaac Newton (1642-1727), constituem uma das bases teóricas mais sólidas da geografia aplicada (Öberg, 1997: 38).

Assentam no princípio de que o volume das migrações entre dois lugares é inversamente proporcional a distância que os separa e directamente proporcional às suas dimensões populacionais (massas).

Como vimos atrás, a ideia do impacto da distância nas migrações, estava já presente nos trabalhos de Ravenstein (século XIX). A ideia da relação entre distância e interacção espacial, foi difundida na Geografia apenas nos anos quarenta do século passado, pelos trabalhos de Zipf (1941).

Modelos migratórios baseados na relação entre distância e interacção:

Migrações, distância e oportunidades (Stouffer, 1940; 1960). Princípios gravíticos e probabilísticos - modelo Monte Carlo (Hägerstrand (1957). Distância e oportunidades económicas (Lee, 1966). Formalização matemática dos modelos gravíticos aplicados às migrações (Wilson, 1974).

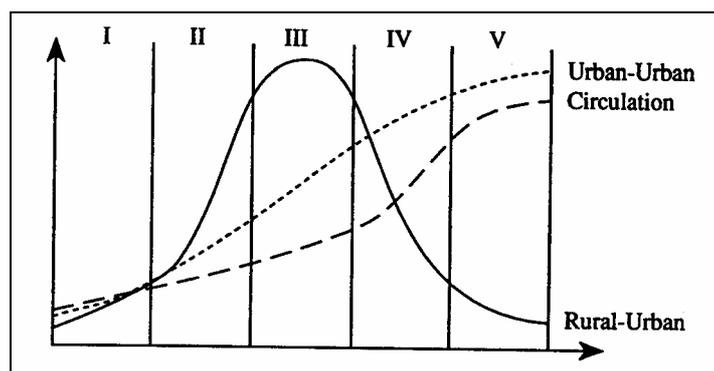
2.2.3. Teoria da transição da mobilidade: migrações internacionais e evolução da sociedade

A teoria da transição da mobilidade, formalizada por W. Zelinski (1971), parte do princípio de que existe uma relação entre diferentes tipos de fluxos migratórios e os processos de mudança demográfica, social e económica, observados na evolução das sociedades.

Identifica cinco fases nos processos de transição da Sociedade Tradicional pré-moderna (sociedade camponesa pré-capitalista) até à sociedade pós-industrial actual:

- **Fase I – Sociedade tradicional pré-moderna** (fraca mobilidade geográfica da população);
- **Fase II – Sociedade de transição inicial** (início do processo de industrialização e modernização) – fortes migrações internas campo-cidade e migrações internacionais de colonização;
- **Fase III – Sociedade de transição final** (consolidação do processo de urbanização) – apogeu das migrações internas das áreas rurais para as áreas urbanas;
- **Fase IV – Sociedade avançada** – redução do êxodo rural para as áreas urbanas; aumento da emigração de profissionais altamente qualificados e das migrações de trabalhadores pouco qualificados das áreas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas;
- **FASE V – Sociedade pós-industrial** – De acordo com Zelinski, na época em que desenvolveu a sua teoria (início dos anos 70), esta fase ainda não tinha sido atingida por nenhuma sociedade. Contudo, avança com a hipótese de que se irá manter a pressão migratória das áreas menos desenvolvidas para as mais desenvolvidas, embora a um ritmo menor do que na fase anterior.

Fig. 5 – Esquema simplificado das cinco fases da teoria da transição da mobilidade



Fonte: (Öberg, 1997: 37).

Este modelo descreve as mudanças observadas em diferentes tipos de migrações, mas não tem nenhuma capacidade explicativa. Enfatiza o aumento ou a diminuição dos fluxos migratórios das áreas rurais para as áreas urbanas, entre cidades,

ou cidade-campo, mas não relaciona estas alterações com variáveis que possam constituir possíveis factores explicativos das transformações observadas.

2.3. Teorias económicas das migrações

2.3.1. Teoria económica neoclássica

A teoria neoclássica das migrações fundamenta-se na teoria económica neoclássica. Combina uma abordagem macro-económica centrada nas determinantes estruturais das migrações, com uma perspectiva micro-económica baseada na análise do comportamento humano. Assenta nos diferenciais de salários e condições de trabalho entre regiões ou entre países e nos custos da migração. Encara a migração como uma decisão individual para aumentar o rendimento.

Na sua forma mais elementar, a economia neoclássica concebe a emigração em termos de condições de oferta (repulsão) e procura (atração) de trabalho. Desemprego, subemprego, salários baixos, más condições de trabalho e falta de oportunidades económicas motivam a migração, que tende a dirigir-se para lugares em que o emprego, salários e outras oportunidades económicas são mais atractivas.

⇒ Teoria neoclássica macro-económica

A teoria neoclássica macro-económica das migrações centra-se nos mercados de trabalho e nas diferenças de salários entre os países de origem e de destino dos migrantes. A mobilidade geográfica da mão-de-obra está associada a diferenças na oferta e procura do factor trabalho (Lewis, 1954; Harris & Todaro, 1970; Todaro, 1976), constituindo um mecanismo de ajustamento, promotor do equilíbrio das economias regionais e/ou nacionais. Deste modo, os trabalhadores tenderiam a deslocar-se das regiões/países de baixos salários para as regiões/países de salários mais elevados, aproximando os níveis salariais das áreas de origem e destino dos migrantes (Massey, *et al.*, 1998).

⇒ Teoria neoclássica micro-económica

A teoria neoclássica micro-económica assenta nos princípios da liberdade de decisão individual e da racionalidade económica. Isto é, os trabalhadores avaliam os custos e benefícios da migração, podendo optar livremente por migrar ou não migrar,

bem como escolher o lugar de destino (Sjaastad, 1962; Todaro, 1969, 1976 e 1989; Todaro e Maruszko, 1987).

Neste processo de decisão os migrantes avaliam os custos e benefícios associados a cada destino alternativo, escolhendo aquele que oferece maiores vantagens num determinado horizonte temporal (Borjas, 1989, 1990).

Deste modo, características particulares dos indivíduos (qualificação escolar e profissional, idade, estado no ciclo de vida, experiências migratórias anteriores, etc.) influenciam a decisão de migrar e a escolha do local de destino.

2.3.2. “Nova economia” das migrações

Esta teoria considera as diferenciações existentes numa série de mercados, não apenas no mercado de trabalho. Sustenta que os mercados raramente funcionam da forma idealizada pela teoria neoclássica. Além disso, a “nova economia” das migrações encara a migração como uma decisão familiar (não individual), tomada não apenas para aumentar o rendimento, mas também para minimizar os riscos para o rendimento familiar ou para vencer limitações de capital nas actividades de produção da família. Centra-se na análise das causas da emigração dos países de origem dos migrantes. Esta teoria contribui para explicar porque é que aqueles que podem ser mais afectados pelos factores do lado da oferta/factores repulsivos, os mais pobres, frequentemente, são os que têm menos possibilidade de emigrar, enquanto que os que têm algumas condições no país de origem, são os primeiros a equacionar a partida (Martin, 2000, p. 18; Taylor, 1986; Stark, 1991; Massey, *et al.*, 1998).

As políticas económicas que afectam a distribuição dos rendimentos reflectem-se nas migrações internacionais, independentemente dos seus efeitos no rendimento médio. Mais uma vez, a forma como se distribuem os ganhos ou perdas é essencial.

2.3.3. Segmentação do mercado de trabalho

A teoria da segmentação do mercado de trabalho foi desenvolvida por Michael Piore no final dos anos setenta (Piore, 1979). Esta teoria liga a imigração às necessidades estruturais das economias modernas do mundo ocidental. Ou seja, contrariamente à nova economia das migrações, enfatiza os factores que explicam a procura permanente de trabalhadores imigrantes nos países de acolhimento, considerando-os uma força de trabalho complementar.

Factores de emergência da dualidade do mercado de trabalho nas economias mais desenvolvidas. Importância dos factores institucionais, da etnicidade e do género na segmentação do mercado de trabalho. Imigrantes e mercado de trabalho secundário.

Os modelos teóricos derivados da “nova economia” das migrações assentam em pressupostos totalmente distintos da teoria neoclássica e, por isso, advogam diferentes recomendações de política (Massey *et al.*, 1998):

1. As famílias ou outras unidades de produção e consumo, culturalmente definidas, são mais apropriadas do que o indivíduo para o estudo das migrações.
2. A diferença de salários não é uma condição necessária para as migrações internacionais; as famílias podem ter estratégias de diversificação de riscos ou de acumulação de capital através dos movimentos transnacionais, mesmo na ausência de diferenças de salários.
3. As migrações internacionais e o emprego e a produção local não são hipóteses mutuamente exclusivas. Há razões fortes para que as famílias diversifiquem as suas fontes de rendimento, ao nível interno e internacional. Um aumento dos rendimentos na origem não restringe necessariamente a propensão à migração. Pode até intensificá-la.
4. As migrações internacionais não param quando os níveis salariais entre a origem e o destino se equilibram. Há outros incentivos que podem continuar: (segurança social, crédito ao consumo e investimento, etc.).
5. O mesmo aumento de rendimento esperado com a migração não afecta da mesma forma os indivíduos e famílias localizadas em diferentes escalões de rendimento ou em famílias com o mesmo nível de rendimento, mas localizadas em comunidades com diferentes distribuições de rendimento.
6. Os governos podem influenciar as taxas migratórias, não só através de políticas de emprego e de regulação do mercado de trabalho, mas também através das políticas sociais, mercados de capitais, etc.
7. As políticas de redistribuição do rendimento e as transformações económicas podem também influenciar a distribuição dos rendimentos e, assim, alterar as condições de pobreza relativa de algumas famílias e, conseqüentemente, alterar a sua propensão para emigrar.
8. As políticas nacionais e as transformações económicas que afectam a distribuição dos rendimentos influenciam as migrações internacionais, independentemente dos seus efeitos no rendimento médio. De facto, políticas governamentais que produzam um aumento do rendimento médio nas áreas de emigração podem aumentar as migrações se as famílias mais pobres não beneficiarem desse aumento. Pelo contrário, as políticas podem reduzir a emigração se as famílias mais ricas não partilharem dos ganhos de rendimento.

2.4. Abordagens histórico-estruturalistas

Teoria dos sistemas mundiais

Esta teoria surgiu nos anos oitenta e fundamenta-se na economia política marxista. As migrações internacionais de trabalhadores são encaradas como consequência do processo de globalização da economia. Deste modo, seriam determinadas pelas necessidades de expansão do capitalismo, sendo facilitadas pelo aumento das mobilidades, expansão do investimento estrangeiro e das empresas transnacionais, bem como das relações neo-coloniais.

Esta teoria enfatiza as diferenças mundiais na distribuição do poder económico e político. As migrações internacionais são vistas não como um processo de decisão individual ou familiar, mas como uma consequência estrutural da expansão dos mercados, no quadro de uma economia política global (Massey *et al.*, 1998: 36). A mobilidade internacional dos trabalhadores seria assim um instrumento ao serviço do capital, proporcionando-lhe facilidades de recrutar mão-de-obra a baixo preço. Deste modo, as diferenças de desenvolvimento entre regiões ricas e pobres tenderiam a perpetuar-se. As migrações da periferia para os países industrializados seriam o corolário da dependência dos países do Terceiro Mundo relativamente aos países industrializados (Portes e Walton, 1981; Sassen, 1988 e 1998; Castles e Kosack, 1985; Cohen, 1987).

2.5. Teoria dos sistemas migratórios

Em resposta às críticas às abordagens histórico-estruturalistas, surgiu a teoria dos sistemas migratórios. Considerando a complexidade e a diversidade das experiências migratórias, esta teoria procura incorporar todas as dimensões do processo migratório e conjugar distintas perspectivas disciplinares (Castles e Miller, 2003; Kritz e Zlonik, 1992; Massey *et al.*, 1998).

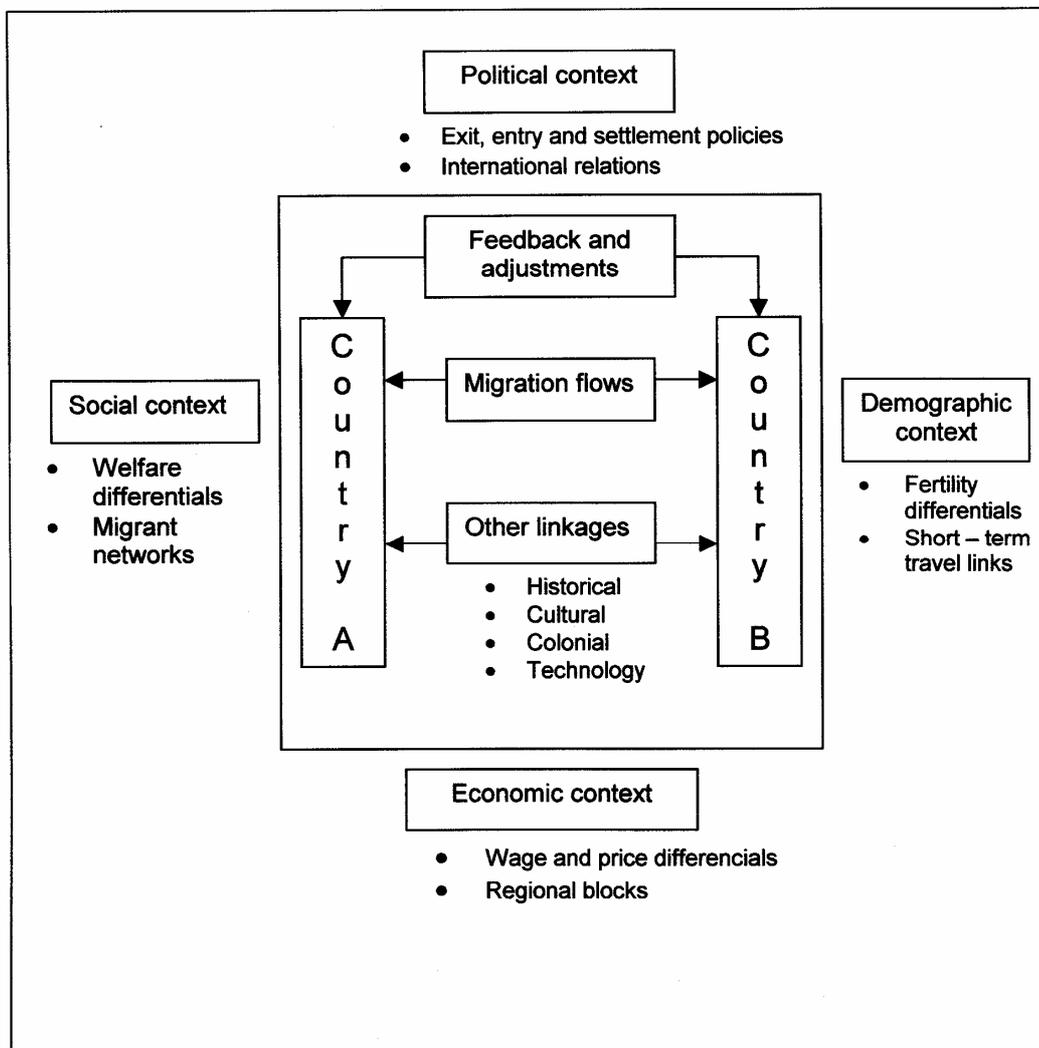
A teoria dos sistemas migratórios fundamenta-se no princípio de que os movimentos migratórios são resultantes da interação entre estruturas macro e méico.

⇒ **Factores macro-estruturais:** economia política mundial, relações internacionais e inter-estados; políticas migratórias dos países de origem e de acolhimento dos migrantes (Böning, 1984; Cohen, 1987; Mitchel, 1989; Hollifield, 2000).

⇒ **Factores micro-estruturais:** redes sociais desenvolvidas pelos migrantes; culturas migratórias (Portes, 1999.; Boyle, 1989; Bretell, 2000).

⇒ **Factores meso-estruturais:** A interação entre factores macro e micro-estruturais estabelece-se muitas vezes através de mecanismos de intermediação “meso-estruturais”. Emergência da “indústria da migração”. Redes organizadas de recrutamento de imigrantes (formais e informais). Migrações clandestinas e tráfico de imigrantes.

Fig. 6 – Esquema conceptual de um sistema migratório internacional



Fonte: Kritiz; Zlotnik, 1992: 3.

2.3. “Novas perspectivas teóricas” e tendência para uma nova abordagem interdisciplinar

As migrações humanas não podem desligar-se do contexto geográfico, económico e social em que ocorrem. Por isso, não podem reduzir-se à análise das disparidades demográficas, económicas e sociais entre países e a simples mecanismos de atracção-repulsão.

Como sustentam Massey *et al.* (1998), a diversidade e a complexidade das migrações observadas no último quartel do século XX, revelaram múltiplas insuficiências nas perspectivas teóricas tradicionais.

“Migrants clearly do not respond mechanically to wage and employment differentials, if they ever did: they are not homogeneous with respect to tastes and motivations; and in the contexts within which they make their decisions are not the same”.

Massey *et al.*, 1998: 15.

Em síntese, e face ao exposto nos pontos anteriores, podemos concluir que se tem assistido, nos últimos anos, a uma renovação do interesse pelo estudo da natureza dos processos de decisão de migrar e da interacção entre condicionantes estruturais, estratégias familiares e processos de decisão individual.

Esta mudança de orientação teórica reflectiu-se também na adopção de novas metodologias de análise dos fenómenos migratórios. Isto é, o predomínio das análises estatísticas agregadas tem dado lugar ao recurso cada vez mais frequente a inquéritos por questionário, entrevistas semi-estruturadas, grupos de foco e histórias de vida.

“The interplay of individuals, motivations and contexts defined at various levels of aggregation (household, community, national and international) have become fundamental to building an accurate understanding of contemporary migration flows, and above all to answering the central question of why some people migrate while others do not – and the concomitantly, why some countries send many migrants abroad while others, apparently equally situated, send few”.

Massey *et al.*, 1998: 16.

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

- BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, pp. 57-104.
- BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James F. (2000) - *Migration Theory. Talking Across Disciplines*. Routledge, New York e London, pp.1-26.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – The age of migration. International population movements in the modern world, (3.^a ed.). Macmillan Press Ltd, London, pp. 21-32.
- GURAK, D. T; CACES, F. (1992) – « Migration Networks and the Shaping of Migration Systems », in : KRITZ, M. M.; LIM, L. L.; ZLOTNIK, H. (ed) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 150-176.
- IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration - Challenges and responses for people on the move*. IOM, Geneva, pp. 12-14.
- JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras, pp.17-34.
- KOSIŃSKI, L.A. ; PROTHERO, R. M. (Ed.) (1975) – *People on the Move – Studies on internal migration*. Methuen, London, pp. 4-17.
- KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (1992) – “Global Interactions: Migration Systems, Processes and policies”, in: KRITZ, M. M.; LIM, L. L.; ZLOTNIK, H. (ed) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 1-16.
- MALHEIROS, J. M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana*. Colibri, Lisboa, pp. 34-53.
- MARTIN, Susan F; LARKIN, Mary A. (2000) – *World Migration Report 2000 – International Organization for Migration*. IOM, United Nations; Geneva, pp. 18-21.
- MASSEY, D; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUÇI, A.; PELLEGRINO, A. And TAYLOR, J. E. (1998) *Worlds in Motion. Understanding International Migration at The End of the Millenium*. Oxford University Press, Oxford. pp. 1-59.
- NOIN, D. (2001) – *Géographie de la Population* (6^a ed.). Armand Colin, Paris, pp. 250-258.
- ÖBERG, S. (1997) – “Theories on Inter-Regional migration. An Overview”, in: BLOTEVOGEL, Hans ; FIELDING, Anthony, J. (eds.) – *People, Jobs and Mobility*
-

in *The New Europe*. John Wiley/E.S.F., Chichester, pp. 23- 48.

PIRES, R. P. (2003) - *Migrações e Integração*. Celta, Oeiras, pp. 64-95.

WOLPERT, J. (1965) – “Behavioural aspects of the decision to migrate”, *Papers and Proceedings, Regional Science Association*, 15, pp. 159-169.

2. Bibliografia complementar

GREENWOOD, M. (1985) –“Human Migrations: theory models and empirical studies”, *Journal of Regional Science*, 25, pp. 521-544.

GUILLON, M. ; SZTOKMAN, N. (2000) – *Géographie Mondiale de la Population*. Ellipses, Paris, pp. 95-109.

HÄGERSTRAND, T. (1957) – “Migration and area”, in: HANNEMBERG, D. (ed.) – *Migration in Sweden*. Lund Studies in Geography, Ser. B. No. 13, pp. 27-158.

HARDWICK, S. (2003) – “Migration, Embedded Networks and Social Capital: Towards Theorising North American Ethnic Geography”. *International Journal of Population Geography*, nº 9, pp. 163-179.

HOLLIFIELD, J. F. (2000) _ “The Politics of International Migration. How can we “bring the State back in”?, in: BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James F. (ed.) - *Migration Theory. Talking Across Disciplines*, Routledge, New York e London, pp.137-185.

KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (ed) (1992) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, 354 p.

PORTES, A . (1999) – *Migrações Internacionais – origens, tipos e modos de incorporação*, Celta, Oeiras, pp. 5- 40.

RITCHEY, P. (1976) – “Explanations of Migration”, *Annual Review of Sociology*, 2, pp. 363-404.

SJAASTAD, L.A. (1962) – The costs and returns of human migration”, *Journal of Political Economy*, 70, pp. 80-93.

ZELINSKY, W. (1971) – “The hypothesis of the mobility transition”, *Geographical Review*, 61, pp. 219-249.

3. Referências citadas no texto

- BOGUE, D. J. (1969) – *Principles of Demography* (1ª ed.). John Wiley, New York, 334 p.
- BORJAS, G. J. (1989) – “Economic Theory and International Migration”, *International Migration Review*, 23, pp. 457-485.
- BORJAS, G. J. (1990) – *Friends or Strangers: The Impact of Immigrants on the US Economy*. Basic Books, New York.
- BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, 272 p.
- BRETTELL, C. (2000) – “Theorizing Migration in Anthropology. The social construction of networks, identities, communities and globalscapes”. In: BRETTELL, C.; HOLLIFIELD, J. F. (ed.) - *Migration Theory. Talking Across Disciplines*. Routledge, New York e London, pp.97-135.
- CLOKE, P.; PHILO, C. e SADLER, D. (1991) – *Approaching Human Geography*. Paul Chapman Publishing, London, 256 p.
- HÄGERSTRAND, T. (1957) – “Migration and area”, in: HANNEMBERG, D. (ed.) – *Migration in Sweden*. Lund Studies in Geography, Ser. B. No. 13, pp. 27-158.
- JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras, 129 p.
- JOHNSTON, R.; GREGORY, D. e SMITH, D. (eds.) (1994) – *The Dictionary of Human Geography* . (3ªed.). Blackwell, Oxford.
- KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (1992) – “Global Interactions: Migration Systems, Processes and policies”, in: KRITZ, M. M.; LIM, L. L.; ZLOTNIK, H. (ed) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 1-16.
- LEE, E.S. (1966) – “A Theory of migration”, *Demography*, 3 (1), pp. 47-57.
- LEWIS, W. A. (1954) – “Economic development with unlimited supplies of labour”, *Manchester School of Economics and Social Studies*, 22, pp. 139-191.
- MALHEIROS, J. M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana*. Colibri, Lisboa, 238 p.
- MARTIN, Susan F; LARKIN, Mary A. (2000) – *World Migration Report 2000 – International Organization for Migration*. IOM, United Nations; Geneva, pp. 18-21.
- MASSEY, D; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUCI, A.; PELLEGRINO, A. And TAYLOR, J. E. (1998) *Worlds in Motion. Understanding International Migration at The End of the Millenium*. Oxford University Press, Oxford, 362 p.

- MASSEY, D; ARANGO, J.; HUGO, G.; KOUAOUÇI, A.; PELLEGRINO, A. And TAYLOR, J. E. (1993) - "Theories of international migration: a review", *Population and Development Review*, 19, pp. 431-466.
- MITCHELL, C. (1989) - "International migration, international relations and foreign policy", *International Migration Review*, 23 (3), pp. 681-708.
- ÖBERG, S. (1997) - "Theories on Inter-Regional migration. An Overview", in: BLOTEVOGEL, Hans ; FIELDING, Anthony, J. (eds.) - *People, Jobs and Mobility in The New Europe*. John Wiley/E.S.F., Chichester, pp. 23- 48.
- PIORE, M. (1979) - *Birds of Passage: Migrant Labor in Industrial Societies*. Cambridge University Press, New York, 217 p.
- PORTES, A . (1999) - *Migrações Internacionais - origens, tipos e modos de incorporação*. Celta, Oeiras, 160 p.
- SASSEN, S. (1998) - *Globalization and its Discontents. Essays on the New Mobility of People and Money*. New Press, New York, 254 p.
- SHRESTHA, N. (1988) - " A structural perspective on labour migration in underdeveloped countries", *Progress in Human Geography*, 12, pp. 179-207.
- SJAASTAD, L. A. (1962) - "The costs and returns of human migration", *Journal of Political Economy*, 70, pp. 580-593.
- STARK, O. (1991) - *The Migration of Labor*. Basil Blackwell, Cambridge, 406 p.
- STOUFFER, S. (1940) - "Intervening opportunities: a theory relating mobility and distance", *American Sociological Review*, 5, pp. 845-867.
- STOUFFER, S. (1960) - "Intervening opportunities and competing migrants", *Journal of Regional Science*, 2, pp. 1-26.
- TAYLOR, J. E. (1986) - "Differential migration, networks, information and risk", in: STARK, (ed.) - *Migration Theory, Human Capital and Development*. JAI Press, Greenwich, pp. 147-171.
- TODARO, M. P. (1969) - "A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries", *The American Economic Review*, 59:138-148.
- HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. (1970) - "Migration, unemployment and development: a two sector analysis". *American Economic Review*, 60, pp. 126-142.
- TODARO, M. P. (1976) - *International Migration in Developing Countries: A Review of Theory, Evidence, Methodology and Research Priorities*. A WEP Study, IOM, Geneva.

- TODARO, M. P. (1989) – *Economic Development in the Third World*. Longman, New York, 698 p.
- TODARO, M. P.; MARUSZKO, L. (1987) – “Illegal migration and U.S. Immigration reform: a conceptual framework”, *Population and Development Review*, 13, pp.101-114.
- WILSON, A. G. 1974) – *Urban and Regional Models in Geography and Planning*. John Willey, New York.
- WOLPERT, J. (1965) – “Behavioural aspects of the decision to migrate”, *Papers and Proceedings, Regional Science Association*, 15, pp. 159 -169.
- WOLPERT, J. (1966) – “Migration as an adjustment to environmental stress”, *Journal of Social Issues*, 22, pp. 92-102.
- ZELINSKY, W. (1971) – “The hypothesis of the mobility transition”, *Geographical Review*, 61, pp. 219-249.
- ZIPF, G. K. (1941) – *National Unity and Disunity: The Nation as a Bio-Social Organism*. The Principia Press, Bloomington, Indiana.
- ZOLBERG, A. 1989) – “The next waves: migration theory for a changing world”, *International Migration Review*, 23, pp. 404 - 430.

**III. “Novas migrações”
e transformações
socioeconômicas do mundo
contemporâneo à escala global**

A . OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Conhecer as dinâmicas recentes de transformação das migrações internacionais na actualidade: organização espacial, processos migratórios e características dos migrantes.
2. Saber relacionar as dinâmicas das migrações internacionais com os processos de transformações económicas, políticas e sociais do mundo actual, no que se refere à orientação dos fluxos e aos tipos de migrantes.
3. Identificar e caracterizar os principais pólos de partida e de chegada de migrantes económicos na actualidade.
4. Identificar e caracterizar os novos tipos de movimentos migratórios internacionais: quadros, estudantes, reformados e mulheres.
5. Conhecer as causas e os efeitos da metropolização das migrações internacionais.
6. Conhecer os mecanismos das redes migratórias, formais e informais, no processo migratório e dos seus efeitos na formação de minorias étnicas, nas sociedades de acolhimento.
7. Conhecer a problemática dos movimentos migratórios ilegais e do tráfico de imigrantes.
8. Reflectir sobre o papel dos migrantes enquanto elos de ligação entre as sociedades de destino e de origem e perceber como estes podem contribuir para o processo de desenvolvimento das últimas.
9. Reflectir sobre as novas formas de identidade territorial dos migrantes internacionais e seus descendentes, sobre os mecanismos de formação de diásporas e transnacionalismos.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Globalização crescente das relações e dos campos migratórios internacionais

As migrações internacionais são, actualmente, um dos agentes da globalização (Sassen, 1998). As inovações nos transportes e nas telecomunicações aumentaram de tal forma a mobilidade geográfica da população e a circulação de mercadorias e capitais à escala internacional, ao ponto de a organização da produção e do consumo se fazer cada vez mais globalmente.

A evolução da economia tem uma influência marcante na composição e orientação das migrações de natureza económica, tanto dos profissionais altamente qualificados como dos migrantes laborais (legais e clandestinos). As empresas transnacionais são geradoras de uma intensa mobilidade internacional de gestores, pessoal dirigente e dos técnicos mais qualificados. Por conseguinte, pressionam os governos nacionais a facilitar a circulação migratória dos seus quadros. Por outro lado, a crescente necessidade de flexibilização da mão-de-obra reflecte-se no aumento da procura de trabalhadores temporários e subcontratados, frequentemente indocumentados, que exercem as profissões mais desqualificadas, pior remuneradas e perigosas que os trabalhadores nacionais recusam (IOM, 2000).

Nos países desenvolvidos, por vezes, esta procura de migrantes laborais, é contraditória com uma política restritiva à imigração. Por isso, as migrações internacionais têm vindo a ganhar maior relevo nas agendas políticas, no campo das relações internacionais e nos processos de integração nas sociedades de acolhimento.

Os anos 60 do séc. XX marcam uma viragem relativamente às migrações internacionais do passado. Antes de 1925, 85% das migrações internacionais tinham origem na Europa. A partir de 1960, diminuiu drasticamente o peso dos emigrantes europeus no total mundial e aumentou a emigração originária da África, Ásia e América Latina, do mesmo modo que aumentou a variedade dos países receptores de imigrantes.

Numerosos países da Europa Ocidental (Alemanha, França, Bélgica, Suíça, Suécia, Holanda) juntaram-se aos tradicionais importadores de mão-de-obra (EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Argentina).

Nos anos 70 os países de emigração da Europa do Sul (Espanha, Itália, Grécia e

Portugal), passaram também a países de imigração. Além disso, depois da crise petrolífera de 1973, muitos países produtores de petróleo, do Golfo Pérsico, começaram igualmente a receber fluxos volumosos de imigrantes.

Nos anos 80, as migrações internacionais difundiram-se na Ásia, não apenas no Japão, mas também nos novos países industrializados, como sejam a Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia.

Nos anos noventa, após a queda do Muro de Berlim e o desmoronamento da ex-URSS, desencadearam-se movimentos maciços de população nos países que depois vieram a constituir a Comunidade de Estados Independentes (CEI), e originou-se um volumoso fluxo migratório para os países da Europa Ocidental e do Sul.

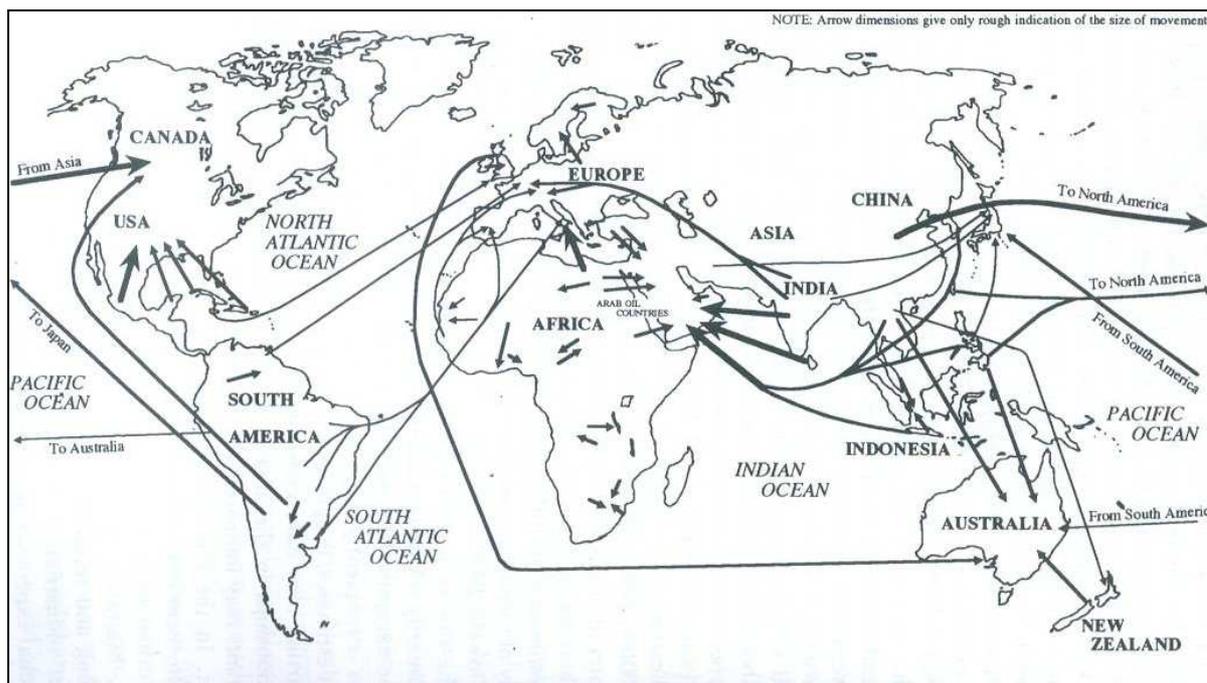
As deslocações de população provocadas por situações de guerra, além dos conflitos no Cáucaso, Tajiquistão e Balcãs, estenderam-se ao Iraque, África Ocidental e Região dos Grandes Lagos na África Central. Segundo as Nações Unidas, as migrações de refugiados e de outros tipos de migrantes forçados, como sejam as deslocações provocadas por catástrofes naturais (terramotos, erupções vulcânicas, cheias, secas prolongadas) ou por acidentes provocados pelo homem, têm vindo a aumentar a sua parcela no total de migrantes internacionais.

Apesar do aumento das migrações internacionais, o número de pessoas residentes num país estrangeiro representa menos de 3% da população mundial (2.9% dos 6 milhares de milhões de habitantes do Planeta). A propensão para emigrar voluntariamente para um país estrangeiro, é fraca (excepto no caso de se tratar de migrações forçadas – guerra, catástrofes naturais, etc.). Contudo, as migrações internacionais afectam todo o mundo. Todos os estados soberanos da actualidade participam, de uma forma ou de outra, no sistema migratório internacional, como países de partida, de chegada, de trânsito e, frequentemente, dos três tipos em simultâneo (IOM, 2003).

A aceleração do crescimento dos fluxos migratórios internacionais e a tendência para o aumento da sua dispersão geográfica, tanto ao nível dos países de partida, como de chegada, constituem a expressão mais visível da globalização das migrações. Apesar de os Estados Unidos da América, Alemanha, Canadá, Austrália e França continuarem a ser os grandes destinos migratórios, emergiram novas áreas de atracção, nomeadamente na Europa do Sul, nalguns países do Médio Oriente e Ásia do Sul (Arábia Saudita e outros países do Golfo, Irão, Índia e Paquistão), no Japão e nos novos países industrializados da Ásia oriental e do sudeste. No que se refere à emigração,

salienta-se o crescimento dos fluxos originários do Bangladesh, Sri Lanka, Paquistão, Afeganistão e Índia, bem como dos países da Europa de Leste, da ex-URSS e da Bacia das Caraíbas (Fig. 7).

Fig. 7 - Movimentos migratórios globais, desde 1973



Fonte: Castles e Miller, 2003: 6.

2. Novos tipos de movimentos migratórios e a sua dinâmica

A globalização económica e as diferenças de crescimento demográfico e económico entre regiões ricas e pobres, convergem no sentido do aumento da mobilidade geográfica da força de trabalho e de uma cada vez maior complexidade e diversidade de fluxos migratórios internacionais, traduzidas no aparecimento de novas áreas de recrutamento e de destino dos imigrantes, de novas motivações de partida, diferentes trajectórias geográficas e formas de transporte, maior diversidade de tempos de permanência nos locais de acolhimento (migração sem retorno, circulação migratória entre diferentes territórios, vai-e-vem entre a origem e o destino, migrações temporárias de curta, média ou longa duração, etc.).

A maior complexidade e diferenciação das migrações manifesta-se, não só na

diversidade de figuras que apresentam os migrantes da actualidade: migrantes laborais e suas famílias, profissionais altamente qualificados, desportistas, artistas, estudantes, refugiados, reformados (*sun-seekers* à procura de climas mais amenos, espaços de lazer e paisagens naturais e culturais mais atractivas), mas também na coexistência, numa mesma região, de movimentos de saída e de entrada de populações com diferentes *backgrounds* sociais, etários, étnicos e culturais, distintas motivações e formas de partida e de chegada. Efectivamente, tanto os *boat people* haitianos e *balseros* cubanos que esperam desembarcar nas costas da Flórida escapando à vigilância das forças de segurança americanas, como os albaneses que a polícia italiana tem repatriado à força a partir do porto de Bari, os norte-africanos que tentam atravessar o estreito de Gibraltar e entrar na Europa pelo litoral do Sul de Espanha, o técnico qualificado polaco ou romeno que trabalha como assalariado desqualificado numa empresa alemã, os migrantes forçados, para fugirem à guerra ou a catástrofes naturais, as empregadas domésticas cabo-verdianas que trabalham em Lisboa, o operário coreano ou o engenheiro francês que durante dois ou três anos exercem a sua actividade num estaleiro da Arábia Saudita ou os investigadores mais “sábios”, japoneses ou europeus que prosseguem as suas investigações num laboratório de pesquisa de ponta nos Estados Unidos da América, todos eles, cada um à sua maneira, fazem parte do sistema migratório internacional. Contudo, entre o *boat-people* ou o *balsero* ilegal, perseguidos pela polícia, o quadro superior de uma transnacional, ou o investigador num centro de pesquisa, existe um verdadeiro abismo nas suas condições económicas, estatuto jurídico-político, protecção social, situação familiar, etc.

2.1. Migrações de profissionais altamente qualificados

O aumento e a diversidade das migrações de profissionais altamente qualificados (*highly skilled*) assumiu particular importância a partir dos finais do século XX, não só pelo número de pessoas que envolve (trabalhadores e seus familiares), mas também pela maior diversidade das áreas de origem e de destino, formas de recrutamento, processos migratórios e tempo da migração.

A crescente mobilidade internacional dos quadros reflecte a tendência para a formação de um mercado internacional de recrutamento de mão-de-obra altamente qualificada, para os sectores de ponta do sistema económico, científico e tecnológico, desportivo e da produção cultural. Por isso, contrariamente aos trabalhadores pouco qualificados, a mobilidade internacional dos cientistas, quadros técnicos ligados às novas

tecnologias da informação e outros profissionais altamente qualificados, são incentivadas pelos países mais ricos e tendem a ser cada vez mais importantes.

As legislações nacionais de numerosos países da Europa Ocidental, América do Norte e Ásia, admitem regimes de excepção para a admissão nos respectivos territórios, de cientistas, desportistas, quadros e administradores de empresas e outros profissionais altamente qualificados (ex.: França, Alemanha, Canadá, Japão e também Portugal).

Do ponto de vista geográfico, o sistema de recrutamento internacional de quadros está intimamente relacionado com a estrutura da rede urbana das principais metrópoles mundiais que funcionam como locais de formação, de partida, de emprego, de investimento e de retorno destes trabalhadores e dos membros das respectivas famílias que migram com eles (SIMON, 1995).

⇒ **Fases da evolução das migrações internacionais de quadros**

a) Anos 60 e 70 do século XX

Missões no estrangeiro de funcionários civis, militares e pessoal do corpo diplomático. *Brain drain* de cientistas e outros profissionais altamente qualificados. Principais áreas de origem e de destino.

b) Anos oitenta e noventa do século XX

A crescente mobilidade internacional dos quadros das multinacionais. Mobilidade internacional de profissionais associada à execução de grandes projectos de construção civil e obras públicas. Os movimentos oriundos da Europa de Leste, a partir de 1989.

c) Dos anos noventa à actualidade

- Importância das competências de nível superior na “Nova Economia”. A segunda vaga da “fuga de cérebros”. Nova Economia do Conhecimento, tecnologias da informação e da comunicação.
- Desajustamentos locais e nacionais entre a oferta e a procura de determinadas competências profissionais. Exemplos: excedentes de licenciados nalgumas áreas das Ciências Sociais e Humanas e escassez de especialistas em Tecnologias da Informação e Comunicação.

- Estratégias empresariais de recrutamento internacional de quadros. Políticas de atracção de indivíduos altamente qualificados por parte das economias mais avançadas. Experiências de políticas activas de recrutamento internacional de cientistas e quadros: Estados Unidos da América, Canadá, Alemanha e França, Austrália e Reino Unido.
- O caso português. A escassa capacidade competitiva de Portugal no Mercado mundial de cientistas e outros trabalhadores altamente qualificados.

2.3. Migrações internacionais de estudantes

Os estudantes universitários, tanto ao nível da graduação como da formação pós-graduada, constituem um dos segmentos mais móveis da população, sobretudo dos países mais desenvolvidos. Contudo, os estudos deste tipo de migrações internacionais são ainda escassos, tendo apenas muito recentemente, começado a atrair a atenção dos investigadores (King e Ruiz-Gellices, 2003). Grande parte das migrações internacionais de estudantes têm origem nos países em desenvolvimento, com elevadas taxas de crescimento económico de curto prazo, nomeadamente a China, Coreia do Sul, Taiwan e Índia, dirigindo-se maioritariamente para os países desenvolvidos, principalmente para os Estados Unidos da América, Reino Unido, França e Alemanha.

- ⇒ A crescente mobilidade internacional dos estudantes universitários ao nível da graduação e das formações pós-graduadas: principais territórios de origem e de destino.
- ⇒ Migrações internacionais de estudantes dos países em desenvolvimento para os países desenvolvidos: formação de quadros *versus* “*brain drain*”. Percursos de mobilidade socioprofissional descendente: de estudante a trabalhador indocumentado.
- ⇒ Programas europeus de Mobilidade inter-universitária de estudantes. Selectividade da mobilidade internacional dos estudantes europeus, segundo a região e o grupo social de origem.
- ⇒ Efeitos da mobilidade inter-universitária dos estudantes na construção de uma identidade europeia.
- ⇒ Mobilidade dos estudantes, carreiras profissionais e comportamentos

migratórios subsequentes.

2.3. Migrações internacionais de reformados

As migrações internacionais de reformados são uma forma de mobilidade geográfica já antiga. Contudo, a difusão, em larga escala, deste tipo de migrações deu-se apenas a partir dos anos setenta e oitenta do século passado.

- ⇒ Migrações internacionais pós-reforma no passado e factores da sua expansão recente.
- ⇒ Turismo internacional e migrações pós-reforma.
- ⇒ Impactes económicos e sociais das migrações de reformados nos territórios de acolhimento.
- ⇒ Migrações pós reforma na Europa do Sul: origens geográficas, características socioeconómicas e principais áreas de destino.
- ⇒ Migrações de reformados no Algarve. O caso dos imigrantes britânicos: formas de inserção nos territórios de acolhimento e enraizamento local (*Place attachment*).

2.5. A tendência para a crescente feminização das migrações

No conjunto das transformações das migrações internacionais, referidas nos pontos anteriores, importa salientar também a crescente feminização dos fluxos migratórios e sobretudo o aumento das mulheres que se deslocam individualmente, contrariando o padrão clássico, segundo o qual a imigração das mulheres estava fortemente associada à migração de familiares, acompanhando-os no processo migratório, ou juntando-se a eles mais tarde (Castles; Miller, 2003). Segundo as estimativas mais recentes, as mulheres representam 47,5% dos migrantes internacionais (IOM, 2000). Nalguns países de emigração como Cabo Verde, Somália, Filipinas e Sri Lanka, para determinados destinos, o número de mulheres que partem é superior ao dos homens, trabalhando grande parte delas como empregadas domésticas, nos serviços de limpeza e actividades similares.

A reestruturação económica dos países mais desenvolvidos do mundo ocidental, assente na maior flexibilização dos sistemas produtivos, no desenvolvimento das actividades de serviços e na expansão da economia informal, criou oportunidades de emprego para profissões pouco qualificadas e socialmente desvalorizadas localmente,

para muitas mulheres imigrantes, originárias da América Latina, África, Ásia, Europa de Leste e ex-URSS. Esta tendência é particularmente visível, a partir de meados dos anos oitenta, nos países da Europa do Sul, apesar de a Espanha, Grécia e Itália registarem taxas de desemprego muito elevadas (King, 2002; Solé, 2001).

- ⇒ Feminização das migrações internacionais, reestruturação económica nos países desenvolvidos, transformações nas estruturas familiares e nos papéis dos géneros. Género, religião e etnicidade.
- ⇒ “Mulheres do Sul” nas cidades da Europa do Sul. Filipinas e marroquinas em Espanha e Itália; albanesas na Itália e na Grécia; cabo-verdianas em Portugal e em Itália.

3. Organização espacial do sistema migratório internacional

O padrão espacial das migrações internacionais acompanha os mecanismos de interacção que se estabelecem entre os diferentes países e regiões do mundo. Como vimos anteriormente, o volume dos fluxos migratórios internacionais atingiu na viragem para o terceiro milénio, uma dimensão sem precedentes. Contudo, as migrações antigas, particularmente as do século XIX, da Europa para os territórios do Novo Mundo, embora em menor número, não foram menos importantes do ponto de vista dos seus efeitos na distribuição geográfica da população e nas estruturas demográficas actuais da população mundial (Guillon e Sztokman, 2000).

A distinção clássica, em geografia, entre países de emigração e imigração, vai perdendo sentido, à medida que as migrações internacionais se globalizam e se vão tornando mais complexas, originando combinações de equações migratórias mais abertas, mais móveis, com inversões e re-inversões da direcção dos fluxos e em que, não raramente, a emigração coexiste com a imigração ou com o trânsito de imigrantes. Apesar disso, é possível diferenciar os principais pólos de partida, chegada e trânsito de imigrantes e de requerentes de asilo.

3.1. As principais áreas de partida

- ⇒ Diminuição e novas formas de emigração dos países industrializados: redução das migrações transoceânicas na Europa; circulação internacional de quadros.

⇒ Preponderância dos países do Sul na alimentação da emigração mundial:

- Bacia das Caraíbas e suas margens
- Magrebe e Médio-Oriente
- Ásia do Sul e do Sudeste
- Outros pólos de partida do Sul: movimentos de refugiados na África Ocidental, Central e Oriental; migrações económicas da África Ocidental para a Europa e da África austral para a África do Sul; países andinos e do cone sul da América Latina.
- A retoma da emigração dos países ex-comunistas da Europa Oriental e da ex-URSS.

3.2. As principais áreas de imigração

⇒ Concentração dos imigrantes nos países mais ricos

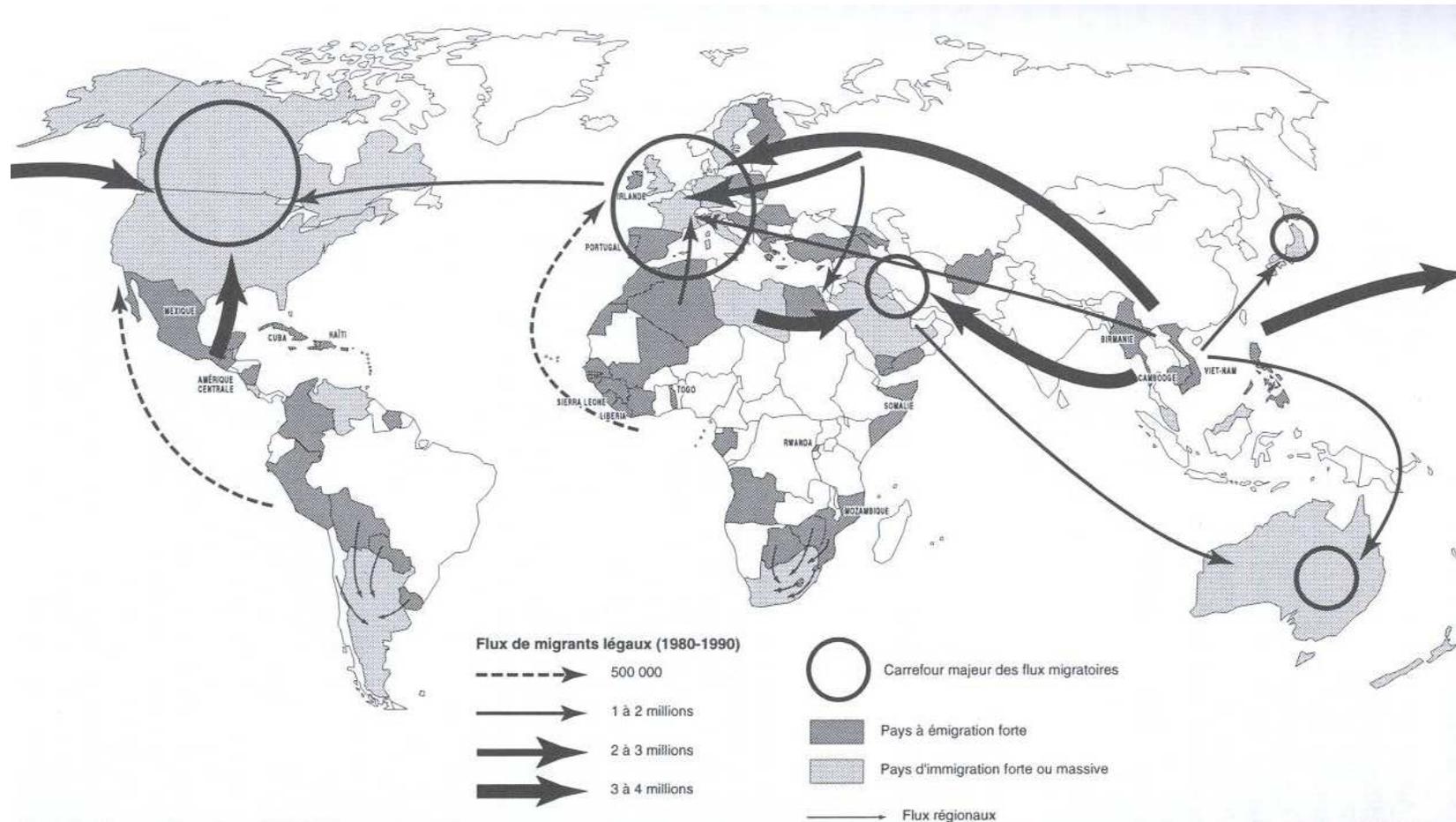
- Novos significados da imigração no “Novo Mundo”
- Desenvolvimento da imigração na Europa Ocidental e do Sul
- Novos pólos de emprego: o Japão e os “Novos Países Industrializados” da Ásia
- Imigração para os países produtores de petróleo do Médio Oriente
- Outras fluxos migratórios Sul-Sul

3.3. Países de trânsito de migrantes

O Magrebe, a fronteira leste da União Europeia e a Turquia, como áreas de trânsito migratório em direcção à Europa Ocidental. Exemplos de cidades que constituem nós redistribuidores de imigrantes e requerentes de asilo em diferentes países da Europa Ocidental: Ceuta, Minsk, Varsóvia, Istambul e Ventimiglia.

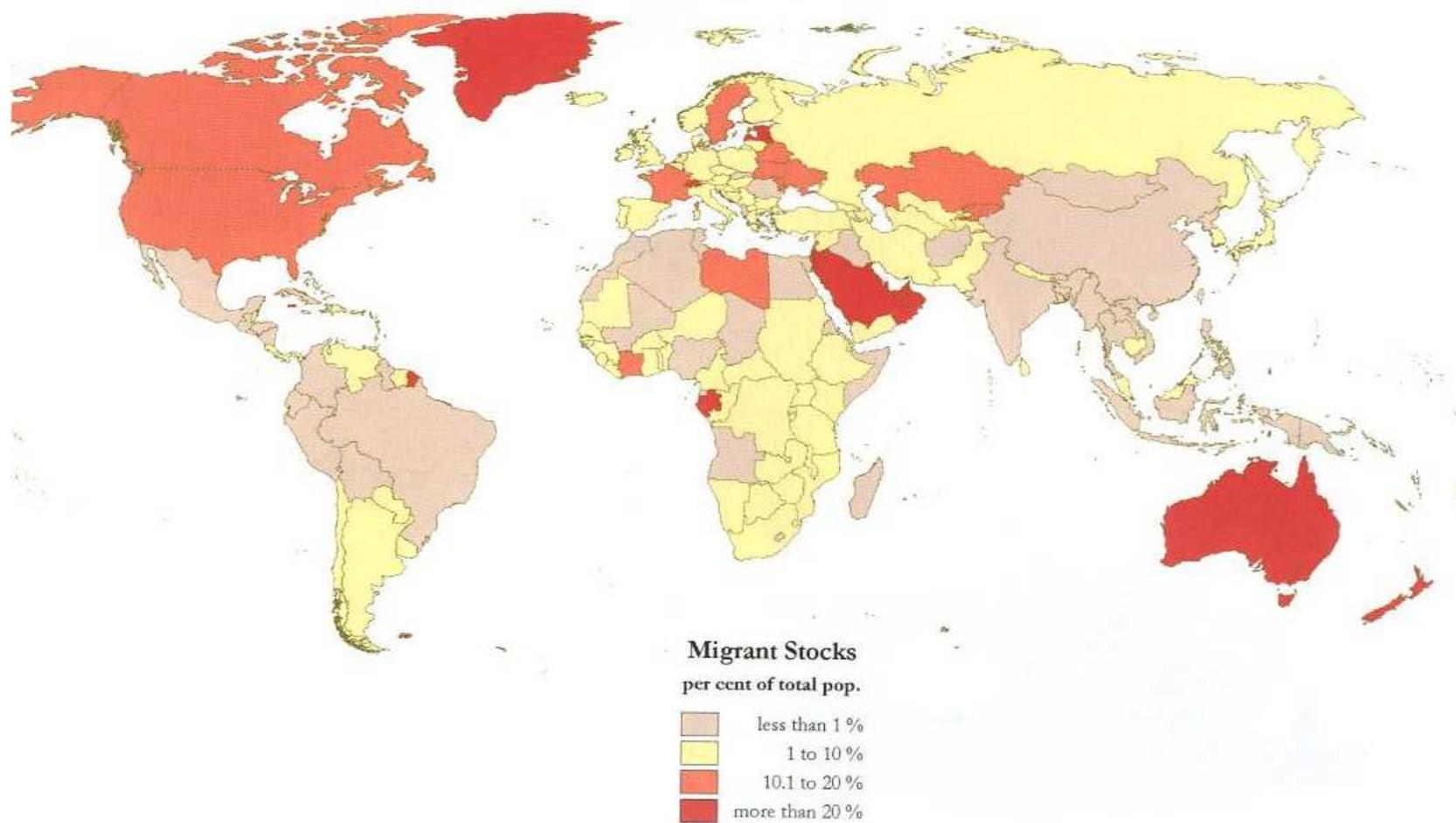
O México como placa giratória das migrações da América Central e das Caraíbas para os Estados Unidos da América.

Fig. 8 - Mundialização do fenômeno migratório



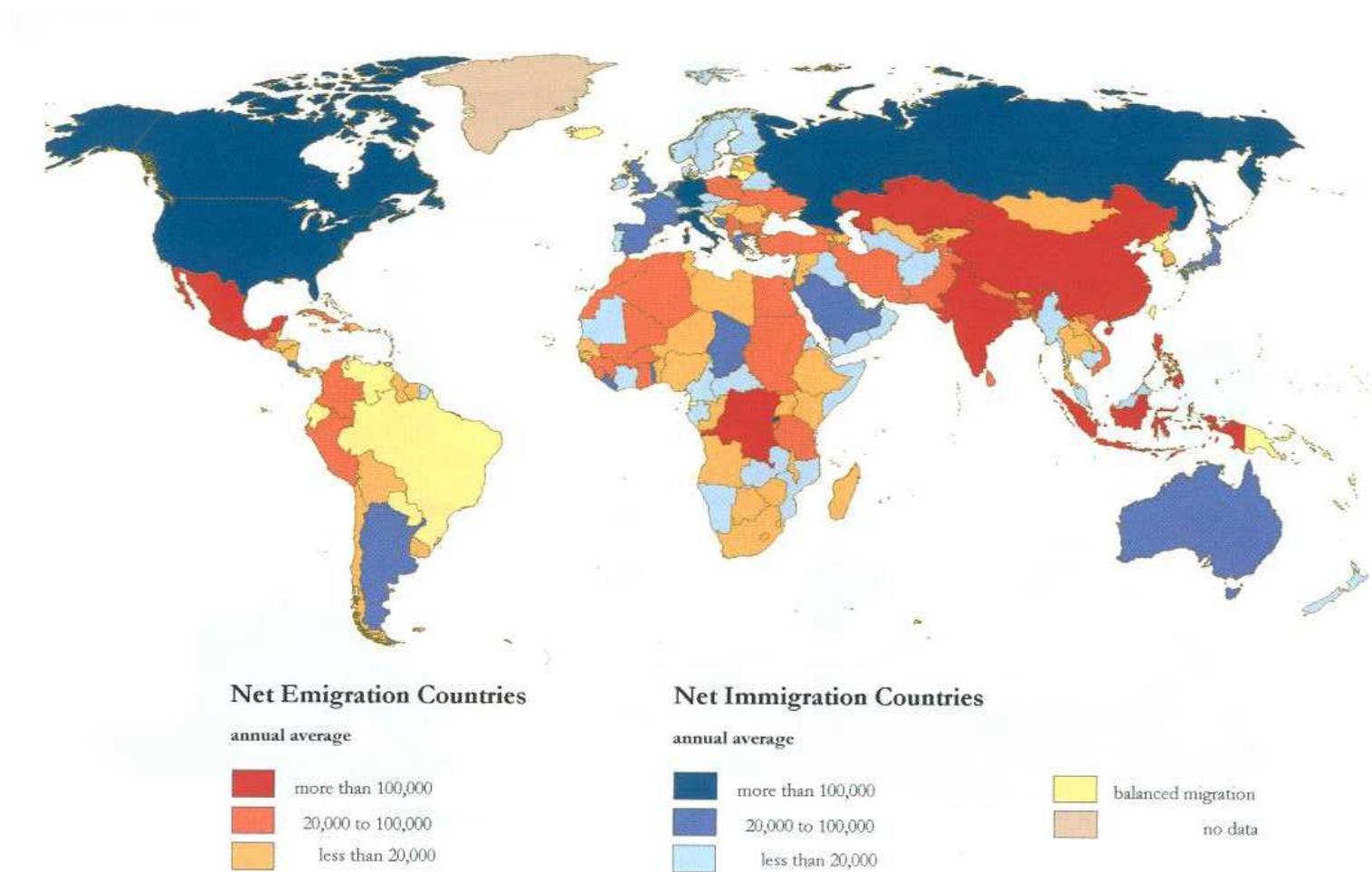
Fonte: Guillon ; Sztokmn, 2000, p. 153.

Fig. 9 – Stocks migratórios : percentagem da população total, 2000



Fonte: IOM, 2003, pp. 377.

Fig. 10 - Media anual dos saldos migratórios internacionais: 1995-2000



Fonte: IOM, 2003, pp. 375.

4. O novo contexto dos movimentos migratórios ilegais - das redes baseadas na confiança ao tráfico de migrantes

Outra novidade trazida pelos regimes migratórios pós-fordistas, associada à globalização da economia e às restrições oficiais à imigração impostas por muitos países, consiste na expansão de redes de tráfico internacional de mão-de-obra e, conseqüentemente, na transformação das migrações num negócio que opera a nível mundial, estruturado numa rede complexa de intervenientes que envolve os angariadores nos países de recrutamento, transportadores e distribuidores de mão-de-obra nos locais de destino. Contrariamente às migrações tradicionais, fortemente dependentes de mecanismos de *networking*, baseados em relações de parentesco, vizinhança e outras formas de contacto e relacionamento interpessoal dos migrantes, na actualidade, as migrações internacionais constituem um produto que se compra no mercado, mais ou menos informal, cujo preço depende de factores tão diversos como o local destino, a rota escolhida, as condições de legalidade (ou ilegalidade) do processo migratório, etc.

4.1. Formas de imigração ilegal: redes de recrutamento e de transporte ilegal de imigrantes e redes de tráfico de mão-de-obra.

⇒ A vaga migratória da Europa de Leste e da ex-URSS para a Europa Ocidental e do Sul.

⇒ Tráfico de mulheres imigrantes e redes de prostituição internacional.

4.2. Migrações clandestinas, imigrantes “indocumentados” e mercado de trabalho informal.

⇒ Imigrantes indocumentados na Europa, América do Norte e Austrália.

⇒ Campanhas de regularização extraordinária de imigrantes indocumentados e de requerentes de asilo.

4.3. Políticas de combate à imigração irregular

⇒ Aumento do controlo das fronteiras.

- ⇒ Sanções aos transportadores e empregadores de imigrantes em situação irregular.
- ⇒ Restrições do direito de asilo e redução dos mecanismos de protecção dos refugiados.
- ⇒ Convergência das políticas de imigração nos países de imigração tradicional.
- ⇒ Cooperação internacional na gestão regional das migrações: O Processo de Puebla (*Puebla Process*) e a Iniciativa de Berna (*The Berne Initiative*).

5. Metropolização do sistema migratório internacional

O processo de globalização, a difusão da urbanização e o aumento das migrações internacionais, observados a partir da segunda Grande Guerra Mundial e, fundamentalmente, no último quarto de século, constituem três vectores estruturantes da dinâmica de transformação demográfica, económica e sócio-espacial do mundo em que vivemos, ao nível global e local (Brotchi *et al.*, 1995; Baubock, 1994; Clark, 1996; Soja, 2000; Sassen, 1994; 2002; Harvey, 2000).

A distância geográfica, vencida pela redução do tempo e custo das deslocações, a par da possibilidade de comunicar com lugares distantes, em tempo real, deu origem a um sistema globalizado de relações sociais, económicas, políticas e culturais, ao ponto de, hoje em dia, o quotidiano de qualquer ser humano ser cada vez mais moldado pelos circuitos da actividade humana que operam à escala global (Soja, 2000, p. 191).

As cidades enquanto pólos de concentração demográfica e centros de poder económico, político e cultural, constituem os elementos fixos estruturantes de uma rede hierarquizada de fluxos e relações de natureza distinta que interligam países, regiões, empresas, organizações, comunidades e indivíduos localizados em diferentes lugares da Terra.

As cidades são essencialmente lugares de encontro, o foco da geografia das relações sociais (Massey *et al.*, 1999) e, por conseguinte, actualmente, “as conexões são a verdadeira *raison d’être* das cidades” (Taylor, 2004, p. 2).

O crescimento das cidades foi sempre alimentado pelas migrações, quer directamente das áreas rurais, quer por etapas sucessivas, para centros urbanos de maior dimensão e progressivamente mais distantes, não só na Europa mas também nos

territórios colonias das Américas, África, Austrália e Nova Zelândia. Deste modo, a urbanização e o alargamento da influência das cidades globais na organização de toda a actividade humana, acompanha, a par e passo, o fenómeno da globalização e, por isso, agora como no passado, os imigrantes e as minorias étnicas tendem a concentrar-se nas aglomerações urbanas mais importantes de cada país de acolhimento.

As grandes metrópoles e as capitais nacionais constituem espaços relacionais privilegiados, pondo em contacto as diferentes partes do mundo e afirmando-se, cada vez mais, como nós estruturantes da economia mundial. São mais conhecidas no plano internacional, facilitam o contacto dos imigrantes com os países de origem e proporcionam mais oportunidades de emprego e de ascensão social. Além disso, após a instalação dos primeiros grupos, tendem a desenvolver-se mecanismos de *networking* que atraem novos imigrantes com a mesma origem geográfica, reforçando, deste modo, a concentração nos territórios de destino.

Um relance pela distribuição geográfica da população de origem estrangeira nos países de imigração, embora mostre padrões variáveis de país para país, evidencia em todos eles maiores concentrações nas áreas urbanas (Cross; Waldinger, 1999, p. 51).

Nos Estados Unidos da América, em 2000, apenas três estados, Califórnia, New York e Texas, concentravam mais de metade da população nascida no estrangeiro (15.6 milhões, num total nacional de 31.1 milhões)⁹ (Malone; Baluja; Costanzo & Davis, 2003) e as maiores concentrações de imigrantes ocorriam nas quatro maiores cidades americanas: New York (2,9 milhões), Los Angeles (1,5 milhões), Chicago (629000) e Houston (516 000). Estas quatro cidades representavam 17, 7% do total nacional da população nascida no estrangeiro, mas apenas 4, 4% dos habitantes nativos.

Nas 10 maiores cidades, a população nascida no estrangeiro representava 28, 1 por cento do total de residentes, enquanto no conjunto do país ascendia apenas a 11,1% e somente três cidades que não faziam parte da lista das dez mais populosas, em número de habitantes, tinham populações nascidas no estrangeiro nos 10 mais: S. José (Califórnia), S. Francisco (Califórnia) e Miami (Florida).

A imigração na América, como em quase toda a parte, é um fenómeno iminentemente urbano porque os imigrantes recém-chegados são atraídos pelos lugares onde têm contactos. As redes sociais são factores decisivos no processo migratório e explicam a forte metropolização das migrações internacionais e a formação de cadeias

⁹ Na mesma data, a população nativa dos três estados representava apenas 23,2% (58.1 milhões, num total nacional de 250, 3 milhões).

migratórias entre origens e destinos particulares (Waldinger, 2001; Massey, *et al.*, 1998).

Noutros países de colonização, pertencentes ao mundo desenvolvido, como sejam o Canadá e a Austrália, a situação é semelhante à que descrevemos para os Estados Unidos da América. No Canadá, em 2001, a população nascida no estrangeiro representava 18% do total. Mas nas cidades de Toronto e Vancouver, os valores equivalentes atingiam, respectivamente, 43,7% e 37,5%.

A Austrália tem também uma longa história de imigração. Tal como os Estados Unidos e o Canadá, foi construída por sucessivas gerações de imigrantes e, por isso, a sua população actual apresenta uma elevada diversidade geográfica, étnica e cultural. Em 2001, 23% dos seus habitantes tinham nascido no estrangeiro e Sydney, a principal aglomeração urbana, com 18% da população do país, concentrava 38% dos habitantes nascidos no estrangeiro (Hugo, 2001).

A Europa do Noroeste (Reino Unido, ex-RFA, França, Benelux, Suíça e Suécia) constituiu durante o período dos “Trinta Gloriosos”, a par dos Estados Unidos da América e do Canadá, um dos grandes conjuntos polarizadores das migrações internacionais.

Na Europa, tal como nos Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, os imigrantes e minorias étnicas tendem a concentrar-se nas aglomerações urbanas mais importantes de cada país de acolhimento. Os exemplos que a seguir se apresentam, ilustram bem essa tendência:

- Em França, em 1999, 37% da população estrangeira ou naturalizada vivia na região parisiense (Tandonnet, 2001, p. 240).
- Na Bélgica, em 2000, 8.6% da população tinha nacionalidade estrangeira, mas na Região de Bruxelas, o valor equivalente ascendia a 29,7%.
- Em Espanha, em 2001, a população estrangeira apresentava um padrão de distribuição espacial muito semelhante ao da população total. Os maiores contingentes localizavam-se nas cidades com mais de 100 000 habitantes, que concentravam, respectivamente, 43,8% dos residentes não nacionais e 40.3% da população total. Contudo, os cidadãos do Reino Unido e da Alemanha, em grande parte reformados, estavam sobre-representados em municípios e localidades de menor dimensão, nas áreas turísticas e rurais (Morén-Alegrete & Solana, 2004).
- O padrão geográfico de implantação dos imigrantes em Portugal, apresenta também uma forte polarização nas aglomerações urbanas mais

importantes, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa. Segundo o Recenseamento da População de 2001, residiam nesta região 55,5% do total de cidadãos estrangeiros recenseados em Portugal, o que equivale a 4,7 % dos habitantes da aglomeração urbana da Capital (Fonseca, 2004).

6. Diásporas e comunidades transnacionais

Os progressos nos transportes e comunicações aproximam os lugares de origem e destino dos imigrantes e fomentam as ligações entre os diferentes territórios de implantação de populações pertencentes à mesma comunidade nacional ou étnica. Por este processo, as migrações internacionais na actualidade, configuram cada vez mais territórios circulatorios, definidos por uma rede complexa de fluxos de informação, pessoas, mercadorias e capitais, que interligam as diferentes comunidades migrantes dispersas pelo Mundo.

Os migrantes internacionais, enquanto membros de comunidades transnacionais, constituem uma nova forma de globalização constituída a partir da base (de baixo para cima) e estruturada numa rede de relações sociais à escala mundial. Deste modo, o aumento das migrações internacionais é, simultaneamente, causa e consequência do processo de globalização e cria novas formas de identidade territorial das sociedades do futuro que, por via dessa mobilidade crescente, são cada vez mais diversificadas do ponto de vista étnico e sociocultural.

6.1. As comunidades transnacionais como exemplo de globalização não-hegemónica

- ⇒ Conceito de transnacionalismo e de comunidade transnacional
- ⇒ Tipologias dos transnacionalismos segundo Portes, Guarnizo e Landolt (1999).

6.2. Formas de organização espacial das comunidades transnacionais

- ⇒ sistema mononuclear (relações biunívocas (cada destino relaciona-se

- exclusivamente com a origem);
- ⇒ sistema complexo polarizado (circuitos relativamente independentes, unidos pela origem);
- ⇒ sistema complexo polinuclear;
- ⇒ sistema múltiplo fragmentado: reconstituição da rede relacional, com exclusão da origem (referencial simbólico);
- ⇒ sistema múltiplo polarizado: associação entre uma rede integrada apoiada na origem e núcleos independentes.

6.3. Comunidades transnacionais e desenvolvimento

6.3.1. Efeitos das remessas dos emigrantes

Do ponto de vista dos países de origem dos emigrantes, as remessas são consideradas o principal benefício da emigração.

- ⇒ As remessas têm um papel muito importante no equilíbrio das contas externas de muitos países em desenvolvimento.
- ⇒ Em 2001, as remessas representaram 111 mil milhões de dólares americanos.
- ⇒ Cerca de 65% desta soma vai para países em desenvolvimento. Contudo, os países receptores das remessas não têm tido grande capacidade para converter o rendimento das remessas em capacidade produtiva sustentável. As remessas raramente são convertidas em investimento produtivo. São utilizadas principalmente para despesas de consumo corrente das famílias dos emigrantes.
- ⇒ Além de pouco produtivas, acentuam desigualdades sociais, incentivam o consumo de bens importados e criam dependência.
- ⇒ Uma fracção elevada do seu valor é gasta para pagar elevados custos de transferências bancárias internacionais. Estima-se que os custos das transferências de remessas para a América Latina atinja entre 15 e 20% dos montantes transferidos.

Apesar disso, as remessas têm efeitos muito importantes no nível de vida das famílias que as recebem, constituindo uma parte muito elevada dos seus rendimentos. Por outro lado, nalguns países em desenvolvimento, as remessas representam uma parcela muito elevada do Produto Nacional Bruto (Quadro 2).

Quadro 2 - Valor das remessas enviadas em 2001, para os 15 países em que a % do seu valor face ao Produto nacional Bruto, é mais elevada.

Country	Total remittances (in millions) ¹	GDP (in millions) ²	Total population ³	Total remittances as percentage of GDP	Total remittances per capita
Lesotho	209.0	796.7	1,852,808	26.2	112.80
Vanuatu	53.3	212.8	192,910	25.0	276.14
Jordan	2,011.0	8,829.1	5,153,378	22.8	390.23
Bosnia and Herzegovina	860.1	4,769.1	3,922,205	18.0	219.29
Albania	699.0	4,113.7	3,510,484	17.0	199.12
Nicaragua	335.7	2,067.8	4,918,393	16.2	68.25
Yemen	1,436.9	9,177.2	17,479,206	15.7	82.21
Moldova (Republic of)	223.1	1,479.4	4,431,570	15.1	50.34
El Salvador	1,925.2	13,738.9	6,237,662	14.0	308.64
Jamaica	1,058.7	7,784.1	2,665,636	13.6	397.17
Dominican Republic	1,982.0	21,211.0	8,475,396	9.3	233.85
Philippines	6,366.0	71,437.7	81,369,751	8.9	78.24
Uganda	483.0	5,675.3	24,170,422	8.5	19.98
Honduras	541.0	6,385.8	6,357,941	8.5	85.09
Ecuador	1,420.0	17,982.4	13,183,978	7.9	107.71

-- Figure rounds to 0.0.

¹The remittance data presented in the above table are from IMF (International Monetary Fund), 2003, *Balance of Payments Statistics Yearbook 2002* (Washington, DC, IMF Publications Services). "Total remittances" refers to the sum of the 1) workers' remittances, 2) compensation to employees, and 3) migrant transfers reported by each country. The remittance data presented for all countries are for 2001 except the data for India which are for 2000. For additional information on how remittances are defined and measured, see Chapter Seven in Bilsborrow et. al., 1997, *International Migration Statistics: Guidelines for Improving Data Collection Systems* (Geneva: International Labour Office).

²The source for the gross domestic product for each country is the World Bank website at devdata.worldbank.org/data-query. The GDP data presented for all countries are for 2001 except the data for India which are for 2000.

³The source of the total population data for each country are estimates generated by the US Census Bureau (see www.census.gov/ipc/www/idbrank.html). The total population figures presented for all countries are for 2001 except India which is for 2000.

Fonte: Migration Information Source, MPI :

<http://www.migrationinformation.org/USfocus/display.cfm?ID=137>

A título de exemplo, a importância económica atribuída às remessas dos emigrantes, pelos governantes dos seus países de origem, é claramente ilustrada pelo facto de, imediatamente após o devastador furacão Mitch em 1999, o governo de El

Salvador em vez de ajuda humanitária, pediu aos EUA que alargassem o tempo de permanência legal no país dos imigrantes salvadorenhos, para que eles pudessem continuar a mandar dinheiro para os parentes afectados pelos efeitos do furacão.

6.3.2. Iniciativas de desenvolvimento “translocal” ou co-desenvolvimento e formação de novas redes de capital social.

Além das remessas, há outros tipos de fluxos financeiros associados à emigração, que podem ter efeitos muito positivos no desenvolvimento dos países de origem dos emigrantes:

- ⇒ Investimento directo estrangeiro dos emigrantes regressados
- ⇒ Turismo das comunidades imigradas e seus descendentes ao país de origem
- ⇒ Donativos de associações de emigrantes

Os emigrantes podem ainda contribuir para o desenvolvimento nos países de origem, através do seu envolvimento transnacional na participação política, económica e social, nos países de origem, na promoção de iniciativas de desenvolvimento “translocal” (ou co-desenvolvimento) e na formação de novas redes de capital social (Martin; Martin; Weil, 2002).

“A emergência de comunidades transnacionais ancoradas em estratégias de circulação de migrantes que possuem um suporte espacial múltiplo, contribui para subverter lógicas interpretativas dicotómicas do tipo centro-periferia e revela um novo tipo de protagonistas sociais. Porque estabelecem a ponte entre locais diferentes e sabem tirar partido dos mecanismos que permitem o sucesso dos actores dominantes (o aumento da velocidade, a organização reticular, a flexibilidade....), as comunidades transnacionais aparecem dotadas de um forte potencial de transformação, não apenas na origem, mas também no destino (sobretudo as cidades do centro)”.

Malheiros, 2001, p. 576.

6.3.3. Fuga de cérebros

A perda de recursos humanos qualificados é considerada um dos aspectos mais problemáticos da emigração.

- ⇒ 12% dos mexicanos licenciados vivem nos EUA (30% dos doutorados).
- ⇒ 30% dos cidadãos do Gana e da Serra Leoa com instrução superior vivem no estrangeiro.
- ⇒ Cerca de metade dos estudantes estrangeiros que fazem o doutoramento nos EUA, cinco anos depois ainda lá continuam.

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

- BLACK, R. (2003) – « Soaring Remittances Raise New Issues”. *Migration Information Source*, MPI : <http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=127>
- BOYLE, P.; HALFACREE, K.; ROBINSON, V. (1998) – *Exploring Contemporary Migration*. Longman, Essex, pp. 180 – 206.
- CASTLES, S. (2000) – *Ethnicity and Globalization*. Sage, London, pp. 79-132.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world*, (3.^a ed.). Macmillan Press Ltd, London, pp. 68-93; 122-182.
- CASTLES, Stephen (2005) – *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios – dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Fim de Século, Lisboa, pp. 7-129.
- CAVACO, C. (1993) - "A place in the sun: return migration and the rural change in Portugal", in King, R. (ed.) - *Mass migration in Europe: the legacy and the future*. Belhaven Press, London pp. 174-191.
- DURAND, F. (1994) – “Entre territoires et réseaux ». In : BADIE, B. ; WENDEN, C. W. (Dir.) – *Le Défi Migratoire. Questions de relations internationales*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, pp. 141 - 157.
- ENTZINGER, H. (2000) – “Novas tendências migratórias à escala mundial”. *Janus 2001. Anuário de Relações Exteriores*. Público/UAL, Lisboa, pp. 118-119.
- IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration - Challenges and responses for people on the move*. IOM, Geneva, pp. 25-46.

- JACKSON, J. A. (1991) – *Migrações*. Celta, Oeiras, pp. 35-116.
- KING, Russell; RUIZ-GELICES, Enric (2003) – “International Student Migration and The European “Year Abroad”: Effects on European Identity and Subsequent Migration Behaviour. *International Journal of Population Geography*, 9 (22), pp. 229-252.
- KING, Russell; WARNES, T.; WILLIAMS, Allan (2000) – *Sunset Lives – British Retirement to the Mediterranean*. Berg Publisher, London, pp. 1-28.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (2000) – “La diversidad e integración de la inmigración en España”. In: *Vivir la Diversidad en España*. Comité Español de la Unión Geográfica Internacional. Aportación Española al XXIX Congreso de la Unión Geográfica Internacional, Seúl 2000, Madrid, pp. 157- 174.
- MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), pp. 25-91.
- MARTIN, S.; MARTIN, P.; Weil, P. (2002) “Fostering Cooperation Between Source and Destination Countries”. *Migration Information Source*, MPI.
<http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=60>
- PEIXOTO, J. (1999) – *A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*. Celta Editora, Oeiras, pp.11-99.
- PUYOL, R. ; VINUESA ANGULO, J. ; ABELLÁN GARCÍA, A. (1993) – *Los Grandes Problemas Actuales de la Población*. Editorial Síntesis, Madrid, pp. 155-172.
- RIBAS-MATEOS, N. (2002) – “Women of the South in Southern European Cities: a globalized domesticity”. In: FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J. M.; RIBAS-MATEOS, N.; WHITE, P.; ESTEVES, A (eds.) - *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 53-65.
- RODRÍGUEZ, V. (2000) “Vivir en España: Jubilados europeos en las costas españolas” in *Vivir la Diversidad en España*. Aportación Española al XXIX Congreso de la Unión Geográfica Internacional, Seúl 2000, Madrid, Comité Español de la Unión Geográfica Internacional, pp. 175-192.
- RODRÍGUEZ, V.; SALVÀ TOMÀS, P. ; WILLIAMS, A. (2001) “Northern Europeans and the Mediterranean: a new California or a new Florida?”, in King, R., de Mas, P., Beck, J. M. (Eds.), *Geography, environment and development in the Mediterranean*. Brighton, Sussex Academic Press, pp. 176-195.
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*, PUF,

Paris, pp. 4-222.

TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L' Europe face à l'Immigration*. L' Harmattan, Paris, pp. 11-200.

WALTON-ROBERTS, M. (2004) – “Returning, Remitting, RESHAPING: Non-Resident Indians and the transformation of society and space in Punjab, India”. *In*: JACKSON, P.; CRANG, P. & DWYER, C. (Ed.) – *Transnational Spaces*. Routledge, London, pp. 78-103.

2. Bibliografia complementar

ACNUR (2000) – *A Situação dos Refugiados no Mundo. Cinquenta Anos de Acção Humanitária*. ACNUR, Genebra, 345 p.

ALARCÓN, R. (1999) – “Recruitment Processes among Foreign-born Engineers and Scientists in Silicon Valley”. *American Behavioural Scientist* 42(9), pp. 1381-97.

AMERM (2002) - *La Migration Sud-Nord: La Problématique de l'Exode des Compétences*. Actes du colloque organisé à la Faculté de Droit- Agdal, Rabat, 27-28 de Avril, 2001. Association Marocaine d'Études et de Recherches sur les Migrations, Rabat, 231 p.

BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (ed.) – *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, 118 p.

BAUBÖCK, R. (1994) - *Transnational Citizenship: Membership and Rights in International Migration*. Cheltenham, Edward Elgar, pp. 3-38.

CHARALAMPOPOULOU, D. (2004) – “Gender and migration in Greece: The position and status of Albanian women migrants in Patras”. *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 77-104.

FINDLAY, A. (2001) – “Brain drain: the second wave”, comunicação apresentada à Conferência *Strangers and Citizens: Challenges for European Governance, Identity, Citizenship*. Universidade de Dundee, Março de 2001, 22 p.

FINDLAY, A., LI, F., JOWETT, A. and SKELDON, R. (1996) ‘Skilled International Migration and the Global City: a Study of Expatriates in Hong Kong’. *Transactions of the Institute of British Geographers*, 21, pp. 49-61.

FONSECA, M. L. ; ORMOND, M. (2004) – “A Gendered approach to immigration in

- Southern Europe: The Portuguese Case”, comunicação apresentada na Conferência Internacional *Migration and Cultural Diversity*. Fez, Marrocos, 1, 2 & 3 Julho de 2004, 25 p. (polic.)
- FRED, A. (1992) – “The Contribution of Remittances to Economic and Social Development”. In: KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (ed) (1992) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 205-220.
- GUNTHER DIETZ, Nadia El-Shohoumi (2002) – “Door to door with our Muslim sisters: intercultural and religious conflicts in Granada, Spain”. *Studi Emigrazione*, XXXIX, 145, Marzo, pp. 77-106.
- HONDAGNEU-SOTELO, P. (2001) – *Doméstica. Immigrant Workers Cleaning and Caring in the Shadows of Affluence*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 284 p.
- JACKSON, P.; CRANG, P. & DWYER, C. (Ed.) (2004) – *Transnational Spaces*, Routledge, London, 189 p.
- KRITZ, M. M.; CACES, F. (1992) – « Science and Technology Transfers and Migration Flows ». In: KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (ed) (1992) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 221-242.
- KRITZ, M. M.; ZLOTNIK, H. (ed) (1992) – *International Migration Systems. A Global approach*. Clarendon Press, Oxford, 354 p.
- LAZARIDIS, G. (2002) - “Albanian into Greece: various forms, degrees and mechanisms of (in)exclusion”. In: BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (ed.) – *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso - American Foundation, Lisbon, pp. 71-90.
- LEVITT, Peggy (2004) – “Transnational Migrants: When "Home" Means More Than One Country “, MPI, *Migration Information Source*.
<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?id=261>
- MAHROUM, S. (2001) – “Europe and the Immigration of Highly Skilled Labour”, *International Migration* 39(5), pp. 27-43.
- MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), pp. 249-386.
- MARTIN, S.; MARTIN, P.; Weil, P. (2002) “Fostering Cooperation Between Source and Destination Countries”. *Migration Information Source*, MPI.
<http://www.migrationinformation.org/feature/display.cfm?ID=60>
-

O'NEIL, K. (2003) "Remittances from the United States in Context ". Migration Information Source, MPI.

<http://www.migrationinformation.org/USfocus/display.cfm?ID=138>

OESTERGAARD-NIELSON, E. (2004) – *International Migration and Sending Countries: Perceptions, Policies and Transnational Relations*. Palgrave, Macmillan, 256 p.

OROZO, M. (2003) – "Remittances, the Rural Sector, and Policy Options in Latin America". Migration Information Source, MPI.

<http://www.migrationinformation.org/Feature/display.cfm?ID=128>

RAGHURAM, P.; MONTIEL, D. (2003) - "Skilled migratory regimes: the case of female medical migrants in the UK". In: ISHIKAWA, Y.; MONTANARI, A. (ed.) – *The New Geography of Human Mobility. Inequality Trends*. Home of Geography, IGU and Società Geografica Italiana, pp. 67-83.

RODRÍGUEZ, V. (2000) - "Vivir en España: Jubilados europeos en las costas españolas" in: *Vivir la Diversidad en España*. Aportación Española al XXIX Congreso de la Unión Geográfica Internacional, Seúl 2000. Comité Español de la Unión Geográfica Internacional, Madrid, pp. 175-192.

RODRÍGUEZ, V.; SALVÀ TOMÀS, P. and WILIAMS, A. (2001) - "Northern Europeans and the Mediterranean: a new California or a new Florida?", in King, R., de Mas, P., Beck, J. M. (Eds.), *Geography, environment and development in the Mediterranean*. Sussex Academic Press, Brighton, pp. 176-195.

SABINO, Catarina (2003) – *As novas políticas de atracção dos migrantes altamente qualificados e o desenvolvimento*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão, 147 p.

SALT, John (1988) – "Highly Skilled International Migrants: careers and international labour markets", *Geoforum* 19 (4), pp. 387-399.

ZOLBERG, A. (1994) – "Un reflet du monde: les migrations internationales en perspective historique". In : BADIE, B. ; WENDEN, C. W. (Dir.) – *Le Défi Migratoire. Questions de relations internationales*. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, Paris, pp. 41 - 57.

ZONTINI, E. (2002) – Towards a comparative study of female migrants in Southern Europe: Filipino and Moroccan women in Bologna and Barcelona. *Studi Emigrazione*, XXXIX, 145, Marzo, pp. 107-135.

3. Referências citadas no texto

- BAUBÖCK, R. (1994) - *Transnational Citizenship: Membership and Rights in International Migration*. Edward Elgar, Cheltenham, 348 p.
- BROTCHIE, J; BATTY, M.; BLAKELY, Ed; HALL, P. and NEWTON, P. (eds) (1995) - *Cities in Competition. Productive and sustainable cities for the 21st century*. Longman Australia. Melbourne, 532 p.
- CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – The age of migration. International population movements in the modern world, (3.^a ed.), Macmillan Press Ltd, London, 338 p.
- CLARK, D. (1996) - *Urban World/Global City*. London e New York, Routledge, 211 p.
- CROSS, M.; WALDINGER, R. (1999) – “Economic integration and labour market change”, in: HJARNØ, J. (ed.) – *From Metropolis to Cosmopolis*. South Jutland University Press, Esbjerg, pp. 27-93 (Papers, migration No. 30).
- FONSECA, M. L. (2004) - “Dinâmicas de integração: estratégias e protagonistas”, in: *I Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração*, 18/19 de Dezembro 2003. Porto, ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), pp.108-140.
- GUILLON, M. ; SZTOKMAN, N. (2000) – *Géographie Mondiale de la Population*, Ellipses, Paris, 284 p.
- HARVEY, David (2000) - *Spaces of Hope*. Edimburgh University Press, Edimburgh, 293 p.
- HUGO, G. (2001) - "International Migration Transforms Australia." Population Reference Bureau (June). <http://www.prb.org>
- IOM (2000) – *World Migration Report 2000 – International Organization for Migration*, IOM, United Nations, 287 p.
- IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration, challenges and responses for people on the move*, International Organization for Migration, United Nations, 350 p.
- KING, R. (2002) - 'Towards a new map of European migration', *International Journal of Population Geography*, 8(2), pp. 89-106.
- KING, Russell; RUIZ-GELICES, Enric (2003) – “International Student Migration and The European “Year Abroad”: Effects on European Identity and Subsequent Migration Behaviour, *International Journal of Population Geography*, 9 (22), pp. 229-252.

- KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (1992) (eds) - *International Migration Systems. A global approach*, Oxford, Clarendon Press, 354 p.
- MALONE, N.; BALUJA, K. F.; COSTANZO, J. M.; DAVIS, C. J. (2003) - *The Foreign-born Population: 2000. Census 2000 Brief*, US Census Bureau (C2 KBR 34), 12 p.
- MASSEY, D. ; ALLEN , J. and PILE, S. (ed.) (1999) - *City Worlds*. London, Routledge, 200 p.
- MASSEY, D. *et al.* (1998) – *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Clarendon Press, Oxford, 362 p.
- MORÉN- ALLEGRETE, R.; SOLANA, M. (2004) “Foreign Immigration in Spanish Rural Areas and Small Towns: Current Situation and Perspectives”, *Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 21-38.
- PORTES, P. ; GUARNIZO, L. E.; LANDOLT, P. (1999) – “Pitfalls and promise of an emergent research field”. *Ethnic and Racial Studies*. 22 (2), Março, pp.217-237.
- SASSEN, S. (1994) - *Cities in a World Economy*, Thousand Oaks, CA, Pine Forge/Sage.
- SASSEN, S. (1998) - *Globalization and its Discontents*. New Press, New York, 254 p.
- SASSEN, S. (ed) (2002) - *Global Networks, linked cities*. New York, Routledge, 368 p.
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, 429 p.
- SOJA, Edward, W. (2000) - *Postmetropolis. Critical Studies of Cities and Regions*. Blackwell, Oxford, 440 p.
- SOLÉ, C. (Coord.) (2001) - *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*. Anthropos, Barcelona, 286 p.
- TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L' Europe face à l'Immigration*. L' Harmattan, Paris, 260+6 p.
- TAYLOR, Peter J. (2004) – *World City Network. A Global Urban Analysis*, London, Routledge, 241 p.
- WALDINGER, R. (ed) (2001) - *Strangers at the Gates. New Immigrants in Urban America*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 339 p.

**IV. Grandes sistemas
migratórios no mundo: América
do Norte e Europa**

A . OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Identificar os principais países/regiões de recrutamento de imigrantes para a América do Norte e caracterizar a evolução dos fluxos ao longo do tempo.
2. Conhecer os tipos de imigrantes que vêm e porquê.
3. Caracterizar o padrão de distribuição espacial dos diferentes grupos de imigrantes.
4. Conhecer as formas de inserção na sociedade de acolhimento.
5. Contextualizar as mudanças nas políticas de imigração, dos Estados Unidos da América e do Canadá, e interpretar os seus efeitos nas áreas de recrutamento, perfil socioprofissional dos imigrantes, processos migratórios e trajectórias de inserção nos locais de destino.
6. Conhecer as principais dinâmicas de transformação dos padrões migratórios dominantes na Europa, do século XIX até à actualidade, e relacioná-los com os contextos demográficos, socioeconómicos e políticos em que se produziram.
7. Conhecer as principais fases de evolução das migrações internacionais na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando o padrão espacial dos fluxos mais importantes, os processos migratórios e os tipos de imigrantes.
8. Reflectir sobre os impactes da imigração para a Europa, nas áreas de destino e de origem dos imigrantes.
9. Reflectir sobre o papel das políticas de imigração e integração dos imigrantes na orientação e composição dos fluxos migratórios para a Europa e na coesão social da sociedade europeia.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. O sistema migratório Norte-americano: uma área de recrutamento mundial

A América do Norte constitui o principal pólo de atracção de migrantes

internacionais, atraindo imigrantes do mundo inteiro. Tratando-se de países de colonização europeia, os Estados Unidos e o Canadá foram ambos construídos por sucessivas gerações de imigrantes.

Em 2003 residiam nos Estados Unidos da América 33,5 milhões de pessoas nascidas no estrangeiro (11,7% da população total). No Canadá, em 2001, o número de habitantes nascidos no estrangeiro ascendia a 5,7 milhões (18,8% do total).

A tradição da imigração para estes países, a partir das mais variadas proveniências, associada à pujança das suas economias, fez da América do Norte um sistema migratório que funciona à escala planetária.

O México tem um papel de grande relevo no sistema migratório norte-americano, não só por constituir actualmente, o principal fornecedor de imigrantes aos Estados Unidos da América, mas também por ser cada vez mais um país de trânsito da imigração da América Central e do Sul para aquele país.

A tradição e o volume das migrações internacionais para os Estados Unidos e para o Canadá, conferem a este fenómeno um papel central na economia, na política e na vida social nestes dois países. Por isso, em ambos os casos, se definiram precocemente políticas migratórias, cuja discussão tem grande ressonância na opinião pública dos dois países.

1.1. Fases de evolução da imigração para os Estados Unidos da América: variações da política americana de imigração

A imigração para os Estados Unidos da América é muito anterior a 1820 (data a partir da qual os imigrantes começaram a ser registados em Ellis Island).

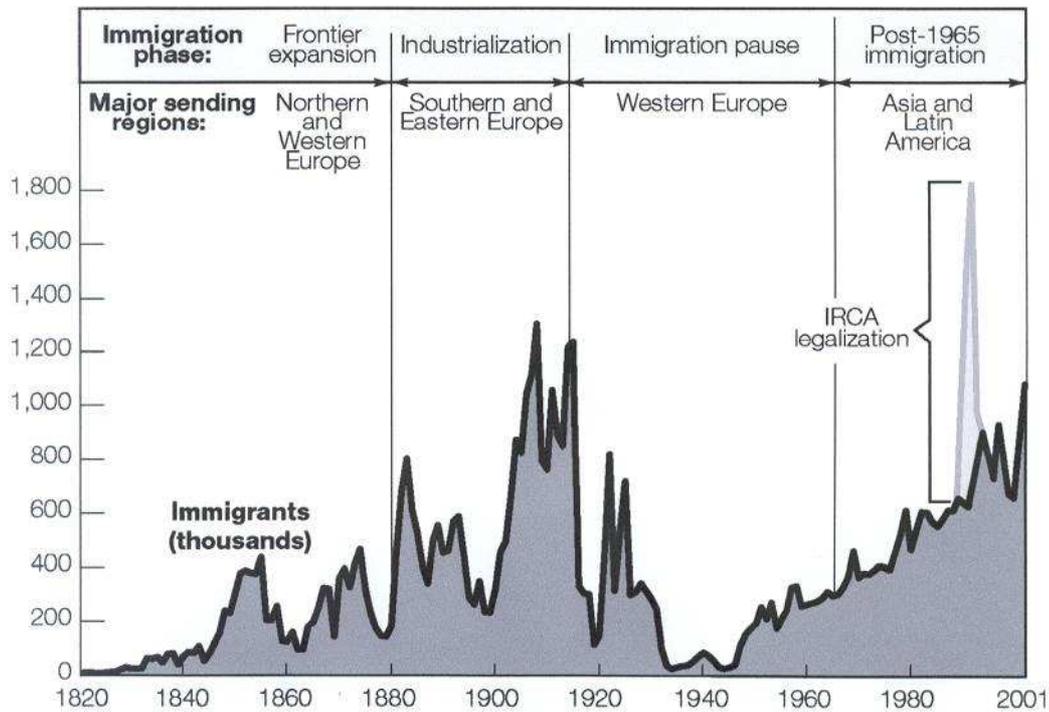
Antes de 1820, os imigrantes eram originários sobretudo da Europa Ocidental e do Norte, sendo os ingleses o grupo maioritário; em 1790, representavam 60% da população do país (Martin; Midgley, 2003, pp.12).

Entre 1820 e 1860 entraram, cinco milhões de imigrantes. A Inglaterra, apesar de ter diminuído o seu peso percentual, relativamente ao período anterior, representava ainda cerca de 50% do total, sendo os restantes provenientes da Irlanda e da Europa continental, nomeadamente da Alemanha, Holanda e Escandinávia. Entre 1840 e 1860, cerca de 40% dos imigrantes entrados nos Estados Unidos da América eram irlandeses que emigraram para fugir à grande fome que assolou o país, entre 1846 e 1848.

A partir de 1860, distinguem-se três fases na evolução da imigração para a

América, às quais correspondem alterações importantes na política de imigração (Fig. 11).

Fig. 11 – Evolução da Imigração para os Estados Unidos da América: 1820-2001



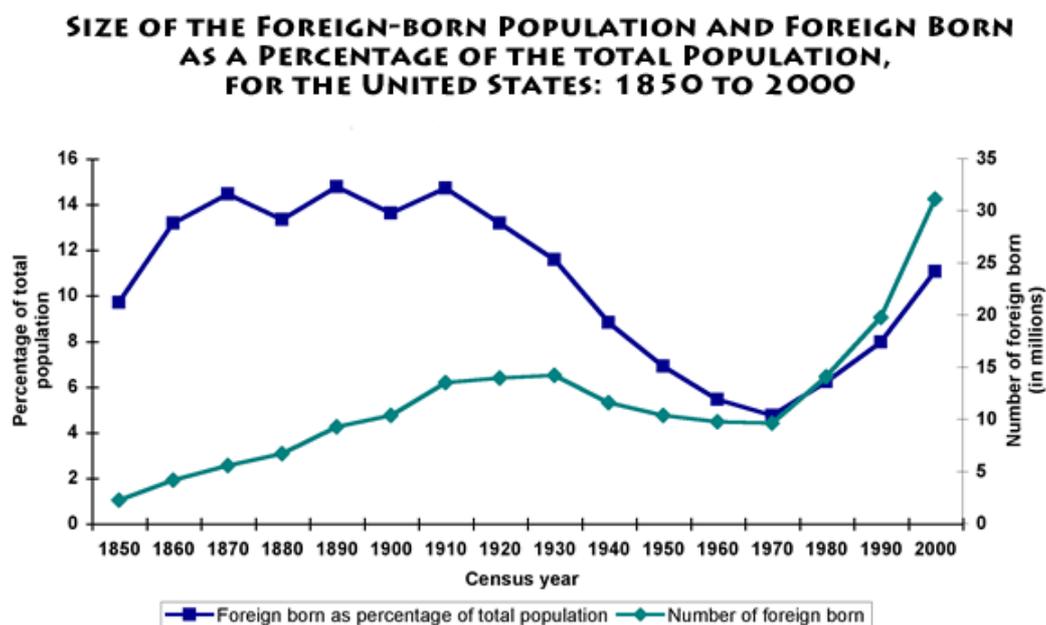
Note: IRCA refers to the amnesty provisions of the Immigration Reform and Control Act of 1986, under which 2.7 million unauthorized foreign residents obtained legal immigrant status.

Sources: Immigration and Naturalization Service, *2001 Statistical Yearbook of the Immigration and Naturalization Service* (2003): table 1.

Fonte: Martin; Midgley, 2003, pp. 12.

No que se refere à evolução do *stock* de imigrantes (população nascida no estrangeiro) e ao seu peso no total da população residente, observa-se um aumento até aos anos 30 do século passado. A partir dessa data, manteve-se em declínio até aos anos setenta, época em que entrou numa nova fase de elevado crescimento, tanto em valor absoluto como em percentagem do total de residentes no país (Fig. 12).

Fig. 12



Fonte: MPI, Migration Information Source

⇒ ***A política de “portas abertas”, mas com restrições qualitativas: 1880-1921***

A reconstrução do país após a Guerra da Secessão (1860-1865) marca o início de uma enorme vaga imigratória para os Estados Unidos da América, ímpar na época contemporânea. Origem geográfica dos imigrantes: a progressiva diminuição dos “WASP” (White Anglo-Saxon Protestants) e o aumento dos imigrantes da Europa Oriental, URSS e Europa do Sul. A descoberta do ouro e a vinda da primeira vaga de chineses para a Costa do Pacífico. Diversidade da população e emergência de conflitos inter-étnicos. Imposição de restrições à entrada de determinados grupos de imigrantes. A interdição da entrada de imigrantes chineses (Immigration Act de 1882). O declínio da imigração no período da Primeira Guerra Mundial.

⇒ ***As quotas segundo a nacionalidade dos imigrantes (1921-1945): “The 1924 National Origins Act “***

Retoma da imigração após a Primeira Guerra Mundial. Crise económica e emergência de uma política de restrições à imigração. Implementação de uma sistema de quotas, segundo a nacionalidade (1920),

por forma a garantir a predominância da população originária da Europa Ocidental e do Norte. A Segunda Guerra Mundial: declínio da imigração laboral e acolhimento de refugiados. A promoção da imigração mexicana para fazer face aos esforços da Guerra: o Programa “*bracero*” (1942).

⇒ **Reabertura progressiva do espaço migratório americano a partir de 1945: “*The Immigration and Nationality Act of 1952*”**

Retoma da imigração após a Segunda Guerra Mundial. Das quotas ao sistema de “preferências” (“*The Immigration and Nationality Act of 1952*”) pelos familiares de cidadãos americanos e por trabalhadores qualificados. A Abolição da interdição da imigração chinesa. Reabertura progressiva da imigração e movimento de defesa dos direitos civis: “*The Immigration and Nationality Act Amendments of 1965*”.

⇒ **O novo sistema de admissão de entrada de estrangeiros nos anos oitenta: “*The Refugee Act of 1980*”**

Adopção do Estatuto de Refugiado definido pela Convenção das Nações Unidas de 1951 (“*The Refugee Act de 1980*”). O Combate à imigração clandestina e regularização extraordinária dos imigrantes indocumentados: “*The Immigration Reform and Control Act – IRCA, de 1986*” e os seus efeitos.

⇒ **1.1.5. Reformas da Política de Imigração nos anos noventa**

A Lei de 1990 “*The Immigration Act of 1990*” e a diversificação dos vistos de entrada. Preferência pela imigração familiar e pelos imigrantes qualificados. Fim da Guerra Fria e desaparecimento das restrições ideológicas (ser comunista). As Reformas de 1996: as preocupações com o terrorismo e a imigração clandestina: “*Antiterrorism and Effective Death Penalty Act*”, “*The Personal Responsibility Act and Work Opportunity Reconciliation Act (PRWORA)*” e “*The Illegal Reform and Immigrant Responsibility Act*”. Restrições no acesso dos imigrantes ao sistema de segurança social.

- ⇒ **1.1.6. Efeitos do 11 de Setembro na política de imigração: “The USA Patriot Act of 2002” e “The Enhanced Border Security and Visa Entry Reform Act of 2001”.**

Reforço da dimensão securitária da política de imigração dos Estados Unidos da América. Acordos e negociações de cooperação com o México: o programa de recrutamento temporário de trabalhadores mexicanos.

1.2. Áreas de recrutamento da imigração para os Estados Unidos da América

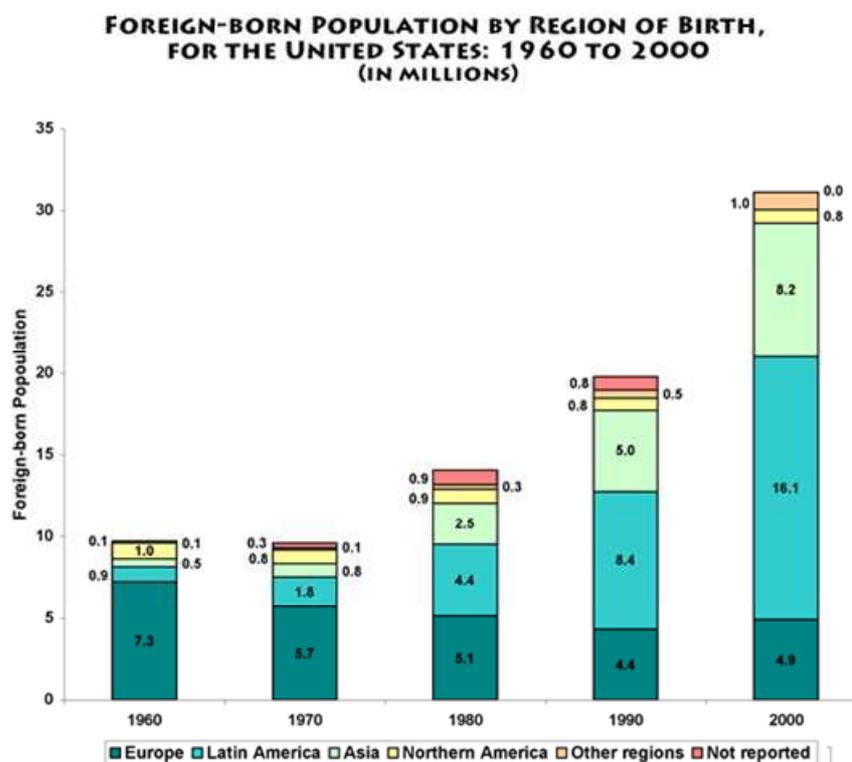
- ⇒ **Da imigração Europeia ao predomínio dos mexicanos e “latinos”.**

A percentagem de população nascida na Europa evoluiu de 74,5% em 1960, para 15,8% em 2000. Para os latino-americanos, os valores correspondentes são, respectivamente, 9,3% e 51,7%.

- ⇒ **A recente expansão da imigração asiática**

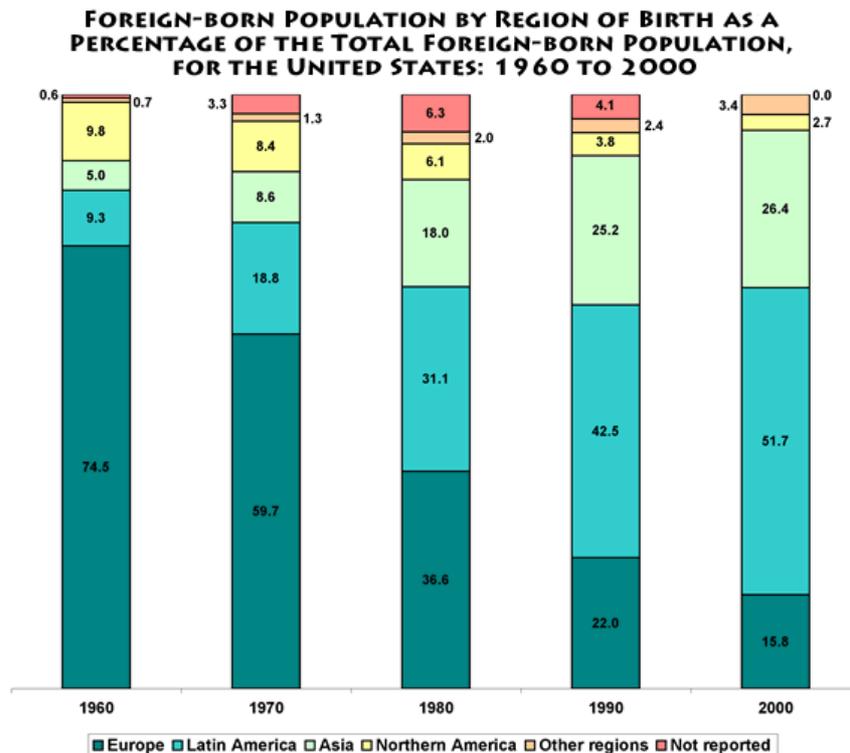
Entre 1960 e 2000, os residentes nos Estados Unidos da América, nascidos num país asiático, aumentaram de 5,0% para 26,4%.

Fig. 13



Fonte: MPI – Migration Information Source

Fig. 14



Fonte: MPI – Migration Information Source

1.3. Fases de evolução da imigração para o Canadá e variações da política canadiana de imigração

⇒ *Definição precoce de uma política migratória (1849-1923)*

Através da Lei da Imigração de 1869, o Canadá é um dos primeiros estados do mundo a definir uma política de imigração.

Entre 1910 e 1913, a média anual de imigrantes entrados no Canadá, atingiu o valor máximo registado a partir de 1869: 286 000 imigrantes por ano (só em 1913 entraram 400 870).

⇒ *Seleção dos imigrantes e encerramento das fronteiras (1923-1947)*

Os “Immigration Acts de 1910, 1919 e 1923 (*the Chinese Immigration Act*) formalizaram uma política de restrição à entrada de imigrantes, dando preferência em primeiro lugar, aos “brancos” originários dos países fundadores (Grã-Bretanha e França), seguidos dos provenientes da

Escandinávia, Estados Unidos e países do antigo domínio britânico. Só depois é que vêm os Europeus do Leste e do Sul, os árabes, judeus e, finalmente, os asiáticos e os negros, cuja entrada é extremamente difícil. No caso dos chineses, a imigração foi totalmente abolida, com o “*Chinese Immigration Act*” de 1923.

A crise económica, conjugada com estas políticas restritivas à imigração, tal como aconteceu nos Estados Unidos da América, reflectiu-se num declínio acentuado no número de imigrantes entrados no Canadá nos anos 30: de 1 203 000, entre 1921 e 1930, passou-se para 150 000, entre 1931-40 (Simon, 1995, pp. 236-237).

⇒ ***Liberalização e voluntarismo da política canadiana***

A partir da Segunda Guerra Mundial, a política de imigração do Canadá registou alterações consideráveis. Em 1947 foi abolida a lei de exclusão dos chineses e, nos anos sessenta e setenta, regulamentações sucessivas, em que se salientam as leis da imigração de 1967 e de 1976, puseram fim às políticas discriminatórias (mesmo racistas) vigentes no período anterior.

O Canadá, embora tenha aderido à Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto de Refugiados (1951) e ao Protocolo de 1967, apenas em 1969 acolheu no seu território refugiados e pessoas deslocadas por causa da Segunda Guerra Mundial, refugiados húngaros (1956-57), checos (1968) e outros, admitidos numa base individual.

Globalmente, entre 1946 e 1987, o Canadá recebeu 5 483 000 imigrantes, pelo que a imigração constituiu um factor essencial do crescimento da população do país (Simon, 1995, p. 238).

Nos anos noventa, a média anual de imigrantes entrados no Canadá foi de cerca de 200 000, chegando, nalguns anos, a ultrapassar 250 000.

⇒ ***Disposições legislativas recentes: o “Immigration and Refugee Protection Act”, de 2001***

O “*Immigration and Refugee Protection Act*” de 2001, mantém, em linhas gerais, as formas de admissão definidas em 1976, mas o modelo de

admissão individual na categoria da migração por razões económicas, em vez de se basear na experiência adquirida numa profissão específica, passa a privilegiar o grau de instrução, conhecimentos linguísticos e, conseqüentemente, as competências em sentido mais amplo. Actualmente, a categoria da migração económica inclui dois tipos de imigrantes: trabalhadores altamente qualificados e empresários.

“Permanent residents admitted to Canada under the Economic Class are selected for their skills and ability to contribute to Canada's economy. The Economic Class is comprised of two streams: skilled workers and business immigrants.

Skilled workers are assessed according to a selection grid (point system). In order to be admitted to Canada, skilled workers must:

- *have at least one year of work experience within the past 10 years in a management occupation or in an occupation normally requiring university, college or technical training as described in the National Occupational Classification (NOC) developed by Human Resources Development Canada (HRDC);*
- *have enough money to support themselves and their family members in Canada.*

Canada's new Immigration and Refugee Protection Act , 2001.

1.4. Evolução das áreas de origem da imigração para o Canadá

⇒ ***Da imigração europeia ao predomínio das novas correntes migratórias do Sul, Leste e Sudeste asiáticos.***

Entre 1956 e 1976, 63,6 % dos imigrantes para o Canadá eram provenientes do Reino Unido e de outros países europeus e apenas 11,9% eram originários da Ásia. Em 2000, estas posições inverteram-se: a fracção correspondente à Europa reduziu-se para 18,9% e a Ásia subiu para 53%. Os restantes distribuíam-se entre a África e o Médio Oriente (18%), as Caraíbas, América Central e do Sul (7,5%) e os Estados Unidos da América. (2,6%) (Ray, 2002).

Em 1996, os imigrantes britânicos constituíam o grupo mais numeroso

(mais de 650 000). A seguir ao Reino Unido, as comunidades com maior número de pessoas eram originárias dos seguintes territórios: Itália (332000); Estados Unidos da América (245 000); Hong Kong (241 000); Índia (236 000); República Popular da China (231000); Polónia (193 000); Filipinas (185 000), Alemanha (182 000) e Portugal (159 000).

1.5. Padrões de distribuição geográfica dos imigrantes, nos Estados Unidos da América e no Canadá

1.5.1. Nos Estados Unidos da América: atracção do “sun-belt”

Em 2000, seis Estados tinham mais de um milhão de residentes nascidos no estrangeiro: Califórnia, Nova Iorque, Florida, Texas, New Jersey e Illinois, o que equivale a 70.4% do total dos habitantes nascidos no estrangeiro.

No que se refere à proporção da população nascida no estrangeiro, no total dos habitantes de cada estado, verifica-se que apenas nove estados têm taxas migratórias superiores à média nacional: Califórnia (25,9%), Nova Iorque (19,6%), Florida (18,6%) Hawaii (16,1%), Nevada (15,2%), New Jersey (14,9%), Arizona (12,9%), Massachusetts (12,4%) e Texas (12,2%).

⇒ Alterações no padrão regional de distribuição dos imigrantes, a partir de 1960

- Da tradição histórica de concentração da população imigrada nos Estados do Nordeste e do *Midwest*, à atracção migratória da Califórnia, Florida e Texas.
- Padrões diferenciados de distribuição geográfica dos imigrantes europeus, asiáticos e latino-americanos.

⇒ Concentração dos imigrantes nas principais áreas metropolitanas

- Imigração e crescimento urbano. Novas e velhas cidades de imigração nos EUA.

1.5.2. No Canadá: do povoamento das áreas rurais e regiões de fronteira, à concentração nas grandes cidades

No século XIX e na primeira metade do século XX, muitos dos imigrantes fixaram-se nas áreas rurais e nas regiões de fronteira. Actualmente, a maioria da população nascida no estrangeiro concentra-se nas províncias de Ontário, Colômbia Britânica e Quebec, particularmente nas três maiores áreas metropolitanas do país: Toronto, Montréal (que concentra 90% da população do Quebec não natural do Canadá) e Vancouver.

Toronto é a região urbana com maior taxa de imigração e maior diversidade étnica (42% dos residentes em 2000 nasceram noutro país). Segue-se Vancouver, com uma taxa imigratória de 35%, e Montréal com 18% (Ray, 2002).

1.6. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho norte-americano

1.6.1. Estados Unidos da América

Em 2000 a população activa civil, nascida no estrangeiro, ascendia a 17,4 milhões de pessoas, representando 12,4% do total de activos civis (140,5 milhões).

- ⇒ Taxas de actividade e taxas de desemprego da população nascida no estrangeiro. Diferenças entre géneros.
- ⇒ Polarização da estrutura socioprofissional dos imigrantes, por regiões de origem. Predomínio das categorias profissionais de maior qualificação nos imigrantes de origem europeia e asiática e das profissões menos qualificadas e mais desvalorizadas socialmente, nos imigrantes latino-americanos “latinos”.
- ⇒ A importância do empresariado de base étnica nalgumas comunidades de imigrantes.
- ⇒ Imigração, mercado de trabalho e pobreza nos Estados Unidos da América.

1.6.2. Canadá

Os imigrantes no Canadá, apesar de terem níveis de instrução elevados, têm taxas de empregabilidade inferiores e taxas de desemprego superiores às da população nativa. Em 1996, a taxa de desemprego da população nascida no estrangeiro era de

11%, enquanto a dos residentes autóctones era de 10%. Contudo, o desemprego afecta sobretudo os imigrantes recém-chegados (19%). Para os imigrantes mais antigos, a percentagem dos que procuram trabalho é semelhante à da população nativa.

- ⇒ Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, por géneros. A situação de desvantagem das mulheres.
- ⇒ Estrutura socioprofissional dos imigrantes: um perfil não muito diferente do da população nativa
 - sobre-representação dos imigrantes nas indústrias transformadoras (28% do total, em 1996). Esta diferença é sobretudo importante no caso das mulheres (a percentagem de mulheres nascidas no estrangeiro, empregadas neste sector de actividade é cerca de duas vezes maior do que a das mulheres nativas do Canadá).
 - Maior proporção dos trabalhadores por conta própria (15% e 12%, respectivamente, em 1996).
- ⇒ Imigração, mercado de trabalho e pobreza no Canadá: maior vulnerabilidade dos imigrantes às situações de pobreza.

2. O Sistema migratório Europeu: o grande “bazar”

A organização espacial das migrações internacionais europeias na actualidade, contrariamente ao que se verifica na América do Norte, reflecte percursos migratórios muito diferentes de cada estado nacional. Por isso, a construção do sistema migratório europeu foi-se edificando em paralelo com a consolidação da integração económica europeia (Gildas Simon, 1995, p. 266).

2.1. A Europa, terra de emigração: migrações transoceânicas

Como vimos anteriormente, a Europa foi fundamentalmente, uma região de emigração transoceânica de povoamento e colonização do Novo Mundo: América do Norte, Brasil, Argentina e outros países do “cone sul”, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Estes fluxos atingiram o seu máximo desde o período da Revolução Industrial

até ao início da Primeira Guerra Mundial. Entre 1900 e 1914 partiram da Europa 14 milhões de pessoas e entre 1820 e 1945 saíram mais de cinquenta milhões (Simon, 1995, p. 57).

Após a independência das antigas colónias europeias, assistiu-se ao declínio da emigração europeia e desencadearam-se migrações maciças de retorno às metrópoles coloniais. Este afluxo activou redes migratórias que facilitaram o desenvolvimento posterior de migrações económicas para a Europa, a partir dos anos sessenta e setenta, com origem nos territórios coloniais (Índia e Paquistão para Inglaterra; Magrebe para França; PALOP para Portugal; Suriname e Indonésia para a Holanda, etc.).

2.2. As migrações intra-europeias: da Revolução Industrial à Segunda Guerra Mundial

Desde há muito que se verificam fluxos internacionais de mão-de-obra no espaço europeu. No século XIX, os países que tiveram um processo de industrialização e urbanização mais precoce, atraíram trabalhadores das nações vizinhas: os irlandeses emigravam para Inglaterra; os italianos para França e os da Europa Central e Oriental, para o império alemão. Comparativamente ao volume de pessoas deslocadas pelos efeitos das duas grandes guerras mundiais, as migrações internacionais de mão-de-obra intra-europeias antes da Segunda Guerra Mundial, tinham uma expressão bastante reduzida (Salt; Clarke e Schmidt, 2000: 1).

Nas palavras de Kirk (1946: 242, citado por Salt; Clarke e Schmidt, 2000: 2), as migrações intra-europeias de trabalhadores, no período entre as duas guerras, eram *“typically a movement from countries of lower levels of living and agrarian over-population to those of slower population growth and greater economic opportunities”*.

A Segunda Guerra Mundial provocou também deslocações de mais de 25 milhões de pessoas, principalmente na Europa Central e Oriental.

2.3. A Europa, terra de imigração

A Europa do Noroeste (Reino Unido, ex-RFA, França, Benelux, Suíça e Suécia) constituiu durante o período dos “Trinta Gloriosos”, a par dos Estados Unidos da América e do Canadá, um dos grandes conjuntos polarizadores das migrações internacionais.

O fim da transição demográfica e a expansão económica destes países, após a Segunda Guerra Mundial, suscitaram o desenvolvimento da imigração em massa de

trabalhadores provenientes, num primeiro momento, de países mais pobres, geograficamente próximos e das antigas colónias. Mais tarde, sobretudo durante a década de sessenta, o campo migratório da Europa do Norte e Ocidental alargou-se, ganhando especial relevo a migração de trabalhadores originários da bacia do Mediterrâneo.

Nos últimos vinte e cinco anos o sistema migratório europeu ampliou-se. As redes migratórias tornaram-se mais difusas e diversificadas, tanto no que se refere às áreas de origem como de destino. Os sucessivos alargamentos do território da Comunidade Económica Europeia, a par da reestruturação da economia mundial, da difusão dos mecanismos de competição e concorrência à escala planetária e do agravamento das assimetrias do desenvolvimento regional, aumentaram a pressão migratória para a Europa Ocidental, com origem nos países do Terceiro Mundo: africanos, asiáticos e latino-americanos.

A partir de finais dos anos setenta, os países da Europa do Sul, Grécia, Espanha, Portugal e, principalmente Itália, passaram da condição de fornecedores de mão-de-obra à Europa desenvolvida, a países de imigração. Na década de noventa, na sequência do desmoronamento dos regimes comunistas da Europa de Leste e da queda do Muro de Berlim, ganharam relevo as migrações Leste-Oeste.

2.3.1. As diferentes fases da imigração europeia

⇒ Fim dos anos quarenta e década de cinquenta

- As deslocações de população provocadas pelos efeitos da Guerra (finais dos anos quarenta): migrações motivadas por causas políticas: pessoas deslocadas pelo conflito; migrações de refugiados; deslocações de populações provocadas pela alteração das fronteiras políticas.
- Migrações pós-colónias: a vinda dos repatriados de origem europeia residentes nas ex-colónias francesas, inglesas e holandesas.
- Primeira fase das migrações laborais intra-europeias. Crescimento do número de trabalhadores estrangeiros. Padrão geográfico da procura e da oferta de mão-de-obra. Causas das migrações. Processos migratórios: redes de conhecimento interpessoal e formas de recrutamento institucional. Problemas sociais dos trabalhadores estrangeiros.

⇒ **A fase dos “*guestworkers*” (trabalhadores convidados): 1960s-1973**

- O alargamento da área de recrutamento de trabalhadores dos países mais desenvolvidos à Europa do Sul, Norte de África, Turquia e Jugoslávia. Declínio da emigração italiana. Problemática da imigração clandestina. Padrões de distribuição geográfica dos imigrantes nos países de destino: imigração e metropolização. Inserção dos imigrantes no mercado de trabalho e formas de inserção social.

Quadro 3 - Emigração legal nalguns países da Europa do Sul, 1960-1980.

Anos	Grécia	Itália	Portugal	Espanha	Turquia
1960	47 768	383 908	32 318	30 500	(*)
1961	58 837	387 123	33 526	43 000	4 041
1962	84 054	365 611	33 539	65 336	8 620
1963	100 072	277 611	39 519	83 728	30 328
1964	105 569	258 482	55 646	102 146	66 176
1965	117 167	282 643	89 056	74 539	57 520
1966	86 896	296 494	120 239	56 795	34 400
1967	42 730	229 264	92 502	25 911	8 947
1968	50 866	215 713	80 452	66 699	43 204
1969	91 552	182 199	70 165	100 840	103 967
1970	92 681	151 854	66 360	97 657	129 575
1971	61 745	167 721	50 400	113 702	87 942
1972	43 397	141 852	54 084	104 134	85 229
1973	27 525	123 302	79 517	96 088	135 820
1974	24 448	112 020	43 397	50 695	20 207
1975	20 330	92 666	24 811	20 618	4 419
1976	20 374	97 247	17 493	12 124	10 558
1977	18 350	87 655	17 226	11 300	19 084
1978	14 482	85 550	18 651	11 993	18 852
1979	11 050	88 950	20 622	13 019	23 630
1980	(*)	83 007	18 044	14 065	28 443

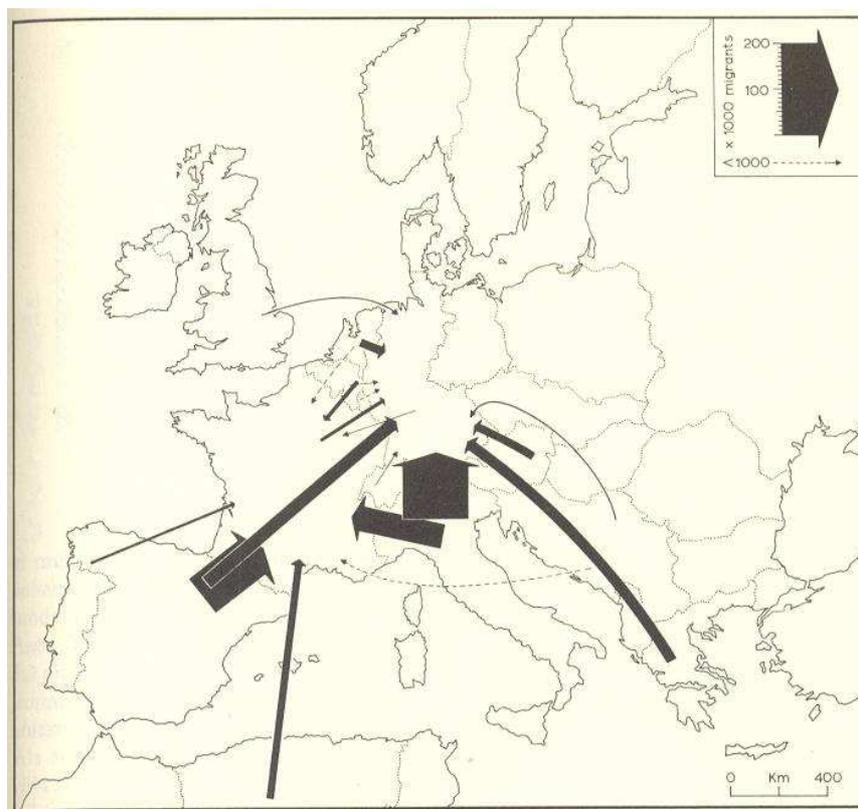
* - Sem informação. Fonte: Fonseca, 1990: 58.

Quadro 4 - Trabalhadores estrangeiros empregados no final de 1973

País	N.º de trabalhadores (milhares)	% da população activa
Alemanha Ocidental	2500	12
França	2300	10
Suíça	600	30
Suécia	220	6
Bélgica	200	7
Holanda	80	2
Luxemburgo	33	30
Itália	33	0 - 3

Fonte: Salt, 1976: 82.

Fig. 15 – Migrações laborais para a França e Alemanha Ocidental, 1960



Fonte: Salt, 1976: 89.

Quadro 5 - Stock de imigrantes nos principais países de imigração da Europa Ocidental, 1950-1975 (milhares).

País	1950	1960	1970	1975	% do total da população 1975
Bélgica	354	444	716	835	8,5
França	2128	2663	3339	4196	7,9
Alemanha Federal	548	686	2977	4090	6,6
Holanda	77	101	236	370	2,6
Suécia	124	191	411	410	5,0
Suíça	279	585	983	1012	16,0
Reino Unido	1573	2205	3968	4153	7,8

Nota: Os números referem-se sempre à população estrangeira, excepto no caso do Reino Unido. Excluem os habitantes naturalizados e imigrantes das colónias francesas e holandesas. Os dados do Reino Unido são dos Recenseamentos da População de 1951, 1961 e 1971. Os valores de 1975 são estimativas. Os dados de 1951 e 1961 referem-se a população nascida no estrangeiro, excluindo os filhos de imigrantes nascidos no Reino Unido. Os dados de 1971 e 1975 incluem as crianças nascidas no Reino Unido, cujos pais são ambos naturais de outro país.

Fonte: Castles e Miller, 2003:73.

⇒ **Crise económica e inversão da política migratória na Europa: retorno, reunificação familiar e primeira fase de asilo (1973-1989)**

- Políticas migratórias cada vez mais restritivas. Incentivos ao retorno ao país de origem. Inversão do padrão migratório europeu: migrações de retorno e circulação internacional de quadros. Reunificação familiar e formação de minorias étnicas descendentes de imigrantes. Migrações temporárias de mão-de-obra.
- Alargamento da imigração aos países da Europa do Sul. Especificidades do modelo migratório sul-europeu. A problemática da imigração clandestina. Imigração clandestina e economia informal. Campanhas de regularização extraordinária de imigrantes em situação irregular.
- Integração europeia e construção de um espaço migratório europeu.

Quadro 6 – População residente estrangeira nalguns países europeus, 1990-1999

Country	1980	1985	1990	1995	1999	Percentage of total population 1999
Austria	283	272	413	724	748	10.0 ^a
Belgium	–	845	905	910	900	8.8
Denmark	102	117	161	223	259	4.9
France	3714 ^b	–	3597	–	3263	5.6 ^c
Germany	4453	4379	5242	7174	7344	8.9
Ireland	–	79	80	94	126 ^d	3.3 ^d
Italy	299	423	781	991	1520 ^e	2.6 ^e
Luxembourg	94	98	–	138	159	36.6
Netherlands	521	553	692	757	651	4.1
Norway	83	102	143	161	179	4.0
Portugal	–	–	108	168	191	2.0
Spain	–	242	279	500	801	2.0
Sweden	422	389	484	532	487	5.5
Switzerland	893	940	1100	1331	1400	19.2
UK	–	1731	1875	2060	2208	3.8

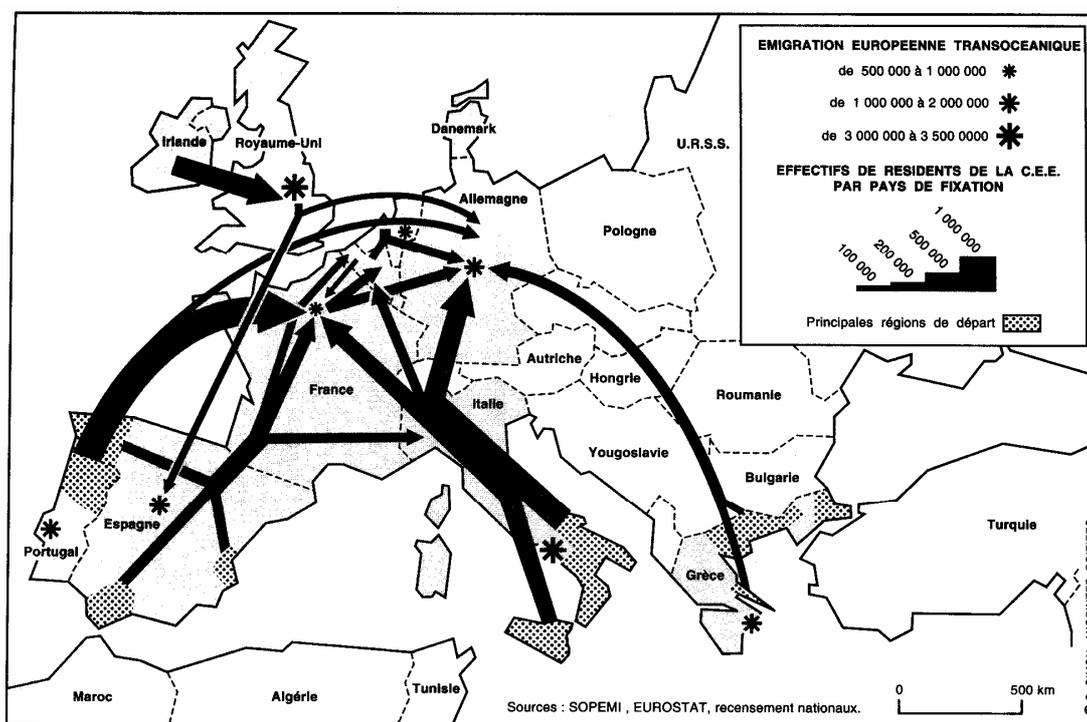
^a Figure for 1998
^b Figure for 1982
^c For metropolitan France only
^d Figure for April 2000
^e Figure for December 2000

Notes: These figures are for foreign population. They therefore exclude naturalized immigrants (particularly important for France, the UK and Sweden). They also exclude immigrants from colonies or former colonies with the citizenship of the immigration country (particularly important for France, the Netherlands and the UK). The figures for the UK in this table are not comparable with the birthplace figures given in Table 4.1. The figures for Germany refer to the area of the old Federal Republic up to 1990, and to the whole of united Germany thereafter. Some of the calculations are our own.

Sources: OECD (1992: 131, 1997: 29, 2000, 2001); Lebon (2000: 7); Strozza and Venturini (2002: 265).

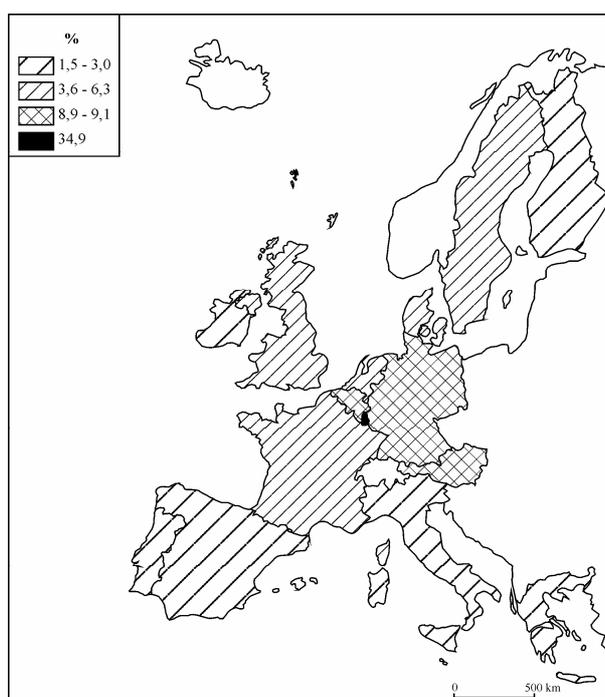
Fonte: Castles e Miller, 2003: 81.

Fig. 16 - Migrações internacionais intra-comunitárias em 1990 (stocks de residentes na CEE, por país de fixação).



Fonte: Simon, 1995: 287.

Fig. 17 - Percentagem de estrangeiros, em situação legal, na população residente total dos países da UE, 1998



Nota: Os dados de França referem-se a 1990. Fonte: Fonseca, 2002: 357.

Quadro 7 – Stocks and inflows of North African documented immigrants by receiving country and nationality ('000 / % of total non-EU immigrants / rank

	Stocks									Inflows								
	1990			1995			2000			1990			1995			2000		
	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank
France																		
Morocco	572,7	25,1	3	504,1	24,4	2	<i>(1991)</i>								
Algeria	614,2	26,9	2	477,5	23,1	3	18,2	18,5	1	6,6	13,5	2	16,9	18,8	1
Tunisia	206,3	9,0	6	154,4	7,5	7	12,9	13,1	2	8,4	17,2	1	12,4	13,8	2
Italy																		
Morocco	78	12,3	1	94,2	11,4	1	159,6	12,9	1	<i>(1998)</i>								
Tunisia	41,2	6,5	4	40,5	4,9	5	45,7	3,7	7	7,3	6,6*	2	24,9	9,3*	2	24,7	9,1*	2
Spain																		
Morocco	11,4	10	7	74,9	28,3	2	199,8	22,3*	1	<i>(1999)</i>								
Algeria	13,8	1,5*	15
Belgium																		
Morocco	141,7	40,1	2	140,3	39,5	2	106,8	12,4*	3	<i>(1991)</i>								
Algeria	10,7	3	13	9,5	2,7	13	7,7	0,9*	14	3,4	11,6	3	3,6	13,6	3	5,7	14,6	3
Netherlands																		
Morocco	156,9	30,3	2	149,8	28	2	111,4	23,9	1	<i>(1991)</i>								
Tunisia	2,6	0,5	12	1,9	0,4	12	1,3	0,3	11	8,9	14	2	3,1	5,9	4	4,2	6,1	4

Source: Adapted from OECD 2002.

* % of total immigrants

Fonte: Abreu; Mateus, 2004: 164.

Quadro 8 – Legalization of North African immigrants and naturalizations by receiving country and nationality

	Legalizations									Naturalizations								
	1991			1995			2000			1991			1995			2000		
	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank	'000	%	rank
France																		
Morocco	1981-1982			1997-1998														
Algeria	16,7	13,8	2	9,2	11,8	2	10,3	10,8	1	12,2	13,3	1	23,9	15,9	1
Tunisia	11,7	9,7	5	12,5	16,1	1	6,6	6,9	3	9,5	10,3	2	17,3	11,5	2
Italy																		
Morocco	17,3	14,3	1	4,1	5,3	5	4,4	4,6	4	4,2	4,5	3	7,3	4,9	3
Spain																		
Morocco	1990			1996			1998			<i>(1999)</i>								
Tunisia	49,9	22,9	1	34,3	14,0	1	23,9	11,0	3	0,1	2,8	7	0,3	4,5	5	0,6	4,7	4
Netherlands																		
Morocco	1991			1996			2000 + 2001											
	49,2	44,7	1	7	32,9	1	65,1	17,1	2	0,4	11,4	2	0,8	11,6	2	1,9	16	1

Fonte: Abreu; Mateus, 2004: 165.

⇒ **Migrações forçadas: grande pressão dos requerentes de asilo e de refugiados a partir de meados dos anos oitenta**

- A problemática do asilo na agenda política da União Europeia a partir de meados dos anos 80. Um crescimento acentuado dos requerentes de asilo a partir de meados dos anos oitenta. Principais origens geográficas

dos requerentes de asilo: Afeganistão, Irão, Iraque, Turquia (curdos), ex-Jugoslávia, Sri Lanka e Somália. Deslocações de populações provocadas pelo desmoronamento dos regimes comunistas da Europa Oriental e da ex-URSS.

⇒ **Migrações internacionais na Europa Central e Oriental: o período pós-comunista.**

- A vaga migratória da Europa Central e Oriental para a União Europeia. Migrações intra-regionais. Trânsito de imigrantes (nacionais da Europa Central e do Leste, da Ásia e da África) para a Europa Ocidental. A onda migratória da Europa de Leste para a Europa do Sul. Novos processos migratórios: o papel das redes de recrutamento e de tráfico ilegal de mão-de-obra.

Quadro 9 - Evolução do número de requerentes de asilo na União Europeia, 1990-1999

Anos	N.º de Requerentes de asilo
1990	397 027
1991	511 184
1992	672 381
1993	516 710
1994	300 232
1995	263 655
1996	226 850
1997	240 483
1998	288 757
1999	430 000

Fonte: IOM, 2000.

2.4. Políticas migratórias na UE: do Mercado Comum à Política Comum de Imigração

A imigração começou a ganhar relevo na agenda política europeia apenas a partir de meados dos anos oitenta.

- ⇒ *Importância do Acto Único Europeu (1986) como catalisador da cooperação intergovernamental dos estados - membros da Comunidade Europeia em matéria de imigração.*

“A comunidade adoptará medidas tendentes ao progressivo estabelecimento do mercado único durante o período que terminará em 31 de Dezembro de 1992...(o que significará) uma área sem fronteiras em que a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capital seja assegurada”.

Acto Único Europeu - Artº 8º A

- ⇒ O *Acordo de Shengen (1985)* e a *Convenção Shengen (1990)*. Adopção de regras comuns em matéria de vistos, de novas legislações sobre o direito de asilo e criação do Sistema de Informação Shengen (SIS).
- ⇒ A *Convenção de Dublin sobre o Direito de Asilo (1990)*. O *Tratado da União Europeia de Maastricht (1992)* e o reconhecimento da imigração como matéria de interesse comum (Título VI, artigos K1, K3 e K9).
- ⇒ O *Tratado de Amesterdão (1997)* e a definição das bases de uma política comum de imigração e asilo (Título IV, art.º 61º).

“A fim de criar progressivamente um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, o Conselho adoptará:

a) No prazo de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do Tratado de Amesterdão, medidas destinadas a assegurar a livre circulação de pessoas nos termos do artigo 14.º, em conjugação com medidas de acompanhamento, com ela directamente relacionadas, em matéria de controlos na fronteira externa, asilo e imigração, nos termos do disposto nos pontos 2 e 3 do artigo 62.º, no ponto 1, alínea a), e no ponto 2, alínea a), do artigo 63.º, bem como medidas destinadas a prevenir e combater a criminalidade, nos termos da alínea e) do artigo 31.º do Tratado da União Europeia.

b) Outras medidas em matéria de asilo, imigração e protecção dos direitos de nacionais de países terceiros, nos termos do artigo 63.º”

Tratado de Amesterdão, Artigo 61.º (ex-artigo 73.º- I)

- ⇒ O *Conselho Europeu de Tampere (1999)*. Definição dos objectivos da política comum de imigração. Cooperação com os países terceiros e promoção do co-desenvolvimento. Tratamento equitativo dos nacionais de países terceiros. Regulação dos fluxos migratórios: informação sobre as necessidades de imigração, combate à imigração ilegal e a todas as formas de tráfico humano. Dificuldades de concretização de políticas comuns.

⇒ *O Tratado de Nice (2001)*

Nos termos das novas disposições do artigo 67.º, o Conselho pode adoptar disposições por maioria qualificada relativas à política de asilo, aos refugiados e deslocados, à política de imigração e aos direitos dos nacionais de países terceiros que residam legalmente na Comunidade, desde que o Conselho tenha anteriormente adoptado por unanimidade legislação comunitária que defina as regras comuns e os princípios essenciais na matéria. A introdução da votação por maioria qualificada continua, assim, ligada a essas condições e à definição prévia de princípios comuns na matéria. Também o procedimento de co-decisão pode ser agora aplicado a este artigo.

⇒ Tratado que estabelece uma Constituição Europeia (2004), assinado em Roma a 29 de Outubro de 2004.

⇒ Rumo ao futuro: convergências e divergências.

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

ARANGO, J. (1999) – “Immigrants in Europe: Between Integration and Exclusion”. *Metropolis International Workshop Proceedings*. Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 231-256.

CASTLES, S. (2000) – *Ethnicity and Globalization*. Sage, London, pp. 79-132.

CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world*, (3.ª ed.). Macmillan Press Ltd, London, pp. 68-122; 182 - 197.

GIUBILARO, D. (1999) – “Prospects for Future Migration from the Maghreb to Europe: Impact of Economic Policies”. *Metropolis International Workshop Proceedings*, Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 55-87.

IOM (2003) - *World Migration 2003. Managing Migration - Challenges and responses for people on the move*. IOM, Geneva, pp. 25-46.

- KING, R. (1994) – “Geografia Social e Económica das Migrações de Trabalho”. In: PINDER, D. (ED.) – *Europa Ocidental: desafios e mudanças*. Celta Editora, Oeiras, pp. 211-230.
- KING, R. (1997) – “Restructuring and Socio-spatial mobility in Europe: the role of international migrants”. In: BLOTEVOGEL, Hans ; FIELDING, Anthony, J. (1997) – *People, Jobs and Mobility in The New Europe*. John Wiley/E.S.F., Chichester, pp. 91-119.
- KING, R. (2000) – “Southern Europe in the Changing Global Map of Migration”. IN: KING, R; LAZARIDIS, Gabriella; TSARDANIDIS, Charamlambos (ed.) – *Eldorado or Fortress? - Migration in Southern Europe*. Macmillan, London, pp. 1-26.
- KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (1992) (eds) - *International Migration Systems. A global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 19-40.
- LEITÃO, J. (2000) – “Do Mercado Comum à Política Comum de Imigração”. *Janus 2001. Anuário de Relações Exteriores*. Público/UAL, Lisboa, pp. 128-129.
- MALONE, N.; BALUJA, K. F.; COSTANZO, J. M.; DAVIS, C. J. (2003) *The Foreign-born Population: 2000. Census 2000 Brief*, US Census Bureau (C2 KBR 34).
- MASSEY, D. et al. (1998) – *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Clarendon Press, Oxford, pp. 60-133.
- MILLER, M. (1999) – “Immigrant Integration in the United States: Still a Model for Emulation?”. *Metropolis International Workshop Proceedings*. Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 39-54.
- NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y. (eds.) - *EU and US approaches to the management of immigration. Comparative perspectives*. Migration Policy Group, Brussels, pp. 2-10; pp. 553-589.
- RAY, B. (2002) – “Canada: Policy Legacies, New Directions, and Future Challenges”, MPI, *Migration Information Source*. Disponível em: <http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=20>
- SALT, J.; CLARKE, J.; SCHMIDT, S. (2000) – *Patterns and Trends in International Migration in Western Europe*. Eurostat, Luxembourg, pp. 1-19.
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, pp. 4-222.
- TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L' Europe face à l'Immigration*. L' Harmattan, Paris, pp. 11-200.

2. Bibliografia complementar

- AMPI/MPI (2003) – Policy Briefs & Recommendations. The Greek Presidency Conference on Managing Migration for the Benefit of Europe. Athens Migration Policy Initiative, 83 p. Disponível em:
<http://www.migrationpolicy.org/AMPI/docs/ampiPOLICYBRIEFSmay.doc>
- AMPI/MPI (2003) – Summary report - The Athens Capstone Conference on Managing Migration for the Benefit of Europe, Atenas, 15 e 16 de Maio, 8p. Disponível em:
<http://www.migrationpolicy.org/AMPI/docs/Meeting%20summary61103.doc>
- APAP, J. (2002) – « Extending Citizenship Rights to Third Country Nationals. The Correlation Between Migration and Integration: A Sample from Southern Europe ». In: FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J. M.; RIBAS-MATEOS, N.; WHITE, P.; ESTEVES, A (eds)- *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Luso-American Foundation, Lisbon, pp. 33-52.
- ARANGO, J. (1994). "La 'cuestión migratoria' en la Europa de fines del siglo XX". Em : J. Nadal (coord.) - *El mundo que viene*. Alianza Editorial, Madrid: pp. 63-96.
- BADE, Klaus J. (2002) - *L' Europe en Mouvement. La Migration de la Fin du XVIII^e Siècle à nos Jours*. Éditions du Seuil, Paris, pp. 153-572.
- BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (ed.) – *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, 118 p.
- BLOTEVOGEL, Hans ; FIELDING, Anthony, J. (1997) – *People, Jobs and Mobility in the New Europe*. John Wiley/E.S.F., Chichester, pp. 49-119.
- DONNE, Marcelle Delle (ed.) (1995) – *Avenues to Integration. Refugees in Contemporary Europe*. Ipermedium, Napoli, 286 p.
- FANGOULI - PAPANIONIYOU, M. (1999) – « Modes of Insertion of Illegal Migrants in the Labour Market : The Case of Greece ». *Metropolis International Workshop Proceedings*. Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 121-140.
- FONSECA, M. L.; KING, R. (ed.) (2004) – *Migration in the Mediterranean Basin: Bridges and Margins – Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia, XXXIX (77) (Ed.)*, 194 p.
- GARSON, J. P. (1992) – “Migration and Interdependence: The Migration System between France and Africa”. In: KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (eds) - *International Migration Systems. A global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 80-93.
- HAMMAR, T. (1992) – “Laws and Policies Regulating Population Movements: a European Perspective”. In: KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (eds) -

- International Migration Systems. A global approach.* Clarendon Press, Oxford, pp. 245-262.
- KING, R. (Ed.) (1993) – *Mass Migration in Europe: The legacy and the future.* Belhaven Press, London, 334 p.
- KING, R. (Ed.) (1993) – *The New Geography of European Migrations.* Belhaven Press, London, 263 p.
- KING, R. e BLACK, R.(eds) (1997) *Southern Europe and the New Immigrations.* Sussex Academic Press, Brighton, 220 p.
- KING, R; LAZARIDIS, Gabriella; TSARDANIDIS, Charamlambos (2000) – *Eldorado or Fortress? - Migration in Southern Europe.* Macmillan, London, 351 p.
- LÓPEZ TRIGAL, L. (2000) – “La diversidad e integración de la inmigración en España”. In: *Vivir la Diversidad en España.* Comité Español de la Unión Geográfica Internacional. Aportación Española al XXIX Congreso de la Unión Geográfica Internacional, Seúl 2000, Madrid, pp. 157- 174.
- MAHROUM, S. (2001) – “Europe and the Immigration of Highly Skilled Labour”, *International Migration* 39(5), pp. 27-43.
- MILLER, M. (1992) – “Evolution of Policy Modes for Regulating International Labour Migration”. In: KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (eds) - *International Migration Systems. A global approach.* Clarendon Press, Oxford, pp. 300-314.
- MPI (2004) - *Policy Briefs – The Presidency Conference on Future European Union Cooperation in the Field of Asylum, Migration and Frontiers.* Amsterdam, 31 August - 3 September, 2004, 47 p. Disponível em:
http://www.migrationpolicy.org/events/conference_policy_briefs_083104.pdf
- NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y. (eds.) - *EU and US approaches to the management of immigration. Comparative perspectives.* Migration Policy Group, Brussels, 631 p.
- PAPADEMETRIOU, D. (1996) – *Coming Together or Pulling Apart?.* International Migration Policy Program. Carnegie Endowment for International Peace, Washington, D.C., 130 p.
- PUYOL, R. ; VINUESA ANGULO, J. ; ABELLÁN GARCÍA, A. (1993) – *Los Grandes Problemas Actuales de la Población.* Editorial Síntesis, Madrid, pp. 109 - 172.
- SALT, J.; CLARKE, J.; SCHMIDT, S. (2000) – *Patterns and Trends in International Migration in Western Europe.* Eurostat, Luxembourg, 198 p.
- SALT, J.; CLOUT, H. (1976) – *Migration in Post-War Europe.* Oxford University Press, London, 227 p.

- SIMMONS, A. B.; GUENGANT, J. P. (1992) – « Caribbean Exodus and the World System ». In: KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (eds) - *International Migration Systems. A global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 94-114.
- SOLÉ, C. (Coord.) - *El impacto de la inmigración en la economía y en la sociedad receptora*. Anthropos, Barcelona, 286 p.
- SOYSAL, Y. (1999) – “Identity, Rights and Claims-Making: Changing Dynamics of Citizenship in Post-war Europe”. *Metropolis International Workshop Proceedings*. Luso-American Development Foundation, Lisbon, pp. 305-319.
- THUMERELLE, Pierre-Jean (1986) - *Peuples en mouvement : la mobilité spatiale des populations*. Éditions C.D.U. et SEDES réunis, Paris, 323 p.
- UN (2000) – *Replacement Migration: Is it a Solution to Declining and Ageing Populations*. UN, Population Division, Department of Economic and Social Affairs, 143 p.
- VANDERMOTTEN, C.; HAMME, G.; LOCKHART, P. M.; WAYENS, B. (2004) – *Migrations in Europe . The four last decades*. Società Geografica Italiana, Roma, 119 p.
- WILPERT, C. (1992) – “The Use of Social Networks in Turkish Migration To Germany”. In: KRITZ, M.M.; LIM, L.L.; ZLOTNIK, H. (eds) - *International Migration Systems. A global approach*. Clarendon Press, Oxford, pp. 177-189.

3. Referências citadas no texto

- ABREU, A.; MATEUS, J. D. (2004) – “Bridges Across the Mediterranean Sea: an introduction to the Maghreb-Southern Europe migration system”. *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 159-173.
- CROSS, M.; WALDINGER, R. (1999) – “Economic integration and labour market change”, in: HJARNØ, J. (ed.) – *From Metropolis to Cosmopolis*, South Jutland University Press, Esbjerg, p. 27-93 (Papers, migration No. 30).
- HUGO, G. (2001) - "International Migration Transforms Australia." Population Reference Bureau (June). <http://www.prb.org>
- MALONE, N.; BALUJA, K. F.; COSTANZO, J. M.; DAVIS, C. J. (2003) - *The Foreign-born Population: 2000. Census 2000 Brief*, US Census Bureau (C2 KBR 34).
- MARTIN, P. ; MIDGLEY, E. (2003) – “Immigration: Shaping and Reshaping America”. *Population Bulletin*. Vol. No. 2, Population Reference Bureau, Washington, DC, 44 p.

- MASSEY, D. *et al.* (1998) – *Worlds in Motion. Understanding International Migration at the End of the Millennium*, Oxford, Clarendon Press, 362 p.
- RAY, B. (2002) – “Canada: Policy Legacies, New Directions, and Future Challenges”, MPI, Migration Information Source. Disponível em:
<http://www.migrationinformation.org/Profiles/display.cfm?ID=20>
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, pp. 4-222.
- TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L’ Europe face à l’Immigration*. L’Harmattan, Paris, 212 p.
- WALDINGER, R. (ed) (2001) *Strangers at the Gates. New Immigrants in Urban America*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 339 p.

V. As migrações internacionais em Portugal

A . OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Conhecer e caracterizar as principais fases das migrações internacionais em Portugal e situá-las no sistema das migrações internacionais europeias.
2. Conhecer as características fundamentais da emigração portuguesa: principais territórios de origem e destino, características dos migrantes e processos migratórios.
3. Conhecer os determinantes estruturais e as motivações individuais e familiares da emigração portuguesa, no período pós 2ª Guerra Mundial.
4. Discutir a relação entre migrações internacionais em Portugal e a reestruturação da economia portuguesa e europeia.
5. Conhecer a génese da imigração contemporânea para Portugal: fases e tipos de imigrantes.
6. Conhecer os padrões de distribuição geográfica das diferentes comunidades de imigrantes.
7. Reflectir sobre os efeitos da imigração em Portugal, nos domínios demográfico, económico, geográfico e sociocultural.
8. Conhecer os processos e dinâmicas de integração dos imigrantes na sociedade portuguesa: estratégias e protagonistas.
9. Reflectir sobre o papel das políticas de imigração na regulação dos fluxos migratórios e na coesão social da sociedade portuguesa.
10. Reflectir acerca dos contributos dos imigrantes estabelecidos em Portugal para os processos de transformação da sociedade e do território portugueses.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Portugal, país de emigração: do apogeu à recessão

A diáspora portuguesa pelo mundo remonta ao tempo dos Descobrimentos do século XV. Desde essa época tem sido uma constante da história nacional, com amplas

consequências demográficas, económicas, sociais, políticas e culturais. Pelo contrário, a experiência de Portugal como país de imigração é ainda bastante recente.

Em 1991, segundo estimativas oficiais, o número de portugueses residentes no estrangeiro era superior a quatro milhões de habitantes, o que equivale a cerca de 40% da população residente no país. A emigração portuguesa foi particularmente intensa entre 1960 e 1974, calculando-se que, nesse período, saíram do país 1.465.435 emigrantes, 75% dos quais para destinos europeus. A partir de 1974, a emigração europeia sofreu um declínio acentuado, de tal forma que nos catorze anos seguintes (1975-1988), o número total de emigrantes se cifrou apenas em 336.786, sendo a fracção europeia correspondente a 52% (Baganha e Góis, 1998, p. 235).

1.1. O ciclo migratório brasileiro

Migração e colonização: migrações ultramarinas. O ciclo migratório brasileiro (até aos anos 50 do século passado). Principais regiões de origem e de destino.

Características socioeconómicas dos migrantes. Processos migratórios. Migrações de retorno a Portugal.

1.2. O ciclo migratório europeu: da “grande debandada” ao retorno

1.2.1. Dos anos 50 a 1973

A integração de Portugal no sistema migratório europeu, iniciou-se timidamente nos anos cinquenta, no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, ao mesmo tempo que se encerrava o longo ciclo de emigração transatlântica, em que o Brasil foi o principal destino.

A mudança de rumo da emigração portuguesa ocorreu em simultâneo com um vasto conjunto de transformações económicas e sociais que prenunciaram o fim do império colonial e a progressiva aproximação à Europa. Efectivamente, a adesão à EFTA, em 1959, o começo da guerra colonial africana em 1961, os primeiros passos na industrialização e na internacionalização da economia portuguesa, a abertura ao investimento estrangeiro, o desenvolvimento do turismo algarvio, o êxodo rural e o crescimento urbano acelerado das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, particularmente da primeira, tal como a emigração, constituem etapas importantes no processo de integração na Europa comunitária.

1.2.2. Crise dos anos 70 e Revolução de 25 de Abril” de 1974: um marco importante na inserção de Portugal nos mercados internacionais de mão-de-obra

⇒ **Fim do ciclo migratório europeu e retoma de alguns outros destinos tradicionais**

A crise dos anos setenta, associada às profundas transformações económicas, sociais e político-institucionais que se verificaram em Portugal, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, iniciaram uma nova fase na posição do País no contexto migratório internacional.

O chamado ciclo migratório europeu fechou-se nos anos setenta, quando a recessão económica veio pôr em causa o modelo de acumulação de capital europeu no pós-guerra, obrigando os países tradicionais de acolhimento do Norte e Centro da Europa Ocidental a adoptar fortes medidas restritivas à entrada de trabalhadores estrangeiros. Em consequência de tudo isto, nos anos setenta e oitenta, verificou-se em Portugal e na generalidade dos países da Europa do Sul, uma quebra progressiva da emigração. Ao mesmo tempo, verificaram-se alterações sensíveis na composição socioprofissional dos emigrantes e nos países de destino.

A partir de 1974 a emigração predominantemente europeia perde peso relativo e ganham relevo as migrações transoceânicas para os Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela e Austrália, fazendo renascer correntes migratórias antigas, apoiadas em redes de acolhimento e de solidariedade local, desenvolvidas pelas anteriores gerações de emigrantes.

Contudo, deve assinalar-se que a crise económica na América do Norte implicou também uma redução no número de emigrantes para os Estados Unidos e para o Canadá, na segunda metade dos anos oitenta.

Os fluxos migratórios para a Venezuela, provenientes fundamentalmente da Madeira e do distrito de Aveiro, mantiveram-se relativamente elevados até 1983, graças ao crescimento económico proporcionado pela exploração do petróleo, chegando mesmo a assinar-se, em 1978, um acordo entre Portugal e a Venezuela para incentivar a emigração de trabalhadores qualificados. As dificuldades económicas que se seguiram à queda dos preços do petróleo e a instabilidade social que se começou a fazer sentir no decénio de oitenta, conduziram ao estancamento desta corrente migratória.

Nos anos oitenta, assistiu-se ainda ao despontar de um fluxo migratório novo

dirigido para a Austrália e desenvolveu-se também a emigração temporária, mais ajustada às necessidades de flexibilização do mercado de trabalho dos países desenvolvidos da Europa Ocidental, sendo a França e a Suíça os principais países de destino desta corrente migratória.

Quadro 10 - Evolução da emigração permanente legal, (1971-1993)

Ano	TOTAL N.º	UE ⁽¹⁾		EUA, Canadá		Venezuela		Outros países	
		N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1971/1975	252209	139818	55.4	81816	32.4	15888	6.3	14687	5.8
1976/1980	92023	11626	12.6	49615	53.4	15757	17.1	15025	16.3
1981/1985	47590	5343	11.2	20155	42.4	7979	16.8	14113	29.7
1986/1988	23901	1587	7.7	17486	73.2	322	1.3	4506	18.9
1992 ⁽²⁾	22324	11814	52.9	3075	13.8	486 ⁽³⁾	2.2	6949	31.1
1993 ⁽²⁾	15562	6564	42.2	1054	6.8	-	-	7944	51.0

(1) Não inclui a Áustria, Finlândia e Suécia.

(2) Os valores de 1992 e 1993 não são comparáveis com os dos anos anteriores, devido a diferenças nos critérios de recolha da informação. Os dados dos últimos anos baseia-se num inquérito, por amostragem, às famílias residentes em Portugal.

(3) Refere-se à América Central e do Sul. Não há informação desagregada para a Venezuela.

Fonte: Fonseca, 2000: 9.

As estatísticas no "destino" apresentam sempre, para o período posterior a 1981, números superiores aos indicados pelas fontes nacionais, apontando mesmo para uma tendência oposta à admitida internamente: em vez de redução, ter-se-à verificado uma intensificação da emigração portuguesa para a Europa, a partir de 1985.

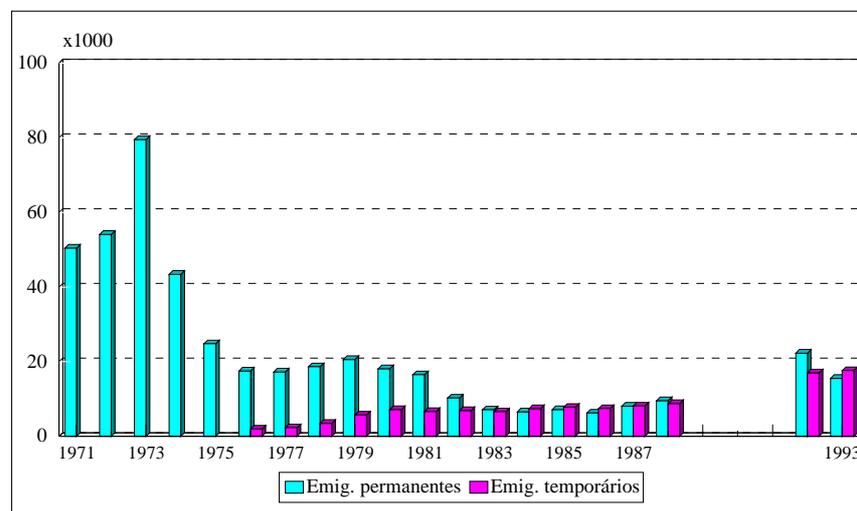
⇒ ***Migrações temporárias e flexibilização dos mercados internacionais de mão-de-obra***

No que se refere à emigração temporária, verifica-se também que as saídas registadas em Portugal são muito inferiores ao número de entradas de migrantes sazonais indicado pelos países de acolhimento, verificando-se que só o número de autorizações temporárias de residência concedidas anualmente pela Suíça, a cidadãos portugueses foi, ao longo dos anos oitenta, três a quatro vezes superior ao total de emigrantes temporários indicado pela Secretaria de Estado da Emigração e das Comunidades Portuguesas.

A emigração temporária para a Europa e fundamentalmente para a França e Suíça, mas também para Espanha, apoia-se na procura de mão-de-obra em actividades que apresentam características sazonais como a agricultura, a construção civil e o turismo. Além disso, relativamente à origem geográfica, verifica-se que estas correntes migratórias temporárias são provenientes fundamentalmente dos distritos do interior do País.

Outro aspecto a salientar na emigração portuguesa actual, é a importância das redes de recrutamento directo, principalmente no caso dos trabalhadores que se destinam à agricultura, construção civil e hotelaria e restauração.

Fig. 18 - Evolução da emigração permanente e temporária, 1971-1993



Fonte: INE - *Estatísticas Demográficas*, anos de 1971 a 1994

Fonte: Fonseca, 2000: 10.

⇒ **Mudanças nas áreas de recrutamento e de destino**

O território de Portugal Continental foi inicialmente o mais afectado pela quebra da emigração, por nele terem maior incidência os fluxos migratórios para a Europa Ocidental. As Regiões Autónomas, sobretudo os Açores, reforçaram o seu peso no total das saídas de emigrantes na segunda metade dos anos setenta, enquanto o Continente reduziu a sua participação no conjunto dos emigrantes que deixaram o País.

⇒ **Alteração do perfil demográfico e socioeconómico dos emigrantes**

A mudança das áreas de origem e de destino dos emigrantes portugueses foi ainda acompanhada por alterações importantes na composição das correntes migratórias, no que se refere à idade, sexo e situação socioprofissional.

A emigração individual e predominantemente masculina para os países europeus, característica da década de sessenta e dos primeiros anos da de setenta, deu lugar a fluxos com um *sex ratio* bastante menos desequilibrado, em resultado do crescimento dos movimentos de reunificação familiar. Nos anos oitenta e noventa voltou a verificar-se um novo aumento da proporção de emigrantes masculinos, facto que parece indicar o crescimento dos emigrantes económicos provocado pela recuperação da economia europeia e pela pressão do desemprego em Portugal, sobretudo nas regiões industriais em processo de reestruturação e no Alentejo. Simultaneamente, registou-se um aumento do nível médio de qualificação dos emigrantes activos, sendo cada vez maior o peso dos que trabalhavam na indústria e no comércio e serviços, em detrimento da agricultura. Estas transformações resultam da interacção de dois fenómenos distintos: aumento do nível de qualificação escolar e profissional da população portuguesa e maiores exigências na qualificação da mão-de-obra por parte da indústria e dos serviços.

1.2.3. O retorno: do “regresso à terra” à preferência pelas áreas urbanas do litoral

O regresso dos emigrantes europeus desenvolve-se fundamentalmente a partir de 1974, precisamente na época em que os países de acolhimento dos nossos emigrantes tomaram fortes medidas restritivas à imigração e incentivaram o regresso às regiões de origem. Além disso, em Portugal, o fim da ditadura criava também expectativas de melhores condições de vida.

A distribuição, por distritos, dos ex-emigrantes regressados entre 1974 e 1981, revela que grande parte deles se estabelecem nas regiões de origem. Os maiores desvios positivos ocorrem na Área Metropolitana de Lisboa (distritos de Lisboa e Setúbal) e no distrito de Faro que foram as regiões com taxas de crescimento demográfico mais elevado nos anos setenta.

A confirmar a tendência de regresso à terra de onde partiram, num inquérito efectuado em Dezembro de 1982, pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, a uma amostra representativa de emigrantes regressados a Portugal, apurou-se que 90% dos inquiridos voltaram para a freguesia onde residiam antes de emigrar, contribuindo

para atenuar um pouco os efeitos do esvaziamento demográfico provocado pela emigração das décadas anteriores, sobretudo nas Regiões do Norte e Centro interiores (Silva *et al.*, 1984).

O regresso dos emigrantes europeus prosseguiu nos anos oitenta, embora a um ritmo menor do que na segunda metade dos anos setenta. A redução dos regressos dos emigrantes europeus poderá reflectir uma certa indefinição resultante das incertezas quanto à reinserção em Portugal, o acompanhamento da segunda geração que fica e, frequentemente, pretende estabelecer-se definitivamente e ainda o receio de dificuldades futuras numa eventual reentrada no país de destino. Por todos estes motivos, tornam-se cada vez mais frequentes os regressos não definitivos, verificando-se uma alternância entre períodos de permanência em Portugal e no estrangeiro, sobretudo quando os filhos não regressam (Quadros 11 e 12).

Quadro 11 - Distribuição da população residente em Portugal, em 16 de Março de 1981 que, em 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979; residia no estrangeiro (ex-colónias excluídas)

Países de proveniência	31 de Dezembro de 1973		31 de Dezembro de 1979	
	Nº	%	Nº	%
França	99825	51.8	28699	43.6
RFA	28931	15.0	7957	12.1
Outros Europa	14368	7.5	7626	11.6
EUA/Canadá	13490	7.0	6180	9.4
Outros países	36206	18.8	15433	23.4
TOTAL	192820	100.0	65895	100.0

Fonte: Fonseca, 2000: 19.

A progressiva integração do território europeu, proporcionada pela construção do Mercado Único e pela melhoria das acessibilidades, traduz-se num grande aumento da mobilidade da população, permitindo aos emigrantes contactos frequentes com Portugal, mesmo permanecendo nos países de acolhimento. Assim sendo, as migrações europeias tendem a constituir cada vez mais uma "circulação migratória" regular, sobretudo à medida que se vão tornando cada vez mais importantes as migrações temporárias de curta e muito curta duração.

Quadro 12 – População residente em Portugal, 15 de Abril de 1991, que residia no estrangeiro em 31/12/1985 e 31/12/1989 (ex-colónias excluídas)

Países de origem	31 de Dezembro de 1985		31 de Dezembro de 1989	
	N.º	%	N.º	%
França	54025	36.6	20299	31.3
Alemanha	7173	4.9	3061	4.7
EUA	8957	6.1	4665	7.2
África do Sul	8883	6.0	2979	4.6
Venezuela	20483	13.9	6547	10.1
Bermudas	204	0.1	151	0.2
Canadá	5170	3.5	3220	5.0
Outros	42525	28.8	23833	36.8
TOTAL	147420	100.0	64755	100.0

Fonte, Fonseca, 2000:20.

O retorno de países não europeus tem características diferentes e, no futuro, as migrações para fora da Europa são aquelas que correspondem verdadeiramente a movimentos internacionais. Nos anos oitenta, os regressos dos Estados Unidos e do Canadá mantiveram-se sensivelmente ao nível dos observados entre 1974 e 1980, mas reforçaram-se os provenientes da África do Sul e da Venezuela, em virtude da instabilidade social e das incertezas quanto ao futuro sentidas pela comunidade lusófona nesses territórios.

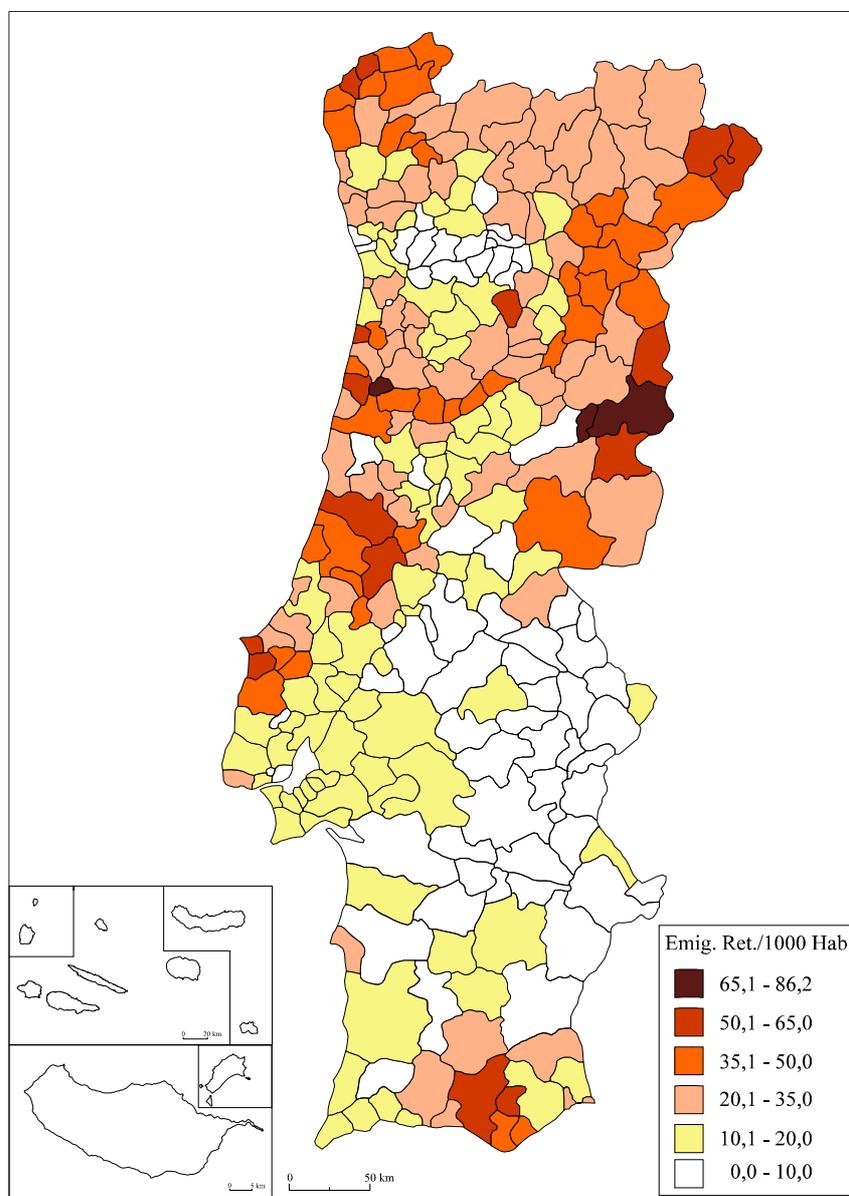
A distribuição, por distritos, dos ex-emigrantes regressados a Portugal Continental, entre 1986 e 1991, indica que as áreas urbanas do litoral, sobretudo as regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto, aumentaram substancialmente a sua capacidade atractiva, comparativamente ao período analisado anteriormente (Fig. 20).

Esse facto, além de reflectir as mudanças observadas a partir de 1973, nas áreas de origem, nos destinos e na composição socioprofissional dos emigrantes portugueses, indica também uma mudança de atitude de alguns ex-emigrantes originários do interior do País e que procuram nos centros urbanos do litoral, melhores condições de vida e mais oportunidades de emprego e promoção profissional ou de investimento para as suas poupanças e, por isso, constituem mais um factor de reforço da tendência para a litoralização do povoamento e rarefacção demográfica das regiões do Interior.

1.3. A vinda dos “retornados” das ex-colónias africanas

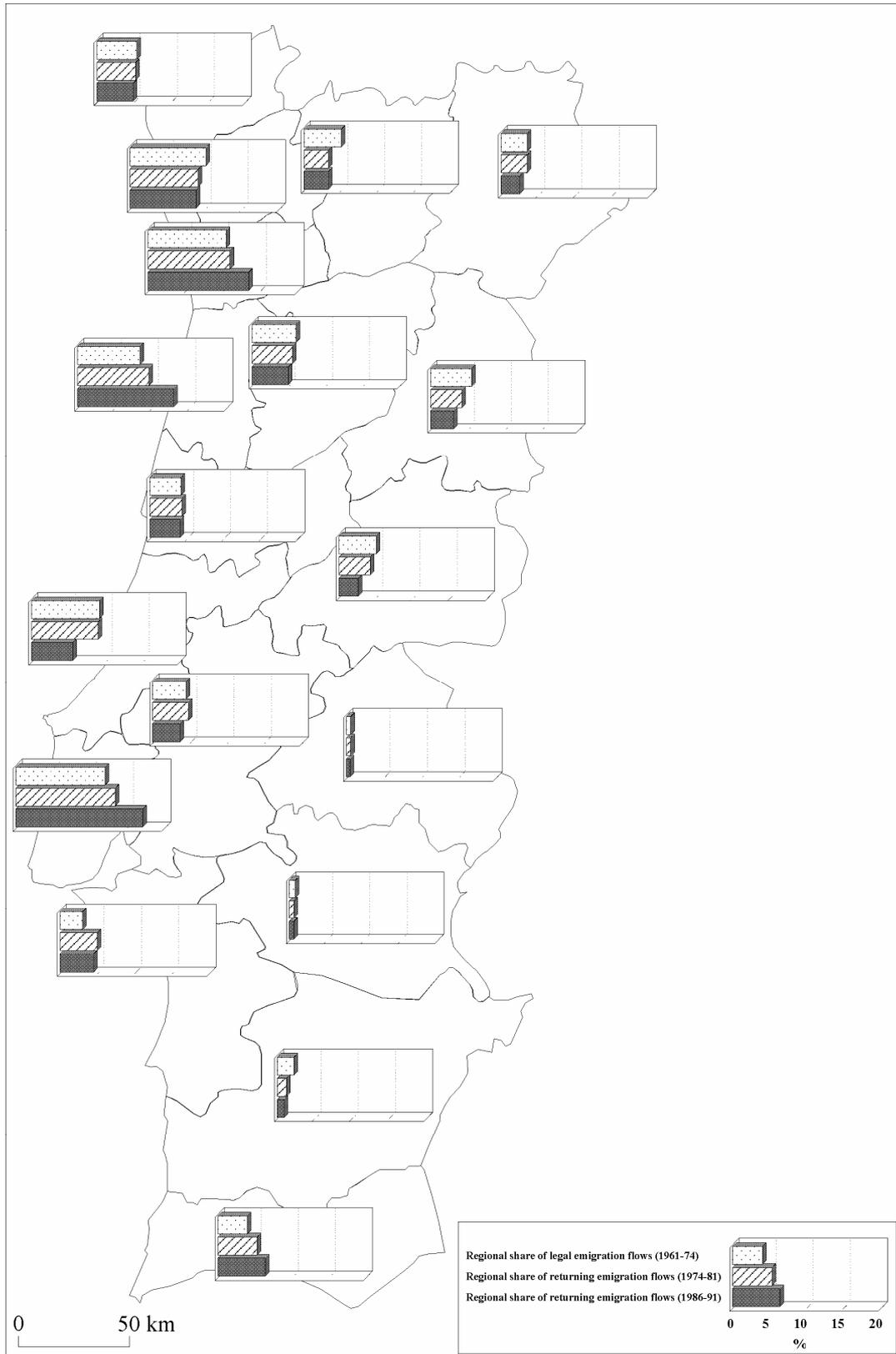
Com a descolonização das antigas colónias africanas, à semelhança do que tinha acontecido com outras potências coloniais europeias, vieram para Portugal entre quinhentos e seiscentos mil “repatriados”, cerca de metade dos quais se fixaram nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Os restantes regressaram ao concelho de origem ou re-emigraram para outro país.

Fig. 19 - Emigrantes europeus, retornados entre 1974 e 1981 por mil habitantes, em 1981



Fonte: Fonseca, 1990: 46.

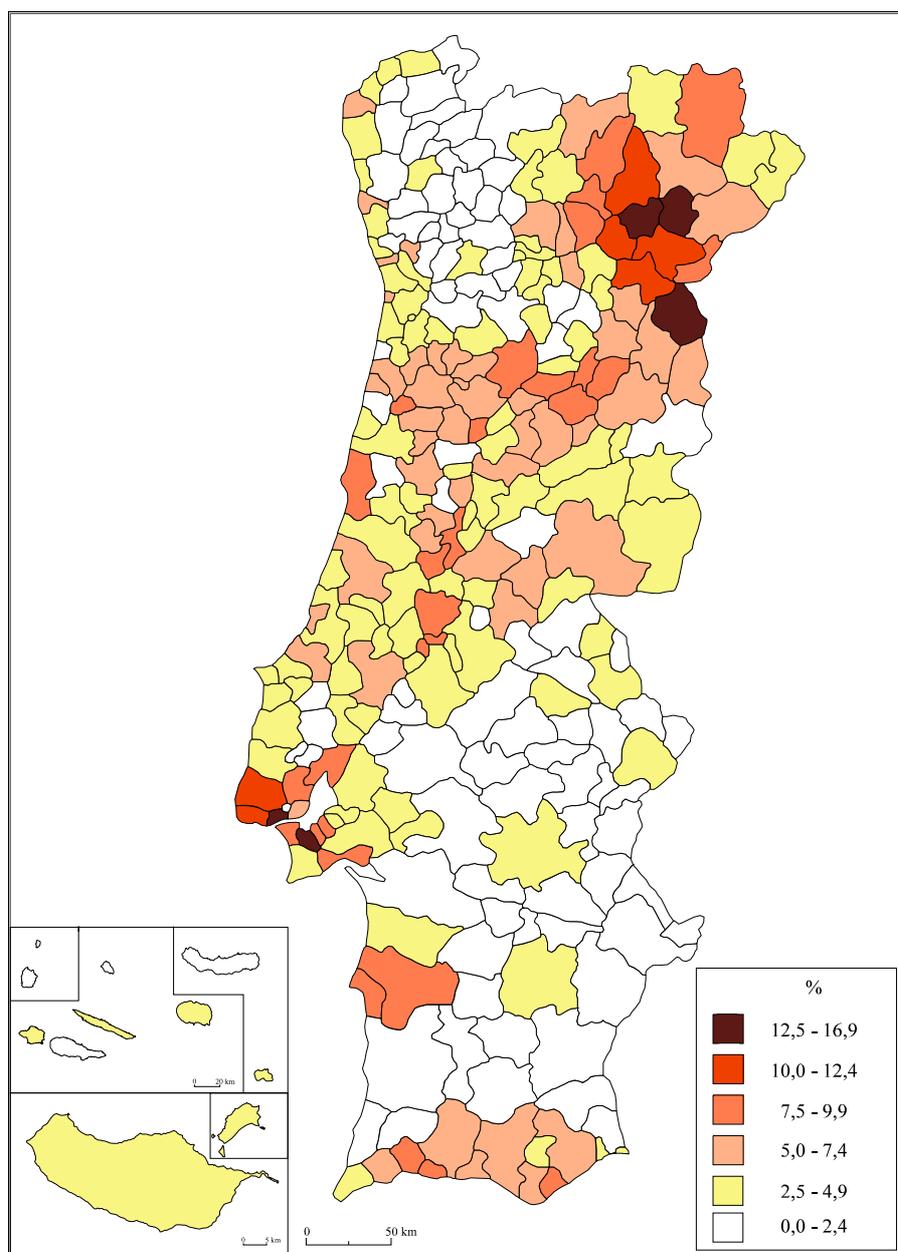
Fig. 20 - Distribuição regional da emigração e do retorno de emigrantes (%)



Fonte. Fonseca, 2000: 22.

A vinda dos “retornados” teve um forte impacto na demografia portuguesa, constituindo um importante factor de revitalização demográfica e económica das regiões do Interior Norte e Centro do país, atenuando os efeitos da emigração dos anos cinquenta e sessenta (Fig. 21).

Fig. 21 - Percentagem da população residente em 1981, que em 1973, residia nas ex-colónias africanas



Fonte: Fonseca, 1990: 45.

2. Génese da Imigração contemporânea para Portugal: fases e tipos de imigrantes

2.1. Contexto do desenvolvimento da imigração para Portugal

A experiência de Portugal como país de imigração, é um fenómeno ainda recente. Tradicionalmente país de emigração, foi apenas a partir de meados dos anos setenta que passou de fornecedor de mão-de-obra à Europa desenvolvida, a país de acolhimento de trabalhadores estrangeiros. Contudo, à semelhança do que aconteceu noutros países da Europa do Sul, no último quarto de século, registou-se um assinalável aumento da imigração dos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa e do Brasil e, mais recentemente, dos países da Europa de Leste e da ex-URSS.

No Recenseamento da População de 1960 foram contabilizados 29 428 estrangeiros residentes em Portugal, sendo 19 794 europeus (dos quais 11 713 espanhóis) e 6 357 brasileiros. O contingente de estrangeiros permaneceu relativamente estável durante alguns anos, começando a registar sinais de crescimento no final da década de sessenta. Esta imigração tinha um carácter dualista. O reforço das relações económicas com as economias europeias mais avançadas, após a integração na EFTA, a abertura ao investimento estrangeiro e o desenvolvimento do turismo no Algarve, atraíram para Portugal administradores e profissionais altamente qualificados, para trabalhar nas empresas multinacionais e também alguns reformados, sobretudo britânicos, que se estabeleceram no Algarve. Por outro lado, o desenvolvimento industrial e o crescimento urbano, num contexto de guerra colonial e de forte emigração laboral das áreas rurais para os países desenvolvidos da Europa Ocidental, sobretudo para a França e Alemanha, criaram oportunidades de emprego, na construção civil e nos serviços desqualificados, para a primeira vaga de imigrantes cabo-verdianos.

A vinda dos “retornados” para Portugal, em 1975 e 1976, num contexto internacional favorável à imigração para a Europa do Sul, teve um papel muito importante no crescimento do volume de migrantes económicos provenientes dos PALOP, uma vez que os “repatriados” de origem africana facilitaram o desenvolvimento de redes de conhecimento interpessoal, de apoio à instalação dos novos imigrantes.

O quadro 13 e a fig. 22 põem em evidência o crescimento do número de estrangeiros residentes em Portugal, em situação regular, verificando-se que entre 1975 e 2003, o número de imigrantes com autorização de residência em Portugal, evoluiu de 31 983 para 250 697, ou seja para um valor cerca de oito vezes superior ao registado no

ano inicial. Se considerarmos também o número dos imigrantes portadores de uma autorização de permanência, visto de estudo ou de trabalho, no final de 2003 residiam em Portugal cerca de 450 000 imigrantes em situação regular.

Quadro 13 – Evolução do número de estrangeiros com autorização de residência em Portugal, 1975 - 2003

Anos	N.º de estrangeiros	Ano	N.º de estrangeiros
1975	31 983	1990	107 767
1976	32 032	1991	113 978
1977	35 414	1992**	123 612
1978	41 807	1993**	136 932
1979	47 189	1994*	157 073
1980	50 750	1995	168 316
1981	54 414	1996	172 912
1982	58 674	1997	175 263
1983	67 484	1998	178 137
1984	73 365	1999	191 143
1985	79 594	2000	207 607
1986	86 982	2001	223 976
1987	89 778	2002	238 944
1988	94 453	2003	250 697
1989	101 011		

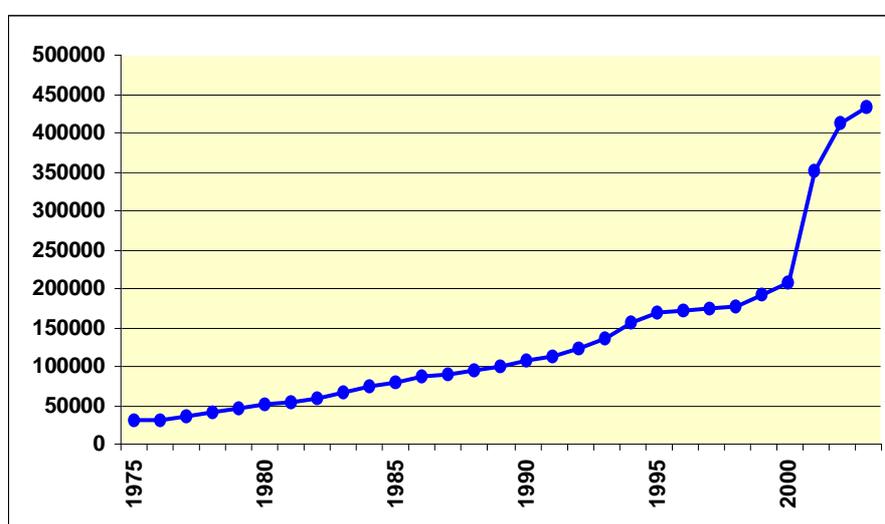
* As estatísticas de 1994 incluem as legalizações extraordinárias de 1992/93. ** Os valores de 1992 e 1993 apresentam pequenas variações nas diferentes tabelas das estatísticas oficiais.

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas, 1980-2001; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

A imigração de natureza económica intensificou-se com a chegada de novos imigrantes, provenientes principalmente dos PALOP, muitos dos quais entraram ou permaneceram no país em situação irregular. Para regularizar a situação dos imigrantes indocumentados, nos anos noventa efectuaram-se duas campanhas de legalização extraordinária – uma em 1992/93 e outra em 1996. No primeiro desses períodos foram concedidas autorizações de residência a 39166 imigrantes clandestinos, dos quais 72,4% eram cidadãos das ex-colónias africanas. No segundo, os valores correspondentes foram 35082 e 66,7% respectivamente. Por nacionalidades, o valor

máximo de legalizações foi obtido por angolanos (29,3% da soma das duas campanhas), apesar de, em 1992, o número de cidadãos de Cabo Verde legalmente residentes em Portugal ser cinco vezes superior ao de Angola. A seguir aos angolanos, embora a grande distância daqueles, os cabo-verdianos, guineenses e brasileiros foram os grupos que registaram maior número de regularizações. Contudo, importa salientar que, enquanto as comunidades de língua portuguesa diminuíram o seu peso relativo na segunda campanha de regularização, os chineses e paquistaneses registaram um crescimento bastante expressivo, cabendo a cada um cerca de 5% do total.

Fig. 22 - Evolução da população estrangeira legalmente residente em Portugal, 1975 - 2003 (autorizações de residência + autorizações de permanência)



Fonte: Fonseca e Ormond, 2004

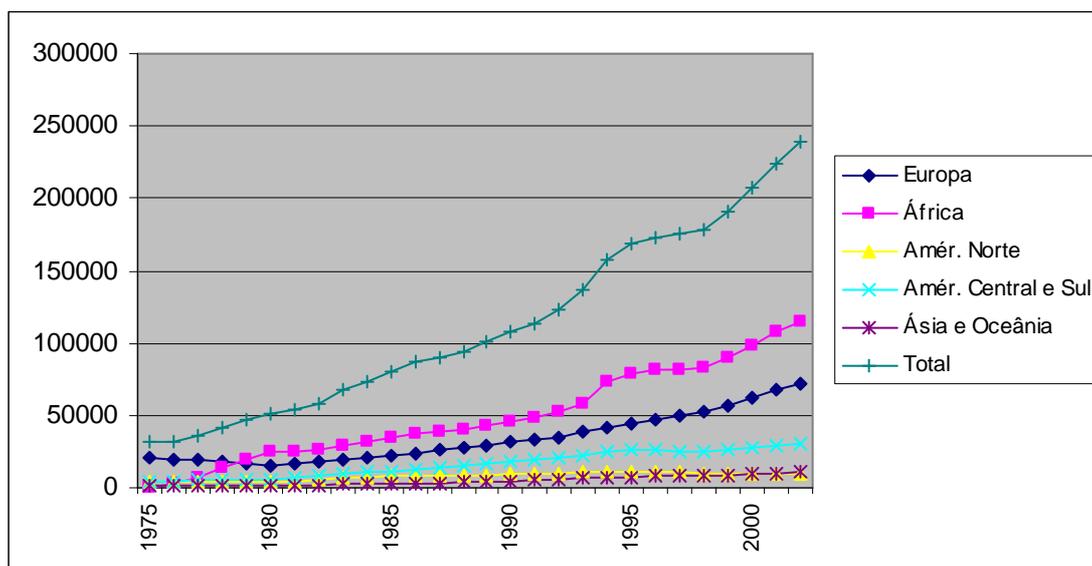
2.2. Imigração clandestina e crescimento das principais comunidades

A elevada proporção de legalizações de imigrantes dos PALOP, efectuadas em 1922/93 e 1996, confirma não só a forte incidência da imigração clandestina, entre os migrantes económicos africanos, mas também a persistência, por períodos longos, das situações de residência ilegal, em muitos casos, derivada das alterações à lei da nacionalidade introduzidas pela Lei n.º 308-A/75 (de 24 de Junho), ou da permanência em Portugal para além do período de residência autorizada.

Em 2003, os africanos constituíam o grupo mais numeroso de estrangeiros, com autorização de residência em Portugal (118 632 pessoas, 47,3% do total). Os cidadãos da União Europeia, apesar de terem vindo a diminuir o seu peso no conjunto da

população estrangeira, em valor absoluto, têm continuado a aumentar, acompanhando o processo de internacionalização da economia portuguesa e de integração de Portugal na União Europeia. Em 2003, eram o segundo grupo mais numeroso, com 69 805 indivíduos (27,8% do total). A América Central e do Sul ocupa a terceira posição na hierarquia das áreas de origem dos estrangeiros residentes em Portugal (13,0% do total). Os asiáticos têm ainda uma dimensão reduzida (11 571 pessoas, o que equivale a 4,6% do número total de estrangeiros), mas, nos últimos anos, têm vindo a crescer a um ritmo bastante acelerado, sobretudo os chineses, os indianos e os paquistaneses. Os norte-americanos representam uma fracção apenas ligeiramente inferior à dos asiáticos (4,0% do total, ou seja, 10 124 indivíduos) e correspondem, quer a contracorrentes geradas pelos anteriores fluxos de emigração portuguesa, quer à imigração de profissionais qualificados associados ao investimento americano em Portugal.

Fig.23 - Evolução do número de estrangeiros, com autorização de residência em Portugal, por regiões de origem, 1975-2002

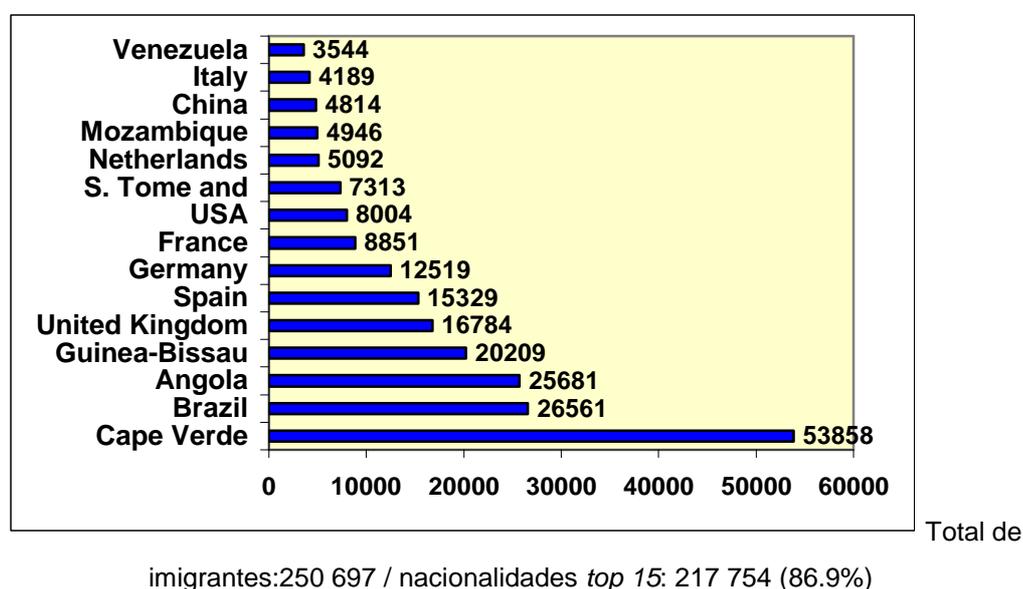


Fonte: Fonseca *et al.*, 2005 : 88.

Numa análise mais desagregada, por países de nacionalidade, verifica-se que 53,3% dos estrangeiros que, em 2003, tinham autorização de residência em Portugal, eram originários dos PALOP e do Brasil, facto que sugere uma forte associação entre a imigração para Portugal e o passado colonial do país.

Cabo Verde, Angola e a Guiné-Bissau são as nacionalidades mais representativas no conjunto do continente africano, correspondendo, respectivamente à primeira, terceira e quarta posições, na hierarquia dos principais países de origem das comunidades imigradas residentes em Portugal, cabendo-lhes, pela ordem indicada, 21,5%, 10,2% e 8,1% do total de estrangeiros que, nessa data, residiam legalmente em Portugal (fig. 24).

Fig. 24 – Principais nacionalidades dos estrangeiros com autorização de residência em Portugal, 31/12/2003



Fonte: Fonseca e Ormond, 2004.

A comunidade brasileira, a seguir a Cabo Verde, é a mais numerosa, representando 10,6% dos imigrantes autorizados a residir no País. Na Europa, as nacionalidades mais representativas são o Reino Unido (6,7%), a Espanha (6,1%) e a Alemanha (5%).

No conjunto das 15 nacionalidades com maior número de residentes, além das já referidas, salientam-se ainda, por ordem decrescente de importância, a França (8º lugar), os Estados Unidos da América (9º lugar), S. Tomé e Príncipe (10º lugar), Holanda (11º lugar), Moçambique (12º lugar), China (13º lugar), Itália (14º lugar) e Venezuela (15º lugar).

2.3. Padrões espaciais da imigração em Portugal

No que se refere ao padrão espacial das áreas de residência em Portugal, observa-se uma forte concentração nos distritos de Lisboa, Faro, Setúbal e Porto que, em conjunto, detêm 83,1% do total da população estrangeira que, no final de 2003, dispunha de uma autorização de residência em Portugal. Fora destas áreas, salientam-se ainda os restantes distritos litorais do território do continente (Aveiro, Coimbra, Braga e Leiria) e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. No interior do país, a presença de estrangeiros é ainda relativamente escassa, apesar de, nos anos mais recentes, ter registado taxas de crescimento relativamente elevadas, nomeadamente da nova vaga de imigrantes provenientes da Europa de Leste e da ex-URSS.

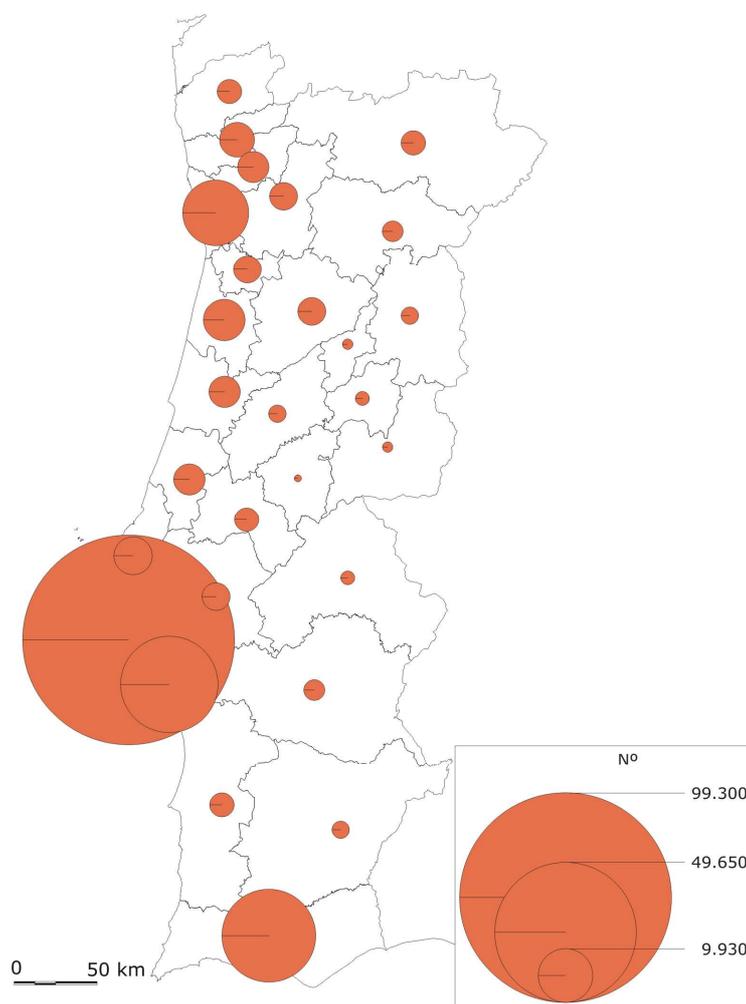
O Recenseamento da População de 2001 permite uma análise espacial mais desagregada da distribuição geográfica dos habitantes de nacionalidade estrangeira, na data de realização do censo¹⁰. Deste modo, em 2001, salienta-se ainda mais a forte polarização nas aglomerações urbanas mais importantes, com particular destaque para a Área Metropolitana de Lisboa, região onde residiam 55,5% do total de cidadãos estrangeiros recenseados em Portugal, o que equivale a 4,7% dos habitantes da aglomeração urbana da Capital. Na mesma data, no conjunto do território nacional, os residentes estrangeiros representavam 2,2% da população total.

Fora da Área Metropolitana de Lisboa, as comunidades imigradas mais numerosas localizam-se na região algarvia e na Área Metropolitana do Porto, que, pela ordem indicada, contavam com 10,5% e 6,0% dos residentes nacionais de outros países.

A média nacional de residentes estrangeiros por mil habitantes, em 2001, ascendia a 21,9. Ao nível municipal observam-se, no entanto, grandes assimetrias espaciais, registando-se uma amplitude de variação de 91,9 estrangeiros por mil habitantes, a que corresponde um valor mínimo de 1,6 por mil (concelho de Cuba, Baixo Alentejo) e um valor máximo de 93,6‰ (concelho de Albufeira, Algarve).

¹⁰ O número de estrangeiros indicado pelo Recenseamento da População não é comparável ao número de imigrantes documentados registados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, não só porque os dados do INE e do SEF se referem a momentos diferentes, 12 de Março e 31 de Dezembro, respectivamente, mas também porque os valores do Recenseamento podem incluir alguns imigrantes em situação irregular. Deste modo, a população estrangeira com residência legalizada em Portugal, no final de 2001, segundo o SEF, cifrava-se em 223 602 indivíduos. Por sua vez, a população com nacionalidade estrangeira recenseada em 12 de Março de 2001 era de 226 715 pessoas.

Fig. 25 – Número de residentes estrangeiros em 2001



Fonte: Fonseca *et. al.*, 2005: pp. 91.

2.3.1. Níveis de concentração espacial diferenciados

⇒ **Comunidades africanas**

A metropolização das migrações internacionais é particularmente evidente no caso dos nacionais dos PALOP, dado que a percentagem dos que residem na Grande Lisboa e na Península de Setúbal ascende a 81 %.

Tratando-se de uma migração de natureza laboral, com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, estruturada a partir de redes de conhecimento

interpessoal, compreende-se facilmente que se concentre na aglomeração urbana da capital portuguesa, e nas regiões urbanas onde podiam encontrar trabalho com maior facilidade, nomeadamente na construção civil e nos serviços mais desqualificados, como sejam as limpezas industriais e domésticas. Deste modo, as concentrações pontuais que existem fora das regiões de Lisboa, do Algarve e de outras áreas urbano-industriais ao longo do litoral ocidental, estão associadas à existência de obras públicas de grande envergadura, como sejam a construção de barragem do Alqueva, auto-estradas e outras infraestruturas de transporte e equipamentos públicos diversos.

⇒ **Brasileiros**

No caso dos brasileiros, além de apresentarem um padrão geográfico muito menos concentrado na Área Metropolitana de Lisboa, contrariamente aos africanos, têm uma representação relativa no Norte Litoral (sobretudo na Área metropolitana do Porto), mais elevada do que no Algarve, reflectindo possivelmente, um conhecimento dessa região associado à importância passada da emigração portuguesa para o Brasil originária dessas regiões.

⇒ **Cidadãos da União Europeia: a atracção do calor e do sol do Algarve**

Contrastando com os grupos anteriores, os nacionais de países membros da União Europeia - uma parte substancial dos quais correspondente a indivíduos reformados, estabelecidos no Algarve - estão mais dispersos pelo país. No entanto, se excluirmos a população não activa, as maiores concentrações localizam-se também nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

A distribuição concelhia do número de cidadãos da União Europeia por mil habitantes, apresenta um padrão claramente distinto dos anteriores. Além da individualização dos concelhos do litoral algarvio, alentejano e da Costa do Estoril, salientam-se áreas fortemente afectadas pela emigração europeia, nos anos sessenta e setenta (região Oeste, Pinhal Litoral, Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, Serra da Estrela, Alto Trás-os-Montes e Minho-Lima), com taxas superiores à média nacional. Esta coincidência parece corresponder a uma migração de natureza diferente dos fluxos analisados anteriormente, estando possivelmente associada à emergência de uma contra-corrente migratória para essas localidades.

⇒ **Os Europeus de Leste**

O Recenseamento da População de 2001 não permite individualizar os cidadãos desses países. No entanto, se ao subconjunto dos estados europeus de fora da União Europeia, subtrairmos os valores correspondentes à Noruega e à Suíça, obtemos um indicador aproximado das áreas de residência dessas comunidades na data de realização do censo.

Estes imigrantes apresentam um padrão de implantação territorial com características distintas dos grupos analisados anteriormente, nomeadamente dos africanos e brasileiros. A principal novidade relativamente àquelas comunidades corresponde ao reforço da sua importância relativa nos territórios adjacentes à Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente nas áreas rurais do Ribatejo, Oeste e Alentejo e nas zonas industriais do norte e centro litoral.

2.5. A Nova vaga de imigrantes na transição para o século XXI

⇒ **A vinda dos europeus de Leste**

Nos anos mais recentes, a geografia da imigração para Portugal tem registado mudanças significativas. A emergência da recente vaga de imigrantes provenientes da Europa de Leste, marca uma nova fase na história ainda recente de Portugal como país de imigração (Quadro 14).

A distribuição das autorizações de permanência concedidas nos anos de 2001 e 2003, ao abrigo da regularização dos trabalhadores indocumentados que estivessem a trabalhar em Portugal, põe em evidência a importância do fluxo de imigrantes originários da Europa Oriental, com particular destaque para a Ucrânia, Moldávia, Roménia e Rússia, dado que os cidadãos desses quatro países correspondem a 51,9% do total de autorizações de permanência concedidas em 2001/2003 (Fig. 26).

⇒ **Aumento da imigração brasileira**

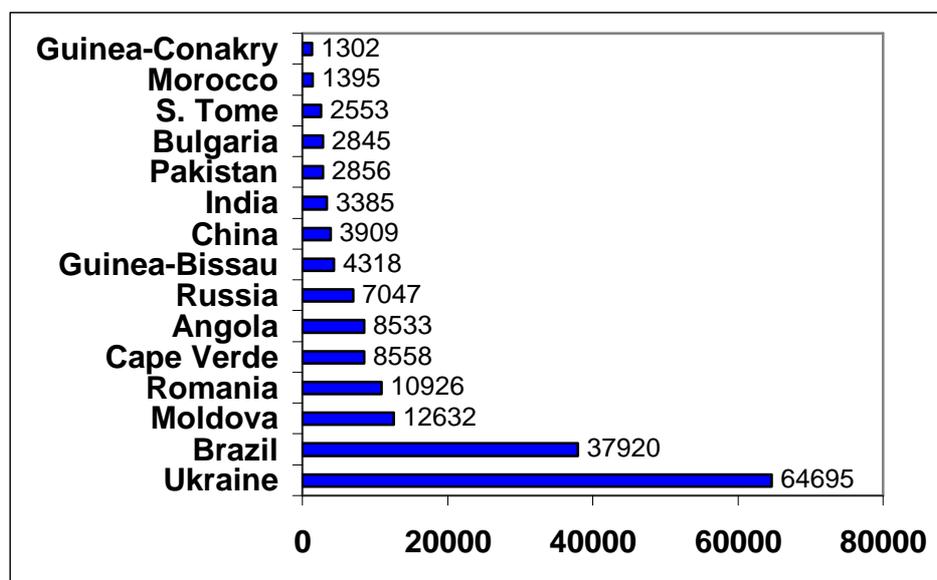
A par da imigração da Europa de Leste, importa também assinalar o elevado crescimento do número de brasileiros que nos últimos anos têm procurado Portugal para trabalhar, ao ponto de esta comunidade ocupar a segunda posição no número de autorizações de permanência concedidas pelas autoridades portuguesas em 2001 e 2003.

Quadro 14 - Evolução do número de estrangeiros documentados, por principais países de nacionalidade, 1997-2003

Nacionalidades	A Autorizações de residência 1997	B Autorizações de residência 2003	C Autorizações de permanência 2001+2002+2003	D Aut. Resid. 2003 + Aut. Perm. (2001- 2003)	D-A (%)
Total	175263	250693	183655	434348	147,9
União Europeia	46043	69805	-	69805	51,6
Fora da EU	129220	180888	183655	364543	182,1
PALOP	77600	112077	23962	136039	75,3
Brasil	19990	26561	37920	64481	222,6
Outros países	31630	42230	121773	164003	418,5

Fonte: INE – Estatísticas Demográficas 2003; Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com tratamento próprio.

Fig. 26 – Autorizações de permanência concedidas em 2001, 2002 e 2003, segundo os 15 principais países de nacionalidade



Fonte: Fonseca e Ormond, 2004.

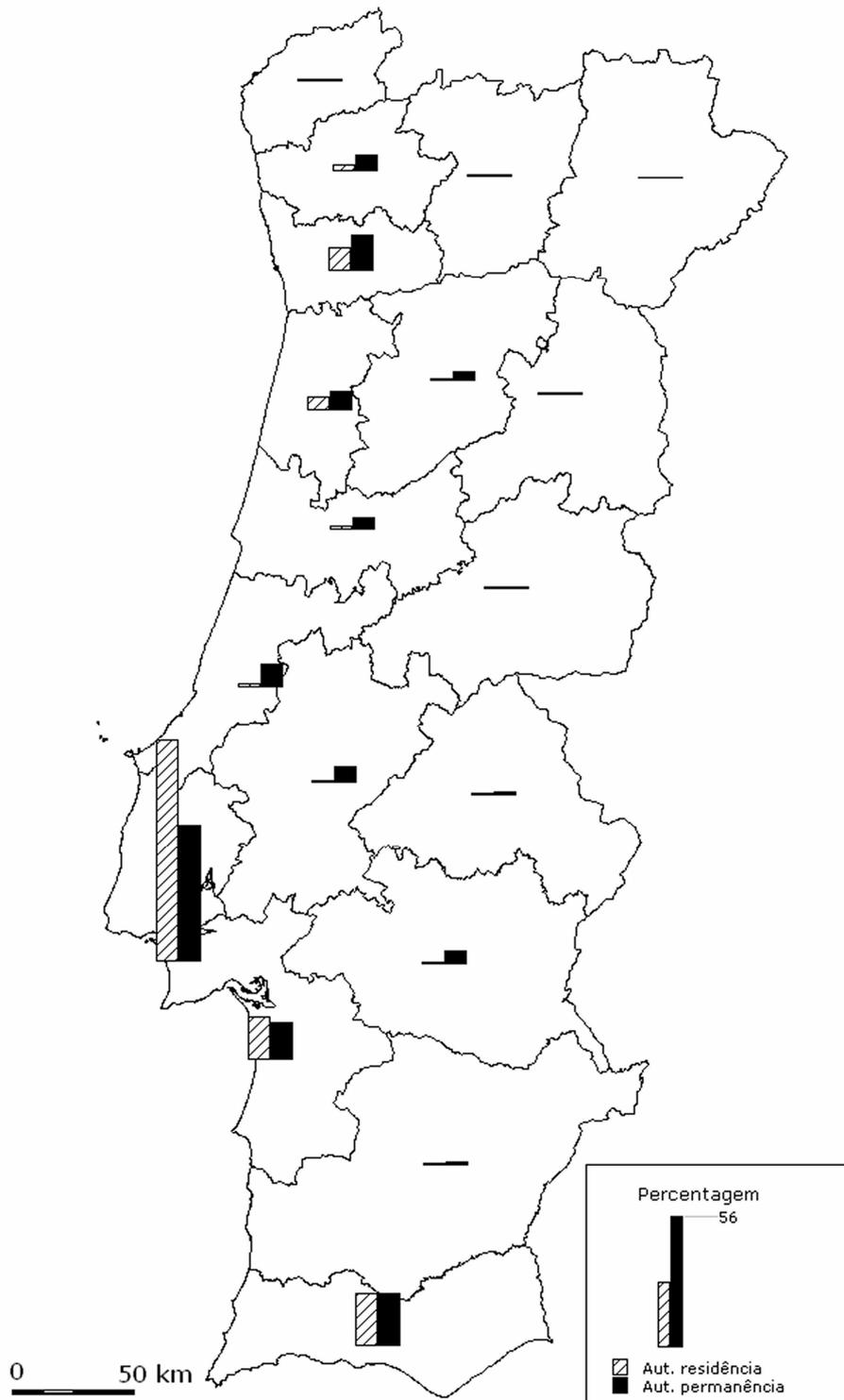
⇒ ***Crescente diversificação das origens geográficas dos imigrantes recém-chegados***

O alargamento das áreas de recrutamento internacional de mão-de-obra para Portugal, manifesta-se ainda no crescimento de algumas comunidades asiáticas, nomeadamente da China, Índia e Paquistão, e do norte de África, sobretudo de Marrocos, à medida que aumentam as dificuldades da imigração para Espanha (Fig. 26).

⇒ ***Maior dispersão geográfica no território nacional***

No que se refere ao padrão de distribuição geográfica, a principal novidade trazida pela onda migratória mais recente corresponde a uma maior dispersão pelo território nacional, em função das oportunidades de emprego existentes em cada região. Diminuiu a concentração na Área Metropolitana de Lisboa, estabilizou a percentagem correspondente ao Algarve e aumentou o peso relativo, face ao total do território do continente, de todos os outros distritos, com particular destaque para a Área Metropolitana do Porto, Braga, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém e Évora. Este padrão acompanha as oportunidades de emprego criadas quer por grandes investimentos no sector das obras públicas (Porto 2001, construção de infra-estruturas desportivas para o campeonato europeu de futebol de 2004, auto-estradas, barragem do Alqueva, etc.), quer pela procura de trabalhadores por alguns ramos industriais intensivos em mão-de-obra, como sejam a indústria têxtil, do vestuário e calçado, ou da agricultura, em regiões onde a oferta de mão-de-obra nacional é manifestamente insuficiente, devido ao elevado nível de envelhecimento da população e à deslocação dos activos mais jovens para profissões melhor remuneradas, menos duras e socialmente mais valorizadas ou, mesmo para outras regiões, dentro e fora do País, com salários mais elevados.

Fig. 27 – Distribuição geográfica dos estrangeiros com autorização de residência em 31 de Dezembro de 2001 e que obtiveram autorização de permanência em 2001



Fonte: Fonseca; Alegria; Nunes, 2004: 97

3. Imigração e mercado de trabalho

3.1. Imigração e reestruturação da economia portuguesa.

Portugal no contexto da Europa do Sul. Terciarização da economia. Importância do sector informal. Os fundos estruturais comunitários e o desenvolvimento da construção civil e obras públicas.

3.2. Inserção profissional dos imigrantes no mercado de trabalho em Portugal.

Taxa de actividade e de empregabilidade. Imigrantes qualificados. Imigração pouco qualificada e trabalho informal. Empresarialismo étnico. Trajectórias de mobilidade socioprofissional. A vaga de imigrantes de Leste e a integração em “novos” sectores de actividade: agricultura e indústrias transformadoras

Quadro 15 - Imigrantes activos, por grupos profissionais (média anual) (1990-1998)

Principais grupos profissionais	PALOP	%	Europa*	%	Brasil	%	Total	%
Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e similares	1 581	4,8	9 707	41,5	3 643	46,2	1 7749	24,4
Directores e quadros superiores	105	0,3	3 398	14,5	360	4,6	4 486	6,2
Pessoal administrativo e trabalhadores similares	1 151	3,5	1 166	5,0	609	7,7	3 115	4,3
Pessoal do comércio e vendedores	870	2,6	2 858	12,2	874	11,1	5 881	8,1
Serviços pessoais e domésticos	2 596	7,8	1 238	5,3	447	5,7	4 877	6,7
Agricultores e trabalhadores agrícolas	235	0,7	415	1,8	67	0,8	1 003	1,4
Trabalhadores da indústria e da construção civil e dos transportes	26 702	80,3	4 622	19,7	1 889	23,9	35 592	49,0
População activa	33 239	100,0	23 404	100,0	7 889	100,0	72 703	100,0

Fonte: Baganha; Marques, 2001: 99, com tratamento próprio.

* A média da Europa inclui apenas o período de 1992-1998.

Do ponto de vista da inserção profissional, distinguem-se quatro categorias de imigrantes: 1) os trabalhadores originários da África sub-sahariana, maioritariamente

constituídos por cidadãos das ex-colónias africanas, que exercem actividades com baixos níveis de qualificação escolar e profissional, salários reduzidos e socialmente desvalorizadas, como sejam a construção civil, no caso dos homens, e os serviços de limpeza industrial e doméstica, no caso das mulheres; 2) os indianos e os paquistaneses étnicos, e sobretudo os chineses, com uma expressão numérica ainda reduzida, são sobretudo comerciantes e vendedores. Os chineses estabeleceram-se predominantemente, no sector da restauração e da distribuição alimentar; os indo-paquistaneses estão mais dispersos, desenvolveram um empresarialismo de base étnica, mas existe também um grupo importante de trabalhadores na construção civil e de vendedores ambulantes; 3) a imigração europeia e norte-americana é de natureza completamente diferente da africana e da asiática. É predominantemente constituída por profissionais qualificados, cuja instalação em Portugal, está associada ao processo de internacionalização da sua economia, decorrente da integração europeia e ao aumento do investimento estrangeiro. Além disso, existe também um fluxo importante de europeus reformados, sobretudo britânicos, holandeses e alemães, cuja migração para Portugal se deve à amenidade climática do país, particularmente da Região do Algarve; 4) os brasileiros evoluíram de uma fase inicial, em que predominavam os empresários e os profissionais altamente qualificados, como sejam os dentistas, jornalistas, especialistas de publicidade e marketing, etc., para uma representação cada vez maior de trabalhadores semi e pouco qualificados da construção civil, comércio, hotelaria e restauração.

Este panorama alterou-se a partir de finais dos anos noventa. A vaga imigratória dos últimos cinco anos caracteriza-se pelo reforço das formações intermédias, de carácter técnico e das formações superiores, e pela inserção sectorial no mercado de trabalho, aumentando a sua presença na agricultura e nalguns ramos da indústria transformadora.

Efectivamente, apesar de a maioria dos imigrantes mais recentes (não-comunitários) trabalhar na construção civil, merece especial destaque a proporção relativamente elevada dos imigrantes de Leste que trabalham na indústria transformadora e na agricultura, sectores onde a presença de africanos e brasileiros é muitíssimo menos expressiva.

Comparativamente aos cidadãos dos Países de Língua oficial Portuguesa, os imigrantes de Leste estão sub-representados nas actividades de hotelaria e restauração e nos serviços, possivelmente por se tratar de profissões que tendem a ser maioritariamente desempenhadas por mulheres e que por terem uma relação directa

com o público, obrigam ao conhecimento da língua portuguesa. Assim sendo, a menor participação dos trabalhadores de Leste nas actividades de serviços, prende-se com maiores dificuldades de comunicação linguística do que os imigrantes dos PALOP e do Brasil e com o facto de se tratar de uma corrente migratória recente e maioritariamente masculina.

Ao nível regional, a repartição dos trabalhadores estrangeiros não-comunitários que obtiveram autorização de permanência em 2001, por ramos de actividade económica, reflecte as diferenças da estrutura produtiva de cada região. Deste modo, no Alentejo, a agricultura emprega mais de um quinto do total; na Região Norte, cerca de 20% trabalham nas indústrias têxteis, do vestuário e do calçado; na Região Centro e no Algarve sobressai a hotelaria e a restauração e na Região de Lisboa e Vale do Tejo, além da construção, que é o principal sector empregador em todas as regiões, salientam-se o comércio, hotelaria e restauração e os serviços de limpeza.

Quadro 16 - Contratos de trabalho celebrados com estrangeiros com autorização de permanência, por ramo de actividade e país de origem (%)

CAE	Ucrânia	Brasil	Moldávia	Roménia	Cabo Verde	Angola	Rússia
Agricultura e pesca	5,4	1,6	5,0	6,0	1,5	1,1	4,3
Indústria extractiva	1,5	0,2	0,5	0,5	0,2	0,0	0,6
Indústria transformadora	24,2	7,8	13,3	8,8	4,2	4,7	28,1
Água, gás e electricidade	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Construção	41,3	25,5	54,1	53,4	43,4	33,7	32,3
Comércio	7,0	12,1	5,8	5,5	6,0	8,1	7,3
Restaurantes e hotéis	6,0	22,1	6,0	6,6	9,2	14,1	9,6
Transportes e comunicações	1,5	2,0	2,4	1,2	0,6	0,6	1,4
Serviços	13,1	28,6	12,8	17,9	34,9	37,7	16,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fonseca; Alegria; Nunes, 2004: 98. A dispersão, por todo o País, da nova vaga de imigrantes, a par do alargamento do recrutamento de trabalhadores estrangeiros para

sectores de actividade cuja procura era, até há pouco tempo, satisfeita nos mercados regionais de emprego, como sejam a agricultura e as indústrias transformadoras, é reveladora da crescente internacionalização dos mercados de trabalho, mesmo das regiões periféricas, à medida que alastram e se aprofundam os processos de globalização da economia, e se fazem sentir com maior intensidade, os efeitos diferenciados do envelhecimento demográfico.

4. “Nova imigração” e desenvolvimento regional em Portugal: oportunidades e riscos

4.1. Migrações internacionais de trabalhadores e desenvolvimento regional

Os efeitos das migrações internacionais de trabalhadores na evolução dos salários, desemprego e crescimento económico das regiões de destino são difíceis de avaliar. As migrações são fenómenos muito mais complexos do que simples mecanismos de equilíbrio dos diferenciais de crescimento económico entre as regiões de origem e de destino dos migrantes, como sugere a teoria económica neo-clássica.

A evidência empírica tem demonstrado que os imigrantes constituem um factor de crescimento, permitindo evitar estrangulamentos nos factores de produção ao longo do processo de crescimento e criar novos postos de trabalho. Além disso, sendo a emigração um processo selectivo, na medida em que os trabalhadores que emigram são, em regra, jovens e, em média, mais dinâmicos, instruídos e empreendedores do que os que ficam, isto significa que a população imigrada tem normalmente taxas de actividade muito elevadas e, conseqüentemente, custos sociais de reprodução mais baixos do que os dos trabalhadores nacionais do país de acolhimento.

Os imigrantes contribuem ainda fortemente para o processo de internacionalização das cidades e regiões onde se fixam, impulsionando o desenvolvimento de relações económicas, sociais e culturais com os territórios de origem e com outros destinos onde existam indivíduos pertencentes à mesma comunidade nacional ou étnica. Por outro lado, criam novas oportunidades de negócio, promovendo o comércio internacional e o turismo e contribuindo, directa e indirectamente, para a criação de emprego, através do empresarialismo étnico e do aumento do consumo.

Apesar disso, na Europa, está ainda muito enraizada a ideia de que a imigração tem efeitos negativos no desemprego e no crescimento dos salários reais dos

trabalhadores nacionais (Thalhammer *et al.*, 2001; Lages e Policarpo, 2003). Contudo, um relatório recente divulgado pela Comissão Europeia, demonstra que não existe nenhuma relação significativa entre desemprego e imigração, em consequência da segmentação dos mercados de trabalho regionais, não havendo, por isso, concorrência entre diferentes segmentos do mercado de trabalho. Deste modo, tendencialmente, a mão-de-obra imigrante está sobre-representada nos sectores de actividade e profissões pior remuneradas, desvalorizadas socialmente e mais inseguras, preenchendo as lacunas deixadas vagas pela mobilidade social e profissional ascendente dos trabalhadores nacionais. Mesmo em situação de desemprego, as expectativas de ascensão socioprofissional associadas ao aumento dos níveis médios de instrução da população europeia, reflectem-se na rejeição do exercício de profissões de baixos salários e conotadas com um estatuto social inferior (Ferreira; Rato, 2000).

Além da dimensão económica, a imigração para a União Europeia e naturalmente para Portugal, tem também uma relevância demográfica crescente, à medida que se acentua o processo de envelhecimento da população europeia, resultante do aumento da esperança de vida à nascença e sobretudo da queda da fertilidade para níveis muito inferiores aos necessários para assegurar a substituição das gerações.

Para Portugal, segundo cálculos efectuados por Diogo Abreu, se se mantiverem os níveis actuais de natalidade e mortalidade, num cenário sem migrações internacionais, em 2030, o país teria menos 970 000 habitantes em idade activa do que em 2001, ou seja, -16% (Abreu, 2003).

Os resultados destes estudos indicam que é extremamente improvável que se verifiquem movimentos migratórios dessa dimensão, pelo que, a manterem-se os actuais níveis de fecundidade, o envelhecimento demográfico das sociedades com dinâmicas de crescimento natural negativo ou muito reduzido, será inevitável.

Vários autores sustentam que a imigração não constitui uma solução durável para alterar a estrutura etária da população e os seus efeitos na escassez de trabalhadores e na sustentabilidade dos sistemas de segurança social (Coleman, 2002; Valente Rosa, 2003; Fonseca, 2003). Deste modo, apesar de o aumento de a imigração de trabalhadores ter um efeito imediato no aumento da população em idade activa, a longo prazo, as migrações não constituem uma solução para o envelhecimento demográfico porque os imigrantes também envelhecem e precisam de ser substituídos. Além disso, apesar de num estudo promovido pela OCDE (Coppel; Dumont e Visco; 2001), se referir que as mulheres imigrantes registam taxas de fertilidade mais elevadas do que as mulheres nativas, com o tempo, tendem a convergir. Deste modo, não há nenhuma

solução política que permita, por si só, resolver este problema.

4.2. Imigração e dinâmicas recentes do desenvolvimento regional em Portugal

⇒ **Mudanças no padrão regional da imigração e dinâmicas de desenvolvimento regional.**

Quadro 17 - Coefficients de corrélation entre la distribution régionale du *stock* d'étrangers résidents (2000), la distribution régionale des permis de séjour (autorizações de permanência) délivrés en 2001 et de la différence entre les 3 distributions avec un ensemble de variables sélectionnées.

Var. indépendantes	Var. dépendentes		
	Stock (A)	Permis de séjour (autoriz. Perman.) (B)	(B-A)
% Pop. Services - 2001	0,36	0,22	-0,58
PIB <i>per capita</i>	0,94	0,96	-0,78
Taux de variation du PIB pc (1991-1997)	0,59	0,62	0,48
Taux de chômage	0,48	0,51	-0,39
Indice pouvoir d'achat - 1997	0,93	0,94	-0,80
Productivité – 1998	0,82	0,70	-0,96
Taux de variation de la productivité (1995-1998)	0,42	0,28	-0,63
Indice de développement humain – IDH (1997)	0,96	0,97	-0,82
Indice de variation de l'IDH (1991-1997)	-0,59	-0,49	0,67
Alphabétisation – 1997	0,47	0,48	-0,40
Indice de variation de l'alphabétisation (1991-1997)	-0,77	-0,83	0,53
Taux de variation de la population résidente (1991-2001)	0,29	0,39	-0,08

Fonte: Fonseca e Malheiros, 2003: 175.

⇒ **Oportunidades e riscos**

- Revitalização demográfica.
- Potencial de acréscimo da iniciativa e da produtividade
- Estímulo ao consumo regional e local
- Risco de *dumping* salarial.

Uma sociedade que favorece a inclusão dos imigrantes cria um clima mais

favorável para que possam dar um contributo maior para a promoção do desenvolvimento dos territórios onde se fixam. Além das vantagens imediatas, ao nível da revitalização demográfica das regiões do Interior do país, no plano económico, destacam-se quatro vectores de intervenção decisivos para que os imigrantes e a sociedade de acolhimento possam “ganhar” com as migrações: reconhecimento de habilitações escolares e profissionais; promoção da aprendizagem da língua e da cultura portuguesas; concessão de incentivos à promoção do auto-emprego e à criação de empresas e promoção da fixação nas regiões onde trabalham, sobretudo nas mais envelhecidas e em risco de despovoamento, através de incentivos ao reunificação familiar.

Além das inegáveis vantagens demográficas e económicas para as regiões deprimidas, os novos residentes não implicam investimentos adicionais em habitações, infraestruturas e equipamentos sociais, na medida em que a capacidade instalada está frequentemente muito subaproveitada. Contudo, importa ter presente que a imigração ilegal pode também dificultar reformas estruturais da economia das regiões porque os sectores/empresas menos competitivas podem sobreviver à custa da exploração dos trabalhadores imigrantes, sobretudo se estiverem indocumentados, mantendo a estrutura económica tradicional. Deste modo, é imprescindível agilizar os mecanismos de fiscalização, por forma a combater eficazmente o tráfico de mão-de-obra e os empregadores de trabalhadores clandestinos.

5. Política de imigração em Portugal

Em Portugal, a politização da imigração é uma construção recente e assenta em três pilares essenciais:

- obrigações resultantes da integração europeia;
- disposições internacionais que protegem os direitos dos imigrantes, no quadro do Conselho da Europa, da Organização Internacional do Trabalho e das Nações Unidas;
- herança colonial.

5.1. Emergência tardia de uma política de imigração

- ⇒ Medidas pós-coloniais: alteração da Lei da Nacionalidade
- ⇒ Princípio da igualdade de direitos
- ⇒ Reconhecimento da relevância social da imigração

5.2. Os anos 90: relevância da imigração na agenda política nacional

⇒ **1991-1995**

- Alterações legislativas decorrentes da integração europeia: alteração das condições de entrada, permanência e expulsão de estrangeiros do território nacional.
- Movimento associativo dos imigrantes e ONGs promotoras da defesa dos direitos dos imigrantes.
- Primeira regularização extraordinária de imigrantes indocumentados (1992-1993).

⇒ **1996 - 2000: Institucionalização da política de imigração e integração**

- Criação do Gabinete do Alto Comissário para a Imigração e minorias Étnicas (1996).
- 2º Regularização Extraordinária dos Imigrantes indocumentados (1996)
- Discriminação positiva: políticas públicas de inclusão social.
- Revisão das condições de entrada, permanência e expulsão do território nacional (1998).
- Reconhecimento das associações de imigrantes com parceiros relevantes na definição das políticas de imigração. Criação do COCAI (Conselho Consultivo para os assuntos da Imigração), 1998.
- A Lei anti-discriminação (1999).

5.3. Pós-2000: institucionalização das estratégias de recrutamento de imigrante e da promoção da sua integração em Portugal

- ⇒ Esforços de controlo dos fluxos migratórios e regularização dos imigrantes indocumentados
- ⇒ Reconhecimento da necessidade de implementar uma política de imigração mais realista, em conformidade com as necessidades do mercado de trabalho
- ⇒ Criação de um Observatório da Imigração
- ⇒ Promoção da integração dos imigrantes estabelecidos em Portugal: Sistema Nacional de Apoio ao Imigrante. Sistema Nacional de Informação ao Imigrante.

5.4. O debate actual: convergências e divergências de perspectivas de diferentes actores relevantes em matéria de imigração

- ⇒ Poder Central
- ⇒ Poder Local
- ⇒ Partidos Políticos
- ⇒ Organizações patronais e sindicais
- ⇒ Associações de Imigrantes
- ⇒ Instituições Religiosas
- ⇒ ONGs
- ⇒ Representações sociais da imigração em Portugal

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

- BAGANHA, M.; GÓIS, Pedro (1998) – “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, pp. 229-280.
- BAGANHA, M. I.; MARQUES, J. C.; GÓIS, P. (2004) – “The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal”. In: BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (Ed.) – *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, pp. 23-39.
- CAVACO, C. (1993) - "A place in the sun: return migration and the rural change in Portugal", in King, R. (ed.) - *Mass migration in Europe: the legacy and the future*. Belhaven Press, London pp. 174-191.
- ESTEVES, A.; FONSECA, M.L.; MALHEIROS, J. M. (2003) - "Portugal", in NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y. (Eds.) - *EU and US approaches to the management of immigration. Comparative perspectives*. Migration Policy Group, Brussels, pp. 433-457.
- FONSECA, M. L. (2002) – “Portugal no sistema das migrações internacionais na Europa” in CAVACO, C. (Coord.), *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, pp. 352-373.
- FONSECA, M. L. *et al.* (2005) – *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. ACIME, Porto, Observatório da Imigração, 15, 291 pp.83-200.
- FONSECA, M. L.; ALEGRIA, J.; NUNES, A. (2004) – “Immigration to medium-sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora Region”. In: BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (Ed.)– *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, pp. 91-118.
- FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J.; ESTEVES, A. ; CALDEIRA, M. J. (2002) – *Immigrants in Lisbon – Routes of Integration*. EPRU/Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa (EPRU nº 56), pp. 41-58.
- FONSECA, M. L. (2001) - “The Geography of recent immigration to Portugal”, in King, R., de Mas, P., Beck, J. M. (eds.), *Geography, Environment and Development in the Mediterranean*. Sussex Academic Press, Brighton, pp. 137-155.

- FONSECA, M.L. (2000) - "Portugal in the international migration system at the end of the 20th century: challenge and change", *Papers presented by the Human Geography Research Unit of the CEG to the IGU Regional Conference - The Hague*, CEG, EPRU, nº 52, Lisbon, pp. 7-30.
- FONSECA, M.L. ; MALHEIROS, J.M. (2003) -"«Nouvelle» Immigration, Marché du Travail et Compétitivité des Régions Portugaises", *Géographie, Économie, Société - Revue Scientifique Internationale*, Paris, vol. 4, nº 2, 2003, pp. 433-457.
- FONSECA, M.L.; CALDEIRA, M.J.; ESTEVES, A (2002) - "New forms of migration into the European South: Challenges for Citizenship and Governance. The Portuguese case", *International Journal of Population Geography* , vol. 8 (2), pp. 135-152.
- PIRES, R. P. (2003) – *Migrações e Integração*. Celta, Oeiras, pp. 119-252.

2. Bibliografia complementar

- ALBUQUERQUE, R.; FERREIRA, L. E.; VIEGAS, T. (2000) – *O fenómeno associativo em contexto migratório: duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Celta, Oeiras, 79 p.
- AMARO, R. R. (1985) - "Reestruturações demográficas, económicas e socioculturais em curso na sociedade portuguesa: o caso dos emigrantes regressados", *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 605-667.
- BAGANHA, M. I. ; MARQUES, J. C. (2001) – *Imigração e Política. O caso Português*. Fundação Luso-Americana, Lisboa, 119 p.
- BAGANHA, M. I.; FERRÃO, J.; MALHEIROS, J. (Coords.) (2002) - *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*. Lisboa, Observatório do Emprego e Formação Profissional (Estudos e Análises, 14), pp. 19-171.
- COSTA, P. L. (2003) – *Tendências Recentes da Imigração para Portugal. O Caso dos Imigrantes de Leste na Área Metropolitana do Porto*. Dissertação de Mestrado em Geografia, Planeamento Urbano e Regional, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 47-193, polic.
- ESTEVES, M. C. (ed.) (1991) – *Portugal, País de Imigração*. Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Caderno 22, Lisboa, 177 p.
- FERNANDES, J. L.; TOMÁS, P. C.; CRAVIDÃO, F. D. (2002) – "Portugal e os

- Portugueses na Demografia Portuguesa e Europeia”, in: Cavaco, C. (Coord.), *Repensar Portugal na Europa: perspectivas de um país periférico*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, pp. 78-102.
- FONSECA, M.L; KING, R. (Ed.) (2004) – Migration in the Mediterranean Bassin: Bridges and Margins – Special Issue, *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77).
- LÓPEZ TRIGAL, L. (Dir.) (1994) – *La Migración de Portugueses en España*. Universidad de León, León, 191 p.
- MACHADO, F. L. (1993) - “Etnicidade em Portugal: o grau zero da politização” in *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX- XX)*. Algés, Ed. Fragmentos, pp. 407-414.
- MACHADO, F. L. (1998) - “Imigrantes e estrutura social”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 29, pp. 51-76.
- MALHEIROS, J. M. (1996) – *Imigrantes na Região de Lisboa: os anos da mudança. Imigração e processos de integração das comunidades de origem indiana*. Colibri, Lisboa, pp. 55-114.
- MARQUES, M. M.; OLIVEIRA, C. R.; DIAS, N. (2002) – “Empresários de origem imigrante em Portugal”, *Cadernos Sociedade e Trabalho II: Imigração e Mercado de Trabalho*, MSST/DEPP, Lisboa, pp. 131-144.
- ROCHA-TRINDADE (2000) – “As Políticas Portuguesas de Imigração”, *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público e Universidade Autónoma de Lisboa, pp. 174-175.
- SILVA, M. *et al.* (1984) – *Retorno, Emigração e Desenvolvimento Regional em Portugal*, Lisboa, IED, 287p.

3. Referências citadas no texto

- ABREU, Diogo (2003) - “Demographic ageing and labour market needs in various Southern European areas. Methodological remarks and future trends”, comunicação apresentada na *Eight International Metropolis Conference*, Viena (Áustria), 9-19 de Setembro de 2003, workshop: *New waves: migration from Eastern Europe to Southern Europe*, 15 p. (não publicada).

- BAGANHA, M. I. ; MARQUES, J. C. (2001) – *Imigração e Política. O caso Português*. Fundação Luso-Americana, Lisboa, 119 p.
- BAGANHA, M.; GÓIS, Pedro (1998) – “Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, pp. 229-280.
- BAGANHA, Maria Ioannis; PEIXOTO, João (1997) – Trends in the 90's: The Portuguese migratory experience, in: Baganha, Maria Ioannis (Ed.) – *Immigration in Southern Europe*. Celta Editora, Oeiras, pp. 15-40.
- COLEMAN, David (2002) – “Replacement Migration”, or why everyone is having to live in Korea. A fable from our times from the United Nations. *Philosophical Transactions of the Royal Society B*, vol. 357, pp. 583-598.
- COPPEL, Jonathan; DUMONT, Jean-Cristophe ; VISCO, Ignazio (2001) – *Trends in Immigration and Economic Consequences*, OECD Economics Department, Paper n. 284, ECO/WKP, 10, OECD, June, 2001.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa; RATO, Helena (2000) – *Economia e Imigrantes. Contribuição dos Imigrantes para Economia Portuguesa*. Celta Editora, Oeiras, 99 p.
- FONSECA , M. L. (Coord.) et al. (2004) – *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal. Relatório Preliminar. Observatório da Imigração e Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, 116 p. (polic.)*
- FONSECA, Maria Lucinda (2003) - "Trajectórias demográficas e imigração - reflexões em torno do caso europeu", in: *A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*. Parlamento Europeu, Lisboa, pp. 55-58.
- FONSECA, M. L. (2001) - “The geography of recent immigration to Portugal”, in KING, R., de MAS, P., BECK, J. M. (Eds.), *Geography, environment and development in the Mediterranean*. Sussex Academic Press, Brighton, pp. 137-155.
- FONSECA, M. L.; ALEGRIA, J.; NUNES, A. (2004) – “Immigration to medium-sized cities and rural areas: the case of Eastern Europeans in the Évora Region”. In: BAGANHA, M. I.; FONSECA, M. L. (Ed.)– *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Luso- American Foundation, Lisbon, pp. 91-118.
- FONSECA, M. L.; ORMOND, E. (2004) - “A gendered approach to immigration in Southern Europe: The Portuguese Case”. Comunicação apresentada na *International Conference – Migration and Cultural Diversity*, Fez, Marrocos, 1-3 de Julho de 2004, 25 p. (no prelo).

- LAGES, Mário; POLICARPO, Verónica (2003) - *Atitudes e valores perante a imigração*. Observatório da Emigração, ACIME, Lisboa, p. 11-43.
- THALHAMMER, E.; ZUCHA, V.; ENZENHOFER, E.; SALFINGER, B.; OGRIS, G. (2001) – *Attitudes towards minority groups in the European Union. A special analysis of the Eurobarometer opinion poll on behalf of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia*, SORA, Vienna, 64 p. Disponível em:
<http://mnie.geo.uni.lodz.pl/raporty/rasizm2000.pdf>
- UNITED NATIONS (2000) – *Replacement Migration: is it a Solution to Declining and Ageing Populations?*, New York, United Nations, Population Division, 143 p.
- VALENTE ROSA, Maria João (2003) – “Declínio demográfico e envelhecimento da população”, *in: A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça*, Parlamento Europeu, pp. 35-39.

**VI. Imigração e transformações
urbanas nas metrópoles
contemporâneas**

A . OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Reflectir sobre o contributo dos imigrantes para os processos de transformação demográfica, económica e sócio-urbanística das metrópoles contemporâneas.
2. Analisar os processos de concentração/dispersão espacial dos imigrantes e minorias étnicas, e os mecanismos de segregação residencial de base étnica.
3. Reflectir sobre o contributo dos imigrantes para os processos de reestruturação económica e para a segmentação dos mercados de trabalho das metrópoles do mundo desenvolvido.
4. Analisar as estratégias desenvolvidas pelos imigrantes para fazer face à situação de desvantagem no mercado de trabalho dos locais de acolhimento.
5. Reflectir sobre o papel dos imigrantes na internacionalização das economias urbanas.
6. Reflectir sobre os desafios que se colocam ao planeamento urbanístico e à gestão das metrópoles do futuro, cada vez mais diversificadas do ponto de vista étnico e cultural.
7. Reflectir sobre as dinâmicas de integração sócio-espacial dos imigrantes e minorias étnicas descendentes de imigrantes na Área Metropolitana de Lisboa.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Imigração e cidades: dinâmicas de inserção sócio-espacial dos imigrantes nas metrópoles contemporâneas.

A integração dos imigrantes nas sociedades de acolhimento é um processo complexo e multifacetado. Demetrios Papademetriou (2003) define integração como o processo de interacção, ajustamento e adaptação mútua entre imigrantes e a sociedade

de acolhimento, pelo qual ao longo do tempo, as comunidades recém-chegadas e a população dos territórios de chegada formam um todo integrado. Na mesma linha de pensamento, Rinus Penninx (2003) considera a integração como o processo de aceitação dos imigrantes pela sociedade receptora, como indivíduos e como grupos. Ambos os autores enfatizam a diversidade de intervenientes no processo de integração: imigrantes, governos, instituições e comunidades locais.

Deste modo, as formas de inserção dos imigrantes nas sociedades receptoras são processos dinâmicos, em permanente mudança, resultantes de influências bastante diversas ao nível da macro-estrutura económica, social, política e institucional, dos países de destino no momento da migração e das especificidades dos contextos locais dos territórios onde se fixam.

Os imigrantes são co-habitantes activos de um lugar e co-produtores de uma cultura local. Por isso, as trajectórias de integração são processos de adaptação criativa às condições de vida locais e à (re)construção colectiva e cooperativa dos territórios onde vivem, envolvendo um processo de aprendizagem mútua, feito de cooperação e conflito, diálogo e troca de saberes, experiências e práticas culturais entre indivíduos, grupos sociais ou comunidades étnicas que partilham o mesmo espaço geográfico (Ang, 2003; Koff, 2003; White, 1999 e 2002.).

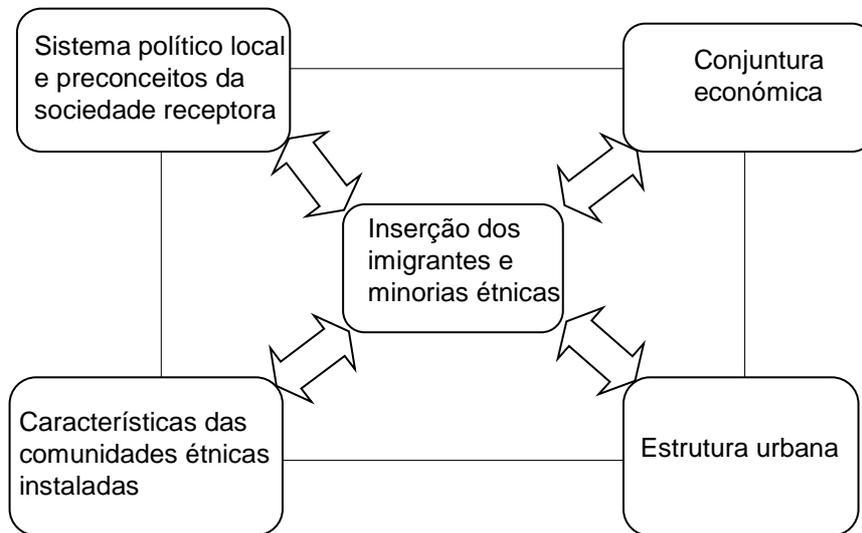
1.1. Factores estruturantes da integração dos imigrantes nas cidades

⇒ A cidade como contexto

- Sistema político local e preconceitos da sociedade receptora
- Estrutura económica
- Características das comunidades étnicas instalada
- Estrutura urbana

A interacção dos quatro vectores de influências representados na figura 28, e a forma como evoluem ao longo do tempo, explicam a diversidade dos modos de incorporação dos distintos grupos de imigrantes que habitam na mesma cidade, num momento particular.

Fig. 28 - Dimensões estruturantes da integração dos imigrantes nas cidades



Fonte: Adaptado de White, 1999: 161.

A história das migrações internacionais, em cidades americanas e europeias, tem demonstrado diferenças substanciais nas atitudes e formas de acolhimento da população autóctone, relativamente a imigrantes provenientes de determinadas origens geográficas, ou com características raciais, sociais ou culturais particulares. Deste modo, enquanto alguns são recebidos de braços abertos, outros passam despercebidos e a chegada de outros é alvo de forte contestação por parte da sociedade receptora (Portes, 1999, pp. 29-30).

Os resultados de duas sondagens do Eurobarómetro, efectuadas em 1997 e 2000, sobre as atitudes perante os grupos minoritários na União Europeia (Thalhammer *et al.*, 2001), e de um estudo semelhante efectuado pela Universidade Católica, relativo ao caso português (Lages e Policarpo, 2003), exemplificam as contradições que, por vezes, existem entre o normativo legal e os comportamentos da população. Ou seja, tanto em Portugal como no conjunto da UE, vários indicadores apontam no sentido da relevância de comportamentos discriminatórios, individuais e colectivos, mais ou menos subtis, relativamente aos imigrantes e minorias étnicas que aí residem, apesar de a ordem jurídico-política reconhecer a igualdade de direitos económicos e sociais (Fonseca, 2003).

Quadro 18 – Contextos locais no momento da chegada de vários grupos étnicos residentes em Londres, 1991

	<i>Black Caribbean</i>	<i>Indian</i>	<i>Bangladeshi</i>	<i>Japanese</i>
<i>Total population (000s)</i>	291.0	347.1	85.7	17.2
<i>Period of origin of community</i>	1950s/1960s	Late 1950s/1960s	1960s/1970s	1980s
<i>Economic circumstances At time of origin</i>	Service employment	Varied employment (services, manufacturing, commerce)	Small-scale manufacturing	Transnational corporation employment
<i>Host society ideology</i>	Negative but with selective incorporation (e.g. through sport, music)	Selective incorporation (particularly food)	Strongly negative	Neutral
<i>Housing sectors</i>	44% owner occupied 5% private rented 39% social housing	79% owner occupied 7% private rented 10% social housing	26% owner occupied 6% private rented 58% social housing	Over 90% private rented *
<i>Severe overcrowding (more than 1.5 persons per room)</i>	2%	3%	24%	Less than 1%*
<i>Index of segregation (from 0=no segregation to =complete segregation)</i>	44	49	62	62

* - Information from community interviews rather than the census.
Fonte: White, 1999: 175.

Os ambientes que hostilizam os imigrantes e as minorias étnicas tendem a dificultar o relacionamento e a acentuar as diferenças com a população local, dando lugar a “formações reactivas” que os afastam das normas de conduta social dominantes e originam conflitos inter-étnicos frequentes. Por isso, as políticas facilitadoras da integração da população imigrada nos diferentes domínios da vida em sociedade

(económico, social, cultural e político) contribuem positivamente para o desenvolvimento de sociedades mais coesas e inclusivas.

A influência dos líderes de opinião e dos meios de comunicação social tem aqui um papel de grande relevo, na medida em que contribuem para reforçar ou esbater as imagens colectivas estereotipadas e estigmatizantes de algumas comunidades, dado que uma parte importante dos habitantes das regiões receptoras revela um grande desconhecimento da dimensão e dos impactes da imigração nas sociedades de acolhimento.

A conjuntura económica, no momento da chegada, nomeadamente a estrutura do mercado de trabalho, constitui também uma condicionante importante das estratégias de integração dos imigrantes recém-chegados.

A imigração em massa para as cidades da Europa Ocidental e do Norte, nos anos sessenta, coincidiu com um período de elevado crescimento económico, em que os imigrantes foram facilmente integrados nos mercados de emprego locais, funcionando como mão-de-obra de substituição para os trabalhadores nacionais que transitavam para actividades mais qualificadas, com melhores salários e de maior prestígio social.

A reestruturação económica que se verificou a partir da crise dos anos setenta, introduziu alterações muito importantes na estrutura do emprego. Acentuou-se a polarização em torno de profissões que exigem qualificações muito elevadas e uma enorme flexibilidade para adquirir novas competências, e as profissões menos qualificadas de serviços de apoio à produção e ao consumo.

A maior necessidade de flexibilização e adaptação da mão-de-obra, para fazer face ao reforço dos mecanismos de competição e concorrência à escala planetária, reflectiu-se também na crescente instabilidade do emprego, no aumento da taxa de desemprego e na precarização da força de trabalho, dando origem a processos de exclusão social dos desempregados de longa duração.

Em contextos de crise, os imigrantes, sobretudo os indocumentados, e as minorias étnicas pobres são particularmente afectados, porque são menos qualificados, têm vínculos de trabalho mais precários e, nestes períodos, tendem a aumentar as atitudes discriminatórias e hostis por parte de alguns sectores da população autóctone, que os encaram como potenciais concorrentes no mercado de emprego, ou dos apoios concedidos pelas Instituições de Segurança Social.

Por outro lado, as épocas de expansão económica podem constituir ambientes favoráveis ao desenvolvimento de iniciativas empresarias que, com o tempo, podem dar

origem a um importante empresarialismo de base étnica, criando oportunidades de emprego para trabalhadores co-étnicos e outros.

A dimensão, os recursos económicos, a imagem social da comunidade já instalada, no momento da migração e a forma como está organizada, têm também uma influência importante nas trajectórias de inserção dos imigrantes recém-chegados, ajudando-os a procurar emprego e habitação e a conhecer melhor o funcionamento da sociedade de acolhimento.

Finalmente, a estrutura das cidades de destino, ou seja a sua geografia social, nomeadamente o padrão espacial da oferta dos diferentes tipos de habitação, a organização dos sistemas de transporte e a localização do emprego e dos equipamentos sociais, manifesta-se nos níveis de segregação das áreas residenciais e condiciona a mobilidade dos imigrantes no espaço urbano, facilitando a interacção com os habitantes locais, ou, pelo contrário, reforçando os mecanismos de segregação espacial.

2. Mercado de trabalho urbano: polarização e fragmentação do emprego dos imigrantes

A inserção dos imigrantes nos mercados de trabalho das grandes cidades, no actual quadro de globalização e de crescente internacionalização das economias urbanas, é cada vez mais influenciada pelas dinâmicas macro-económicas mundiais.

2.1. Terciarização e polarização socioprofissional dos mercados de trabalho urbanos

- ⇒ Aumento da procura de profissionais altamente qualificados.
- ⇒ Expansão do sector informal da economia e crescimento da procura de trabalhadores indiferenciados.
- ⇒ Procura segmentada de trabalhadores imigrantes: profissionais altamente qualificados e trabalhadores indiferenciados.
- ⇒ Aumento das desigualdades sócio-espaciais.

2.2. Fragmentação sócio-étnica dos mercados de trabalho urbanos

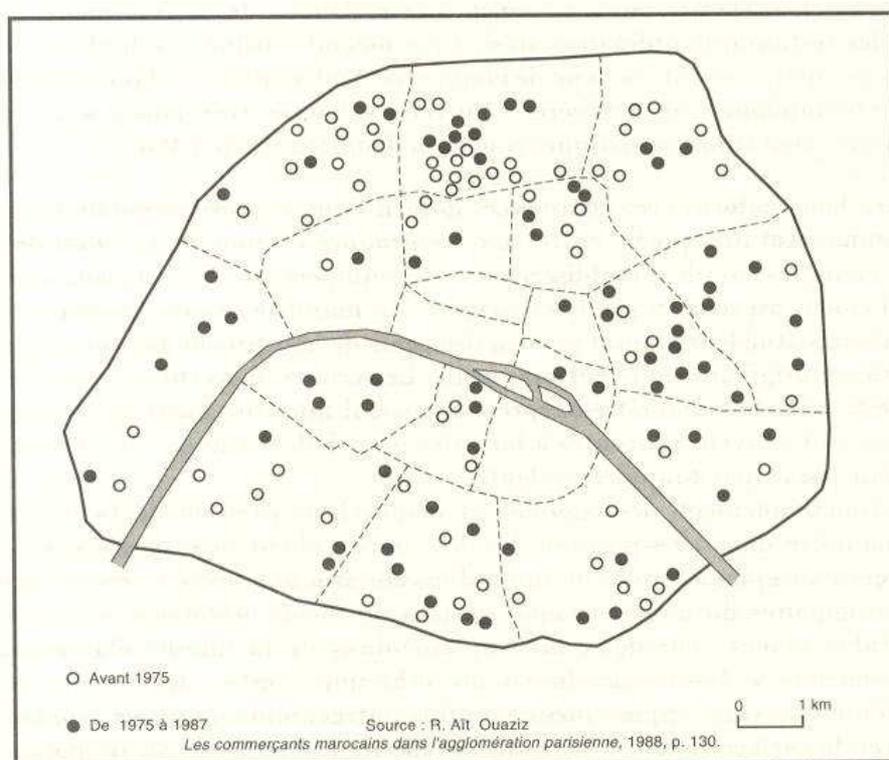
⇒ ***Os imigrantes no sector informal da economia em actividades intensivas em mão-de-obra, de baixos salários e desvalorizadas socialmente***

- Construção civil
- Serviços pessoais e domésticos
- Indústria do vestuário e calçado
- Hotelaria e restauração
- Limpezas industriais e domésticas

⇒ ***Empresarialismo étnico***

- Auto-emprego
- Grupos intermediários e enclaves étnicos

Fig. 29 – Distribuição geográfica dos estabelecimentos comerciais marroquinos, na cidade de Paris (1987)



Fonte: Simon, 1995: 309.

Quadro 19 – Grupos de profissões da população activa civil com 16 ou mais anos, residente na Área Metropolitana de Washington D.C. (PMSA), segundo os principais grupos étnicos, 2000 (%)

Grupos étnicos	Grupos de profissões						Total
	Gestão, prof. liberais, científicas	Serviços	Comércio e escritório	Agrícolas, piscatórias e silvícolas	Construção, extractiv. e de manuten.	Produção, transporte	
Negro	37,4	16,8	29,9	0,1	6,2	9,6	100,0
Índio americano	37,1	14,9	24,5	0,6	13,8	9,1	100,0
Asiático	51,2	14,4	23,2	0,0	3,7	7,5	100,0
Indiano	66,1	7,1	20,5	0,0	1,6	4,7	100,0
Chinês	64,9	13,0	16,3	0,0	1,6	4,3	100,0
Filipino	43,4	19,6	29,0	0,0	3,8	4,2	100,0
Japonês	67,1	9,4	18,3	0,1	1,7	3,4	100,0
Coreano	41,3	14,5	26,9	0,1	7,0	10,3	100,0
Paquistânês	36,4	10,8	33,5	0,0	2,9	16,4	100,0
Vietnamita	32,9	23,6	23,3	0,0	5,9	14,3	100,0
Hispânico / Latino	23,8	30,7	17,1	0,3	19,4	8,7	100,0
Mexicano	27,7	23,5	15,2	0,7	23,6	9,3	100,0
Porto-riquenho	46,6	14,2	25,6	0,1	7,3	6,3	100,0
Guatemalteco	9,9	35,1	12,8	0,6	31,6	10,0	100,0
Salvadorenho	7,3	43,2	11,2	0,2	27,4	10,7	100,0
Boliviano	20,6	29,0	19,2	0,1	21,7	9,5	100,0
Colombiano	44,2	22,7	20,6	0,0	8,3	4,2	100,0
Peruano	27,0	31,2	23,3	0,1	11,4	7,0	100,0
Branco ã hispânico	56,1	8,9	23,0	0,2	6,7	5,1	100,0
Todos	48,6	13,0	24,3	0,2	7,4	6,7	100,0

Fonte: U.S. Census Bureau, SF4, Table DP-3.

Nota: Foram considerados como principais grupos étnicos os que têm mais de 10 mil pessoas.

Fonte: Esteves, 2004: 336.

Quadro 20 - Niche economy industries by group and city

London	New York	Toronto
Chinese		
Commission agents	Apparel	Finance, insurance and real estate
Restaurants	Eating and drinking places	Food and beverages
East Indian		
Electrical engineering	Miscellaneous retail stores	Manufacturing
Leather and clothing Manufacture	Health services	
Commission agents		
Postal services		
African Indian		
Electrical engineering		Finance, insurance and real estate
Rubber and plastic Manufacture		
Wholesale		
Retail, automobile retail		
West Indian		
Metal manufacture	Hotels	
	Local government	
Black African		
Sanitary services	Wood products	
	Buses and taxis	
	Miscellaneous retail stores	
	Hotels	
Pakistani		
Leather and clothing Manufacture	Buses and taxis	
	Transport services	
	Food stores	
	Clothing stores	
	Appliance stores	
	Miscellaneous retail stores	
	Automotive services	
Bangladeshi		
Leather and clothing Manufacture	Buses and taxis	
Restaurants	Variety stores	
Hotels	Food stores	
	Miscellaneous retail stores	
	Hotels	

Fonte: Model, 2002: 116-117.

2.3. O caso da Área Metropolitana de Lisboa: estratégias e modos de incorporação diferenciados dos distintos grupos étnicos

- ⇒ Profissões de baixos salários e baixos níveis de qualificação do mercado de trabalho secundário (Africanos).
- ⇒ Lógicas de “enclave étnico” (Chineses e indo-paquistaneses).
- ⇒ Profissionais altamente qualificados do mercado primário (lógicas de mobilidade interna às empresas transnacionais), sobretudo cidadãos da União Europeia e norte-americanos.
- ⇒ Profissionais altamente qualificados do mercado de trabalho primário (lógicas independentes), brasileiros da primeira vaga. Nos anos mais recentes acentuou-se a polarização socioprofissional dos imigrantes brasileiros.
- ⇒ “*Brain waste*” dos europeus de leste: trabalhadores qualificados e semi-qualificados, com profissões indiferenciadas, de baixos salários, do mercado secundário de emprego.

A inserção dos trabalhadores estrangeiros residentes na Área Metropolitana de Lisboa, no mercado de emprego, apresenta uma estrutura fortemente polarizada em torno de um grupo de profissões e actividades altamente qualificadas (administração, gestão e profissões liberais), e de outras semi-qualificadas ou não qualificadas, sobretudo da construção civil e dos serviços de limpeza industrial e doméstica (Fonseca *et al.*, 2002).

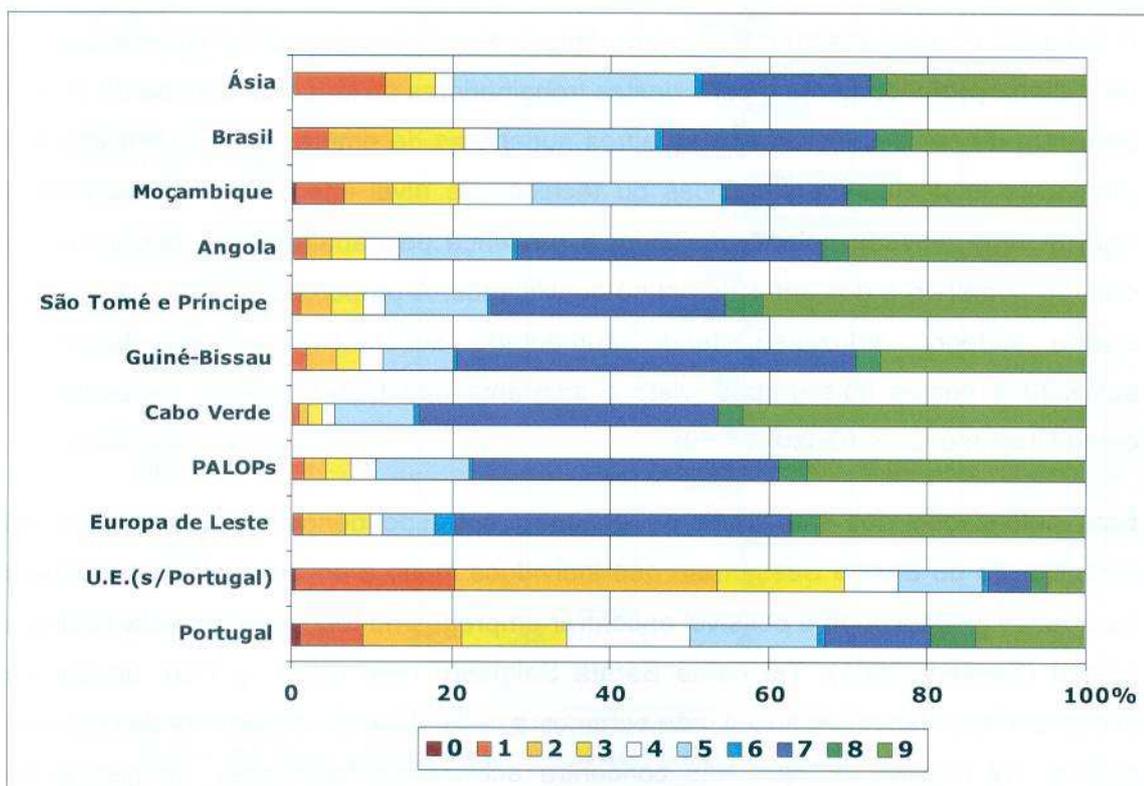
No primeiro grupo de actividades concentram-se sobretudo os profissionais originários da UE, dos Estados Unidos, Canadá e ainda alguns brasileiros. A maioria dos trabalhadores dos PALOP e de outros países africanos, estão incluídos no segundo conjunto.

Os indo-paquistaneses e os chineses, têm uma larga presença no comércio e na restauração, tendo desenvolvido, ambos os grupos, um expressivo empresarismo de base étnica. Finalmente, os brasileiros distribuem-se por um leque de profissões e actividades mais diversificadas que incluem empresários e profissionais altamente qualificadas (chegados a Portugal há mais tempo) e trabalhadores semi e pouco qualificados do comércio, hotelaria, restauração e construção civil.

Os europeus de Leste, apesar de terem níveis de qualificações escolares e profissionais superiores à média dos imigrantes de fora da União Europeia e da América

do Norte, têm um perfil ocupacional semelhante ao dos PALOP (Fig. 30).

Fig. 30 – População residente com 15 ou mais anos, activa a exercer uma profissão, por país/continente de nacionalidade, segundo grupos de profissões na AML, 2001 (%)



- 0 - Membros das forças armadas
- 1 - Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa
- 2 - Especialistas das profissões intelectuais e científicas
- 3 - Técnicos e profissionais de nível intermédio
- 4 - Pessoal administrativo e similares
- 5 - Pessoal dos serviços e vendedores
- 6 - Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
- 7 - Operários, artífices e trabalhadores similares
- 8 - Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
- 9 - Trabalhadores não qualificados

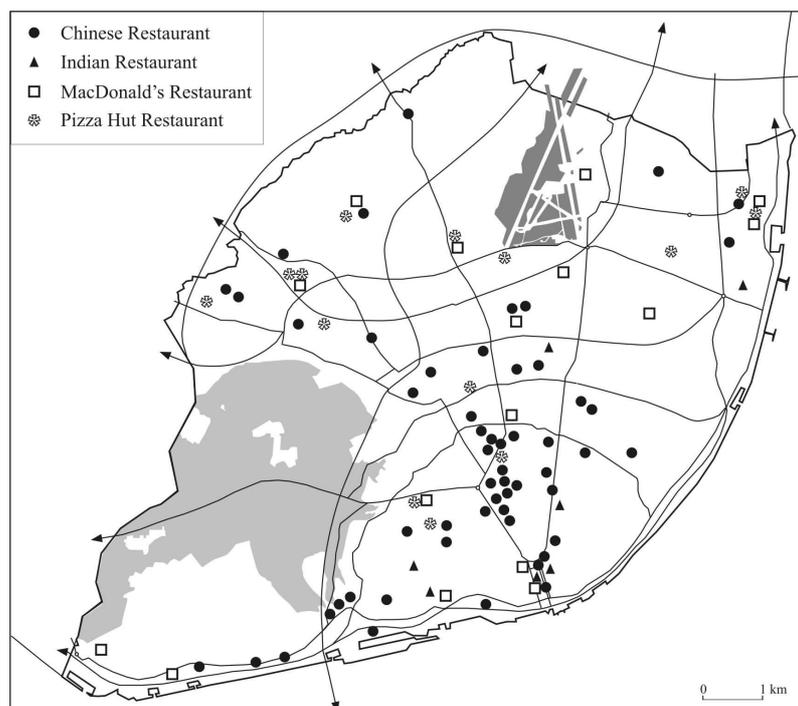
Fonte: Esteves, 2004: 365

Quadro 21 - Occupation of Brazilians who pre-registered for legalization

Occupation	Number of People	Percentage
Domestic/Cleaning	2511	17.25
Construction	3249	22.33
Food and Hotel Industry	2338	16.07
Customer services/seller	1067	7.34
Sells technicians	367	2.53
Beauty Related Activities	296	2.03
Carpenters	167	1.15
Secretary/Adm. Assistance	199	1.37
Lock/key specialist	150	1.03
Health including dental	68	0.47
Distributor	82	0.57
Education/helpers	25	0.17
Computer and Telecomm.	50	0.34
Culture related activities	36	0.24
Tailoring/fashion	70	0.48
Top management	53	0.36
Various Professions	37	0.25
Others	3786	26.02
Total of those classified	14551	100%

Fonte: Padilla, 2004

Fig. 31– Restaurantes McDonald's e Pizza Hut e restaurantes étnicos (chineses e indianos), 2000



Fonte: Fonseca; Malheiros, 2004: 152.

3. Concentração espacial dos imigrantes e minorias étnicas: segregação espacial de base étnica

3.1. Condicionantes do acesso dos imigrantes e minorias étnicas aos mercados de habitação

- ⇒ Características do mercado de habitação: oferta pública, privada e informal.
- ⇒ Época de chegada das principais vagas migratórias e fase do ciclo de vida da cidade (industrialização; globalização, reestruturação produtiva e sócio-urbanística; transformações nos padrões locativos das diferentes actividades urbanas).

3.2. Padrões espaciais das áreas de residência dos imigrantes e minorias étnicas: oposições “Sul-Norte” e “Novas e Velhas” cidades de imigração

- ⇒ Contrastes entre as cidades americanas e europeias.
- ⇒ Originalidade do posicionamento sócio-espacial dos imigrantes nas cidades da Europa do Sul.
- ⇒ Tendência para a suburbanização das áreas residenciais mais segregadas nas “novas cidades” de imigração.

Fig. 32 A – Área metropolitana de Los Angeles: unidades de referência estatística com 50% ou mais de população hispânica, 1990

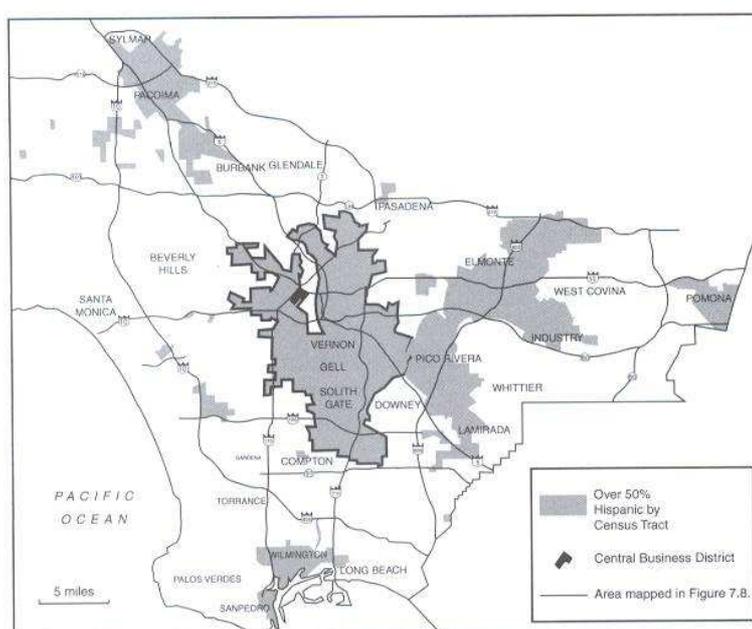
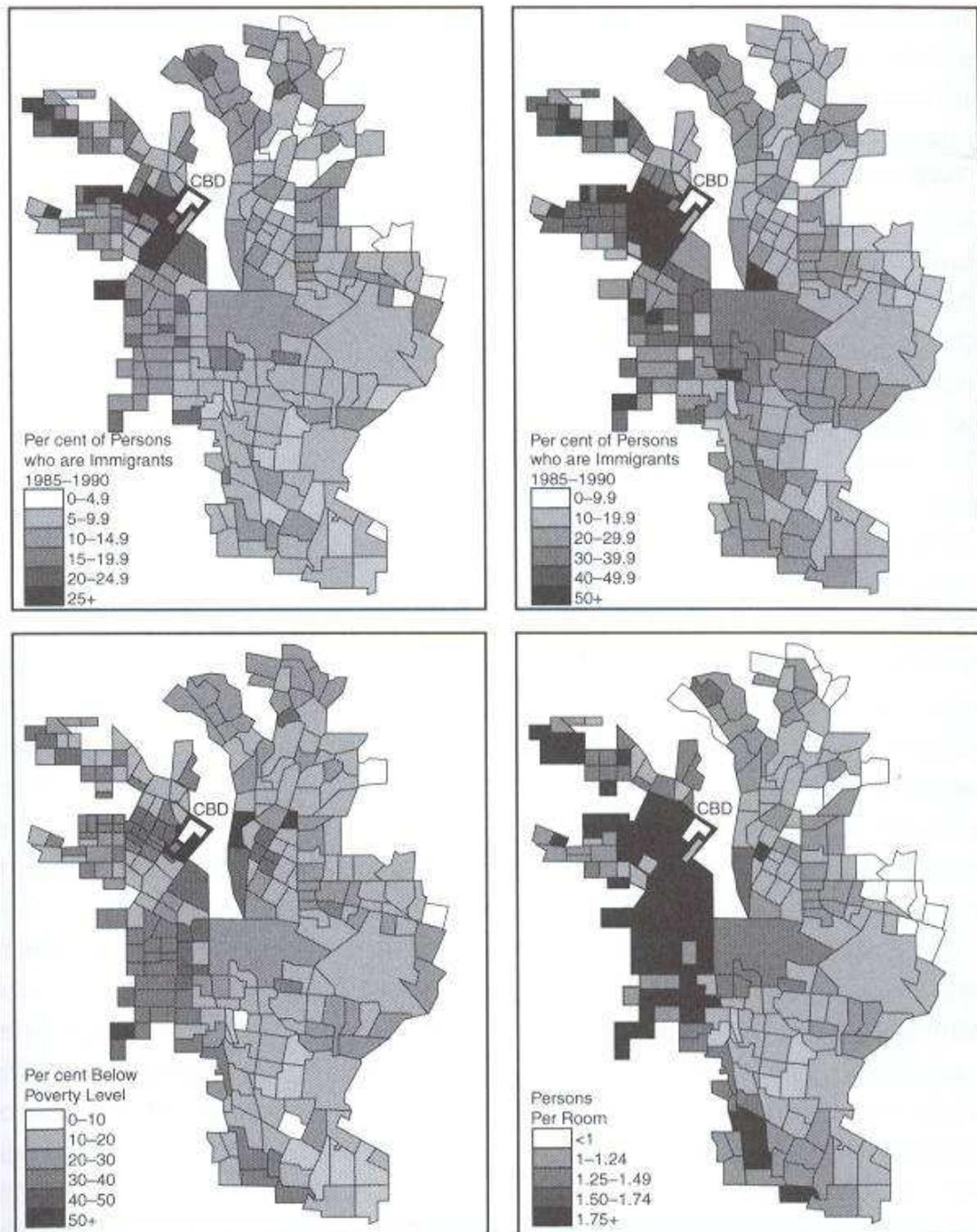
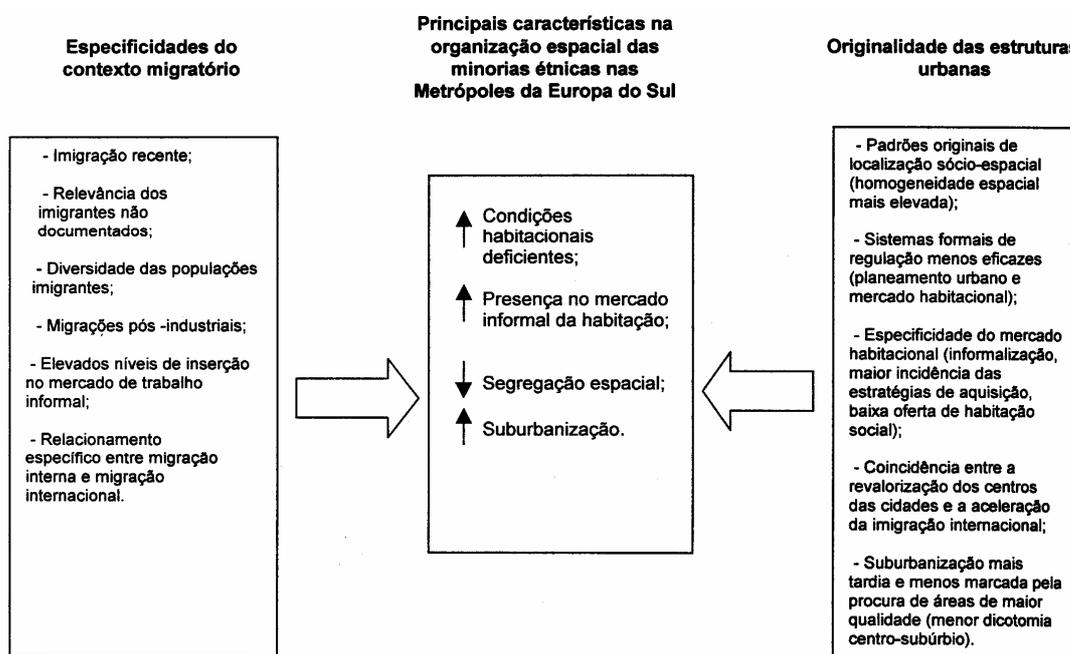


Fig. 32 B - Concentrations of the proportion of recent immigrants, linguistic isolation, poverty and crowding in 1990, by census tract (ver figura 32 A para localização na Área Metropolitana de Los Angeles).



Fonte: Clark, 2002: 148-149.

Fig. 33 – Originalidade do posicionamento espacial dos imigrantes nas metrópoles da Europa do Sul



Fonte: Malheiros, 2001: 416.

3.3. Diversidade étnica e espaço público urbano

- ⇒ Intercâmbio cultural
- ⇒ “Etnicização” dos usos do espaço
- ⇒ Conflitos

3.4. O caso de Lisboa: segregação residencial sócio-étnica e padrões de mobilidade sócio-espacial

- ⇒ ***Segregação residencial***

As condições de habitação e as características dos lugares onde se localiza, além de reflectirem diferentes situações económicas dos indivíduos e das famílias, indicam também outros aspectos importantes da inserção nos domínios espacial, social e cultural.

Na Área Metropolitana de Lisboa, contrariamente ao que se verifica nas “velhas”

idades de imigração, regista-se uma tendência para a suburbanização dos imigrantes e das minorias étnicas originárias dos países em vias de desenvolvimento (Malheiros, 2001).

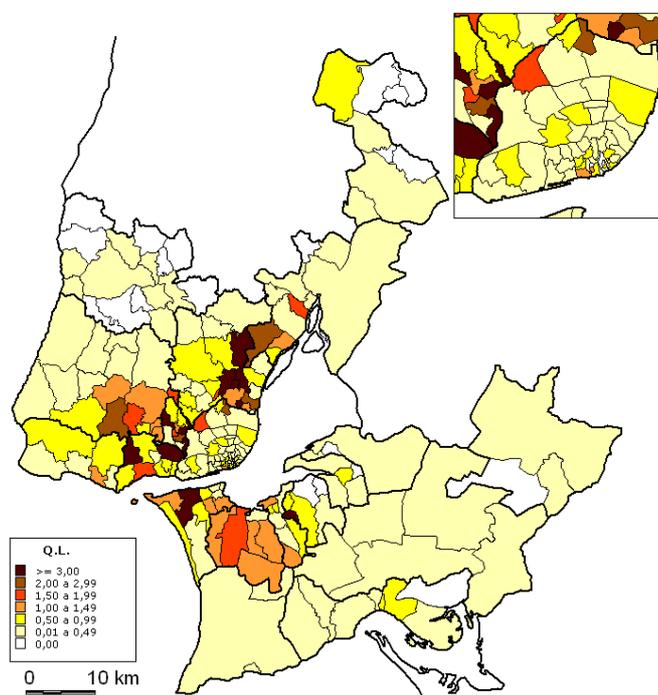
As diferenças de padrões locativos das áreas de residência dos imigrantes laborais, na Área Metropolitana de Lisboa (e noutras metrópoles da Europa do Sul), relativamente às cidades da Europa do Norte, são provocadas por diferenças na estrutura urbana de Lisboa e pela fase mais tardia em que ocorreram as migrações.

A partir dos anos cinquenta, Lisboa registou um crescimento demográfico elevado, provocado pelo desenvolvimento sequencial de diferentes tipos de movimentos migratórios: migrantes internos provenientes das áreas rurais de todo o País; regresso dos retornados das ex-colónias africanas, em 1975-76 e, a partir de meados dos anos oitenta, de um número cada vez maior de estrangeiros. Este aumento populacional reflectiu-se numa elevada expansão da procura de habitação, incapaz de ser satisfeita pelo mercado formal privado e pela habitação social. Em consequência deste processo, avolumaram-se as carências neste sector e desenvolveu-se um mercado paralelo para abastecer os segmentos da procura insolventes para o mercado formal: subaluguer de quartos e partes de casa em alojamentos dos bairros históricos da cidade de Lisboa e difusão de bairros de barracas e de habitações clandestinas, na periferia de Lisboa.

Deste modo, na época em que começou a desenvolver-se a imigração africana, sobretudo dos PALOP, a oferta de soluções de habitação barata, na cidade, eram muito limitadas. Por conseguinte, a passagem pelo centro da cidade, quando existia, correspondia normalmente a períodos curtos, de residência em pensões ou em quartos alugados, passando rapidamente para bairros de barracas ou clandestinos, dentro da cidade, ou nos concelhos da primeira coroa suburbana. À medida que estas correntes migratórias se foram consolidando, os mecanismos de *networking*, produziram concentrações de imigrantes com a mesma origem geográfica (fig. 34).

Os cidadãos da União Europeia, contrariamente aos africanos, apresentam uma forte concentração nas áreas residenciais de melhor qualidade urbanística, ambiental e beleza paisagística, na cidade de Lisboa e ao longo da linha do Estoril e do litoral de Sintra. Demonstra-se assim, que estes imigrantes, apesar de terem um leque de escolhas extremamente amplo, resultante da elevada capacidade económica que possuem e de facilmente terem acesso à informação sobre a diversidade de oferta de habitação, tendem a privilegiar as áreas onde já existem outros membros com uma origem nacional comum, desenvolvendo, segundo a terminologia adoptada por Malheiros (2000) formas de segregação activa (Fig. 35).

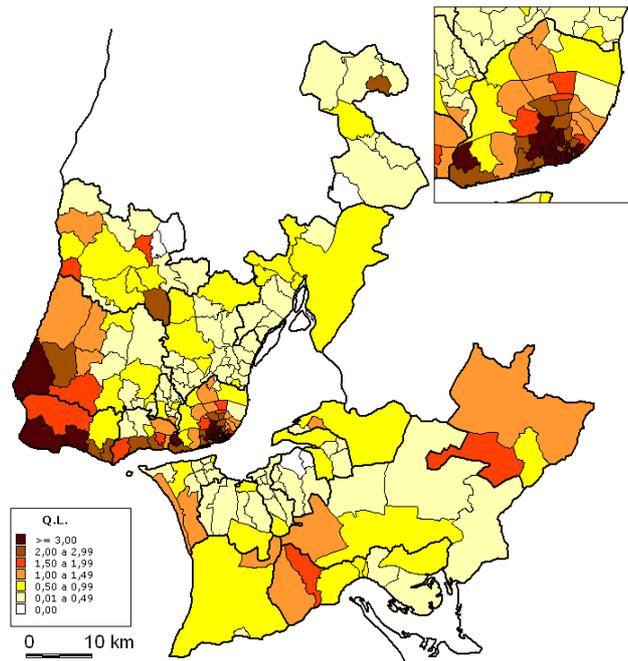
Fig. 34 – Quocientes de localização dos estrangeiros, nacionais de Cabo Verde, nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, em 2001.



Fonte: Fonseca, 2004: 127.

A diversidade dos padrões geográficos de inserção dos imigrantes, de diferentes origens nacionais, na Área Metropolitana de Lisboa, confirma a complexidade e o carácter dinâmico dos processos de integração. As estratégias e os percursos de mobilidade, residencial, dos imigrantes após a chegada à cidade onde se fixam, são fortemente condicionados pelo contexto local (história, forma e estrutura urbana, integração ou segregação das áreas residenciais, qualidade do ambiente e do espaço público, número e diversidade dos imigrantes e minorias étnicas, estrutura económica e política). No entanto, as interacções que se estabelecem entre os diferentes grupos de indivíduos que co-habitam no território metropolitano, constituem também agentes com um papel primordial na (re)construção ou (re)invenção da cidade.

Fig. 35 - Quocientes de localização dos estrangeiros, nacionais de países membros da União Europeia, nas freguesias da Área Metropolitana de Lisboa, em 2001.



Fonte: Fonseca, 2004: 133

⇒ **Revitalização do centro e dos bairros históricos de Lisboa**

Os imigrantes recém-chegados, sobretudo quando vieram sozinhos, reanimaram o mercado de aluguer e sub-aluguer de habitações e trouxeram novos clientes a muitas velhas pensões das margens do centro tradicional da cidade.

A precariedade das condições de habitação (falta de infraestruturas básicas, elevados níveis de ocupação) reflectiu-se também na revitalização comercial e do espaço público que, na ausência de espaços domésticos apropriados, recupera muitas das funções que havia perdido: lugar de encontro e sociabilidade, sobretudo com outros co-étnicos que se encontram dispersos por outros bairros da cidade e dos municípios suburbanos, mas também com imigrantes de outras origens e, em menor grau, com a população nativa. A revitalização do largo do Martim Moniz, Praça da Figueira, Rossio, Praça da Alegria, Poço dos Negros/S. Paulo/Santos-o-Velho constituem bons exemplos dessas transformações.

A área do Martim Moniz constitui também um importante enclave comercial multi-étnico que muito contribui para inverter a trajectória de declínio económico, degradação urbanística e marginalidade social daquela área da cidade.

4. Políticas urbanas em cidades multi-étnicas

Os processos geradores de marginalização e exclusão social e espacial não são causados por características específicas dos indivíduos. Variam de lugar para lugar. É por isso que as políticas urbanas e a participação activa das organizações não governamentais na vida da cidade, têm um papel fundamental na prevenção dos mecanismos que conduzem a situações de exclusão, não só de alguns grupos de imigrantes e de minorias étnicas, mas também de outros grupos de risco.

4.1. Tendências evolutivas

- ⇒ Dos grupo-alvo às áreas-alvo
- ⇒ Regimes de incorporação: assimilação, integração e múltipla pertença
- ⇒ Papel dos actores locais nos processos de integração dos imigrantes e minorias étnicas: níveis múltiplos de governança

4.2. A experiência de Lisboa

Em Portugal, as novas políticas urbanas são, em grande medida, resultantes da reformulação das políticas da União Europeia e o governo central tem ainda um papel preponderante na sua definição e gestão. Contudo, há quatro vectores de mudança que importa sublinhar:

1. tendem a privilegiar cada vez mais a dimensão territorial;
2. baseiam-se cada vez mais no reforço das instituições locais, sobretudo de âmbito municipal;
3. procuram dinamizar a participação das populações nos processos de tomada de decisão;
4. a pouco e pouco, as políticas sectoriais têm vindo a ser substituídas por abordagens multi-sectoriais.

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

ARBACI, S. (2002) - "Patterns of Ethnic and Socio-spatial Segregation in European Cities: are welfare regimes making a difference?" in Fonseca, L. *et al.* (eds.) *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 83-116.

BARATA SALGUEIRO, T. (2001) – *Lisboa, Periferia e Centralidades*. Celta, Oeiras, pp. 179-212.

ESTEVES, A.; CALDEIRA, M. J. (2001) - "Reinventing cultures: the contribution of the Cape Verdean community to the cultural dynamics of Lisbon" in KING, R. (Ed.), *The Mediterranean passage: migration and new cultural encounters in Southern Europe*. Liverpool University Press, Liverpool, pp. 95-118.

FONSECA, M. L. (2002) – "Immigration and spatial change: the Lisbon experience", *Studi Emigrazione*, XXXIX, 145, Marzo, pp. 49-76.

FONSECA, M. L.; MALHEIROS, J.; ESTEVES, A. ; CALDEIRA, M. J. (2002) – *Immigrants in Lisbon – Routes of Integration*. EPRU/Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa (EPRU nº 56), pp. 59-99.

FONSECA, M.L. ; MALHEIROS, J. M. (2004) -"Immigration and globalisation from below: the example of ethnic restaurants in Lisbon", *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 153-181.

FORTUIJN, J.N., J.D.; Musterd, S.; Ostendorf, W. (1998) - "International Migration and Ethnic Segregation: Impacts on Urban Areas - Introduction", *Urban Studies*, vol. 35(3), pp.367-370.

GASPAR, J. (2002) – Developing cohesive cities: a perspective from the ground". In: FONSECA *et al.* (ed.) - *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*. Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Lisboa, pp.67-82.

KEMPEN, R. Van; ÖZÜEKREN, A.S. (1998) - "Ethnic Segregation in Cities: New forms and Explanations in a Dynamic World", *Urban Studies*, nº35(10), pp.1631-1656.

MALHEIROS, J. (1998) - "Minorias étnicas e segregação nas cidades - uma aproximação ao caso de Lisboa, no contexto da Europa Mediterrânica" in *Finisterra*, XXXIII (66), CEG, pp. 91-118.

- MALHEIROS, J. (2000) – “Urban restructuring, immigration and the generation of marginalized spaces in the Lisbon Region”, in King, R.; Lazaridis, G.; Tsardanidis, C. (Eds.), *El Dorado or fortress? migration in Southern Europe*. London, MacMillan Press Ltd, pp.207-232.
- MALHEIROS, J. (2002) – “Ethni-cities: residential patterns in the Northern European and Mediterranean metropolises – implications for policy design”, *International Journal of Population Geography*, vol. 8(2), pp. 107-134.
- PEACH, C. (1996) – “Does Britain have ghettos?”, *Transactions of the Institute of British Geographers*. New Series, Vol 21(1), pp. 216-235.
- SASSEN, S. (1996) - “New employment regimes in cities: the impact on immigrant workers”. *New community*, 22(4), pp.579-594.
- SILVA, C. N. (1999) - “Local government, ethnicity and social exclusion in Portugal” in Khakee, A.; Somma, P. and Thomas, H., *Urban Renewal, Ethnicity and social exclusion in Europe*. Aldershot, Ashgate, pp. 126-147.
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*, PUF, Paris, pp. 311-320.
- WHITE, P. (1999) - Minority residential histories in the city: context, process and outcome, in *Proceedings, Metropolis International Workshop, Lisbon, September 28-29, 1998*. Luso-American Foundation for the Development, Lisbon, pp. 155-186.
- WRIGHT, R. (1996) “Immigrants and the changing racial/ethnic division of labour in New York City: 1970-1990”, *Urban Geography*, vol. 17, pp. 317-35.

2. Bibliografia complementar

- ESTEVES, A. (2004) – *Imigração e cidades. Geografias de metrópoles multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C.*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, 465 p. (polic.).
- BASTENIER, A.; DASSETO, F. (1993) - *Immigration et Espace Public: la controverse d'intégration*. L'Harmattan. Paris, 317 p.
- CLARK, W. A. V. (1992) – “A Comparative Perspective on Large-Scale Migration and Social Exclusion in US Entry-Point Cities”, in: CROSS, M.; MOORE, R.– *Globalization and the New City. Migrants, Minorities and Urban Transformations in*

- Comparative Perspective*. Palgrave, Macmillan, Hampshire, pp. 133-150.
- CORTES, G. (1998) – “Migrations, systèmes de mobilité, espaces de vie: à la recherche de modèles”, *L'Espace Géographique*, XXVII (3), pp. 265-275.
- KOFF, H. (Ed.) (2002) – *The integration of migrants in selected European cities*. Ethnobarometer, Rome, 285 p.
- MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), pp. 387-576.
- MODEL, S. (2002) – “Immigrant’s social class in three global cities”, in: CROSS, M.; MOORE, R.– *Globalization and the New City. Migrants, Minorities and Urban Transformations in Comparative Perspective*. Palgrave, Macmillan, Hampshire, pp. 116-117.
- MUSTERD, S.; OSTENDORF, W.; BREEBAART, M. (1998) – *Multi-Ethnic Metropolis: Patterns and Policies*. Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 208 p.
- OCDE (1998) - *Immigrants, Integration and the Cities. Exploring the Links*. OCDE Proceedings, Paris, 194 p.
- PENNINX, R.; KRAAL, K.; MARTINIELLO, M.; VERTOVEC, S. (2004) – *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Ashgate, Aldershot, 170 p.
- WALDINGER, R. (ed) (2001) *Strangers at the Gates. New Immigrants in Urban America*. University of California Press, Berkeley and Los Angeles, 339 p.

3. Referências citadas no texto

- ANG, Ien (2003) “City versus nation-state? – Valuing local dynamics in Sydney”, conferência apresentada na sessão plenária 4.2 – Multiple dimensions of integration and diversity policies, *8ª Conferência Internacional do Projecto Metropolis International*, Viena, 15-19 de Setembro de 2003. Disponível em: www.metropolis2003.at/en/Ang.pdf.
- CLARK, W. A. V. (1992) – “A Comparative Perspective on Large-Scale Migration and Social Exclusion in US Entry-Point Cities”, in: CROSS, M.; MOORE, R.– *Globalization and the New City. Migrants, Minorities and Urban Transformations in Comparative Perspective*. Palgrave, Macmillan, Hampshire, pp. 133-150.

- ESTEVES, A. (2004) – *Imigração e cidades. Geografias de metrópoles multi-étnicas – Lisboa e Washington D.C.*. Dissertação de Doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa, 465 p. (polic.)
- FONSECA, M. L. (2004) - “Dinâmicas de integração: estratégias e protagonistas”, in: *Congresso Imigração em Portugal – Diversidade, Cidadania e Integração*, 18/19 de Dezembro 2003. ACIME (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas), Porto, pp.108-140.
- FONSECA, M. L. (2003) - "Atitudes e valores perante a imigração: notas sobre as representações da população portuguesa e dos imigrantes estabelecidos em Portugal", in Lages, M.; Policarpo, V. (Eds) - *Atitudes e valores perante a imigração*. ACIME , Observatório da Emigração, Lisboa, pp. 44-56.
- FONSECA, M.L .; MALHEIROS, J. M. (2004) - "Immigration and globalisation from below: the example of ethnic restaurants in Lisbon", *Finisterra. Revista Portuguesa de Geografia*, XXXIX (77), pp. 153-181.
- LAGES, Mário; POLICARPO, Verónica (2003) - *Atitudes e valores perante a imigração*, Lisboa, Observatório da Emigração, ACIME.
- MALHEIROS, J. (2000) – “Urban restructuring, immigration and the generation of marginalized spaces in the Lisbon Region”, in King, R.; Lazaridis, G.; Tsardanidis, C. (Eds.), *El Dorado or fortress? migration in Southern Europe*. MacMillan Press Ltd, London, pp.207-232.
- MODEL, S. (2002) – “Immigrant’s social class in three global cities”, in: CROSS, M.; MOORE, R.– *Globalization and the New City. Migrants, Minorities and Urban Transformations in Comparative Perspective*. Palgrave, Macmillan, Hampshire, pp. 116-117.
- PADILLA, B. (2004) - “Integration of Brazilian Immigrants in Portugal: Problems and Possibilities”. Comunicação apresentada no workshop *Immigrant Integration in Southern Europe: Strategies, Protagonists and Outcomes*, 9ª Conferência *Metropolis International*, realizada em Genebra, de 27 de Setembro a 1 de Outubro de 2004 (não publicada)
- PAPADEMETRIOU, D. G. (2003) – Policy considerations for Immigrant Integration, Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach, Migration Policy Institute:
www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=171).
- PENNINX, R. (2003) – Integration: the Role of Communities, Institutions, and The State,

Migration Information Source. Fresh Thought, Authoritative Data, Global Reach,
Migration Policy Institute

www.migrationinformation.org/Feature/print.cfm?ID=168.

- PORTES, A. (1999) – *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- SIMON, G. (1995) – *Géodynamique des Migrations Internationales dans le Monde*. PUF, Paris, 429 p.
- THALHAMMER, E.; ZUCHA, V.; ENZENHOFER, E.; SALFINGER, B.; OGRIS, G. (2001) – *Attitudes towards minority groups in the European Union. A special analysis of the Eurobarometer opinion poll on behalf of the European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia*, SORA, Vienna.
- WHITE, P. (1999) – “Minority residential histories in the city: context, process and outcome”, in *Proceedings, Metropolis International Workshop, Lisbon, September 28-29, 1998*. Luso-American Foundation for the Development, Lisbon, pp. 155-186.
- WHITE, P. (2002) – “Migration and Mediterranean Urban Societies: policy contexts and outcomes”, in: Fonseca, M.L. et al. (ed), *Immigration and Place in Mediterranean Metropolises*; Fundação Luso-Americana, Lisboa, pp. 13-29.

VII. A Gestão das migrações internacionais: o debate actual

A . OBJECTIVOS A ATINGIR

1. Sensibilizar os alunos para os grandes temas em debate na agenda política actual dos países receptores de imigrantes, particularmente da União Europeia.
2. Reflectir sobre a relevância das políticas na organização espacial dos fluxos migratórios internacionais e nos processos de integração sócio-espacial dos imigrantes nas sociedades de acolhimento.
3. Sensibilizar os alunos para a necessidade de aprofundar o diálogo entre a investigação e os processos de decisão política, para uma gestão das migrações internacionais mais bem sucedida, tanto na perspectiva das sociedades de acolhimento como na dos imigrantes.

B. DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA

1. Razões de uma gestão mal sucedida

As migrações são, como vimos nos capítulos anteriores, um fenómeno muito antigo, que atingiu nos últimos decénios uma dimensão e uma diversidade sem precedentes na História da Humanidade. Apesar disso, a sua gestão tem-se revelado bastante ineficaz.

Segundo Demetrios Papdemetriou (2003), a incapacidade de gerir eficazmente as migrações internacionais prende-se com três ordens de razões:

- a rapidez e profundidade das mudanças induzidas pelas migrações internacionais desafiam o nosso sentido de identidade e continuidade;
- a gestão destas transformações requer opções políticas complexas que exigem uma negociação de *tradeoffs* políticos com efeitos distributivos diferenciados;
- as migrações expõem as fraquezas dos mecanismos de governança, particularmente na sua capacidade para aplicar a lei. Em consequência disso, a opinião pública dos países de imigração perde a confiança nas instituições

governativas e começam a difundir-se atitudes hostis e xenófobas contra os imigrantes.

As tensões originadas por estes três desafios dão origem a comportamentos reactivos dos governos, deixando pouca margem de manobra para explorar alternativas mais ajustadas à resolução desses problemas.

2. Temas em debate

- Imigração clandestina e tráfico de seres humanos.
- Segurança internacional.
- Aceleração dos mecanismos de difusão de doenças
- Tensões políticas internacionais derivadas do aumento da interdependência económica mundial.
- Envelhecimento demográfico e migrações de substituição.
- Modelos de integração dos imigrantes e minorias étnicas nas sociedades de acolhimento.
- Tensões políticas internas, ao nível nacional e local, derivadas da crescente diversidade étnica e cultural da população europeia.
- Convergência das políticas de imigração nos países de imigração tradicional.
- Cooperação internacional na gestão regional das migrações: o Processo de Puebla (*Puebla Process*) e a Iniciativa de Berna (*The Berne Initiative*).

A complexidade e diversidade das migrações internacionais na era da globalização, associada à crescente diversidade étnica da população dos países que constituem os principais destinos migratórios, coloca importantes dilemas aos decisores políticos e aos habitantes dos países que sofrem uma maior pressão das migrações internacionais. As respostas que escolherem terão um efeito decisivo na modelação das sociedades e na organização dos territórios do futuro: da escala global à escala local.

Os países de imigração vão ter de reexaminar o conceito de cidadania e o significado de pertença/inclusão nas suas sociedades. À medida que aumenta a mobilidade geográfica internacional, desenvolvem-se formas múltiplas de pertença e

identidade territorial, emergem redes transnacionais que ligam os países de origem e destino dos migrantes e promovem o intercâmbio intercultural (Malheiros, 2002; Castles e Miller, 2003).

Deste modo, a procura de soluções “sustentáveis” para a pressão migratória dos países do Terceiro Mundo para os países mais desenvolvidos, o combate ao racismo, xenofobia e a todas as formas de exclusão social, exigem o reforço da cooperação inter-institucional, nos níveis supra-nacional, nacional e local, dos sectores público e privado, bem como das organizações não-governamentais, com responsabilidades, na gestão das migrações internacionais e na integração dos imigrantes nos territórios de acolhimento. O aumento da diversidade étnico-social associada à globalização da economia e ao aumento de todas as formas de mobilidade geográfica da populações, é certamente gerador de racismos e fomentador do ressurgimento de nacionalismos exacerbados. Contudo, simultaneamente, nas palavras de Castles e Miller (2003), “globalization of migration provides grounds for optimism, because it does give some hope of increased unity in dealing with the pressing problems which beset our small planet” (p. 290).

C. BIBLIOGRAFIA

1. Bibliografia básica

CASTLES, S. e MILLER, M. J. (2003) – *The age of migration. International population movements in the modern world*, (3.^a ed.), Palgrave Macmillan, Hampshire e New York, pp. 255-286.

MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), pp. 149-158.

NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y. (eds.) - *EU and US approaches to the management of immigration. Comparative perspectives*. Migration Policy Group, Brussels, pp. 2-10; pp. 553-589.

PAPADEMETRIOU, D. (2003) – “Managing Rapid and Deep Change in the Newest Age of Migration”. In: SPENCER, S. (Ed.) – *The Politics of Migration: Managing Opportunity, conflict and Change*, Blackwell, Oxford and Massachussets, pp.39-58.

TANDONNET, MAXIME (2001) – *Le Grand Bazar ou L' Europe face à l'Immigration*. L' Harmattan, Paris, pp. 161-200.

2. Bibliografia complementar

ALEINIKOFF, A. T.; KLUSMEYER, D. (Dir.) (2002) – *Citizenship Policies for an Age of Migration*. Carnegie Endowment for International Peace, Washington D.C., 120 p.

CASTLES, S. & DAVIDSON, A. (2000) – *Citizenship and Migration. Globalization and the politics of belonging*. Macmillan Press, London, 258 p.

GEDDES, A.; FAVELL, A. (1999) – *The Politics of Belonging: Migrants and Minorities in Contemporary Europe*. Ashgate, Aldershot, 227 p.

NIESSEN, J.; SCHIBEL, Y. (eds.) - *EU and US approaches to the management of immigration. Comparative perspectives*. Migration Policy Group, Brussels, 631 p.

PENNINX, R.; KRAAL, K.; MARTINIELLO, M.; VERTOVEC, S. (2004) – *Citizenship in European Cities. Immigrants, Local Politics and Integration Policies*, Ashgate, Aldershot, 170 p.

SPENCER, S. (Ed.) (2003) – *The Politics of Migration: Managing Opportunity, conflict and Change*, Blackwell, Oxford and Massachussetts, 213 p.

CALOZ-TSCHOPP, M. C. (2004) – *Les Étrangers aux Frontières de l'Europe*. La Dispute, Paris, 252 p.

3. Referências citadas no texto

MALHEIROS, J. M. (2001) – *Arquipélagos Migratórios: Transnacionalismo e Imigração*. Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, Universidade de Lisboa (polic.), 610 + 10 p.

PAPADEMETRIOU, D. (2003) – “Managing Rapid and Deep Change in the NEWEST AGE OF MIGRATION”. In: SPENCER, S. (Ed.) – *The Politics of Migration: Managing Opportunity, conflict and Change*, Blackwell, Oxford and Massachussetts, pp. 39-58.